



Wilson, Sons

Relatório Anual 2010 / Wilson Sons Limited



Portuário e Logístico | Marítimo

Perfil

Consolidada como uma das maiores operadoras de serviços portuários, marítimos e logísticos do Brasil, a Wilson, Sons oferece soluções especializadas nas áreas de terminais portuários, rebocagem marítima, apoio a operações *offshore*, logística, agenciamento marítimo e indústria naval. Armadores, importadores e exportadores, empresas do setor de óleo e gás e de diversos setores da economia, como alimentício, farmacêutico, papel e celulose, siderúrgico e petroquímico, compõem a carteira com mais de 2 mil clientes ativos, com os quais a Companhia mantém um relacionamento duradouro.

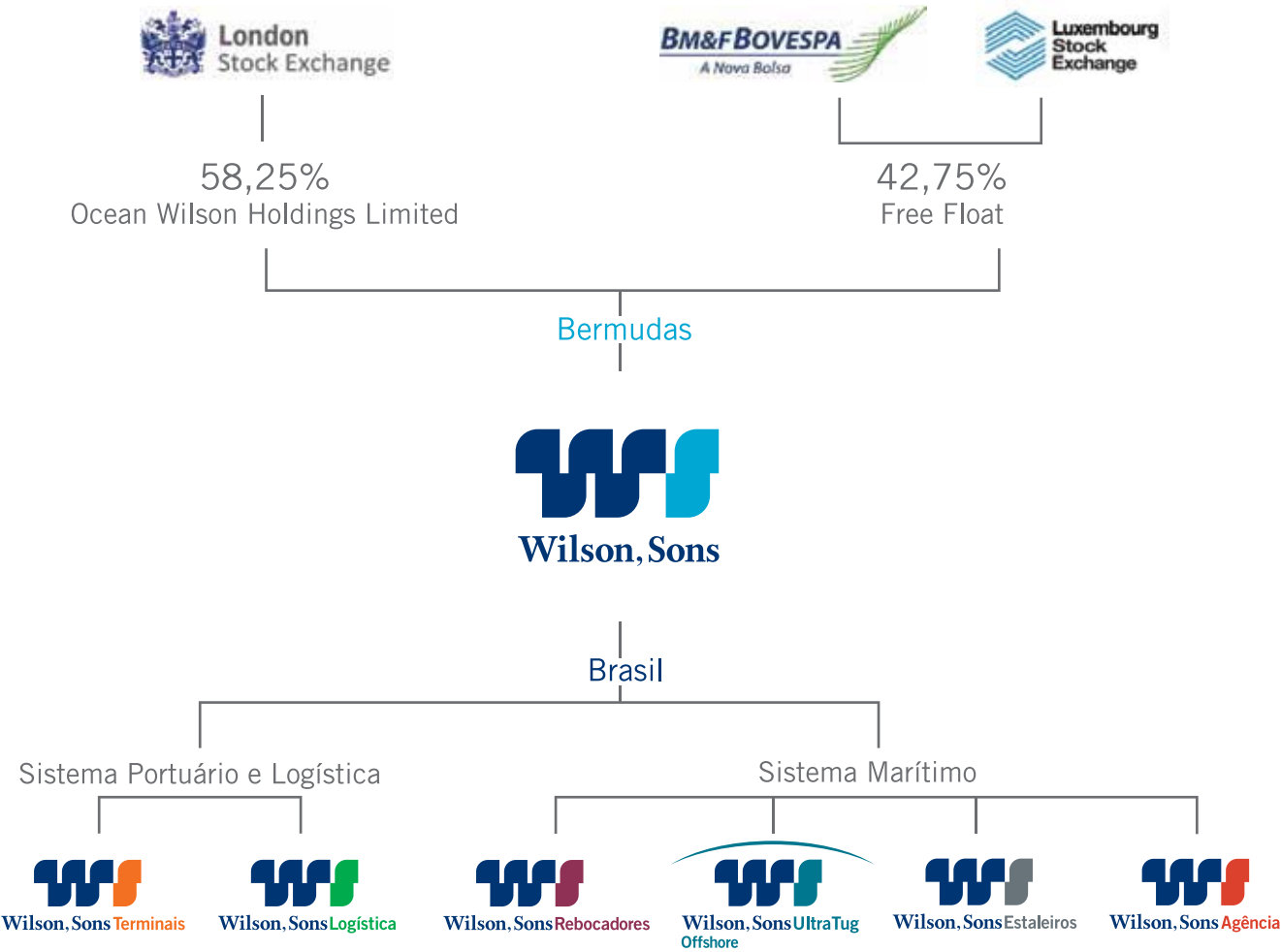
Ao final do último exercício, a Companhia presente nos principais portos da costa brasileira, contava com cerca de 5,6 mil colaboradores.

Constituída na forma de companhia de capital aberto, a Wilson, Sons tem sede localizada em Bermudas e ações listadas na Bolsa de Luxemburgo. Seus títulos são negociados na BM&FBOVESPA por meio de *Brazilian Depositary Receipts* (BDRs) desde 2007. É controlada pela Ocean Wilsons Holdings Limited, também uma companhia de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres há mais de cem anos.

Abrangência Nacional



Estrutura



Filosofia Empresarial

Missão

Desenvolver e prover soluções de alto valor percebido por nossos clientes nas atividades portuária, marítima e de logística, de forma sustentável e inovadora, valorizando o desenvolvimento dos nossos colaboradores.

Visão

Ser a primeira escolha dos colaboradores, clientes e investidores nos segmentos portuário, marítimo e de logística, crescendo de forma arrojada, sinérgica e sustentável.

Princípios

- › Estimular o desenvolvimento dos nossos colaboradores criando oportunidades de ascensão, valorizando o entusiasmo e o compromisso pela causa Wilson, Sons e reconhecendo sua contribuição de forma justa.
- › Comprometer-se em assegurar a satisfação de seus clientes prestando serviços com qualidade, confiabilidade, eficiência, disponibilidade e segurança.
- › Assegurar aos acionistas o retorno ao capital investido, estimulando-os ao contínuo reinvestimento nos negócios para a perenidade e crescimento do Grupo Wilson, Sons.
- › Promover continuamente a liberdade de expressão, o incentivo à criatividade e o desenvolvimento tecnológico.
- › Atuar dentro de padrões de conduta baseados na ética do respeito à vida, ao ser humano, ao meio ambiente, à cultura e à legislação.

Índice

Filosofia Empresarial

- Missão
- Visão
- Princípios

Perfil

Principais Indicadores

Linha do Tempo

Apresentação

06 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

07 Mensagem do CEO do Brasil

Estrutura do Negócio

10 Governança Corporativa

16 Gestão dos Negócios

26 Sustentabilidade Corporativa

33 Mercados de Atuação

Desempenho em 2010

50 Análise do Desempenho Econômico-Financeiro – MD&A

57 Mercado de Capitais

58 Demonstrativo do Valor Adicionado

Os Próximos Anos

62 Investimentos

63 Perspectivas

Anexos

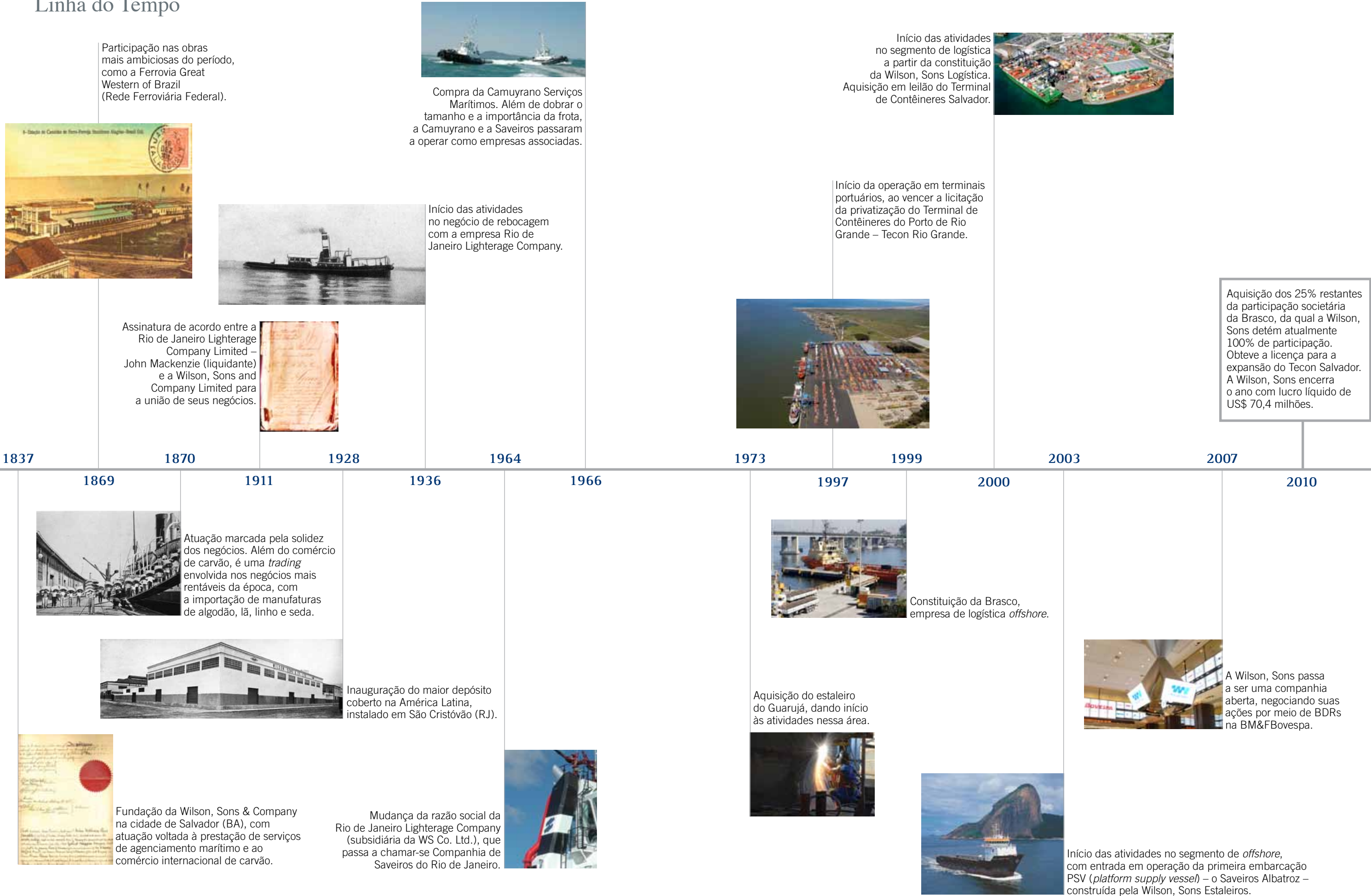
65 Demonstrações Financeiras

110 Glossário

111 Informações Corporativas

112 Créditos

Linha do Tempo

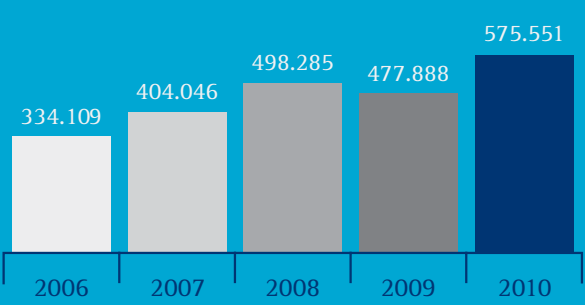


Principais Indicadores

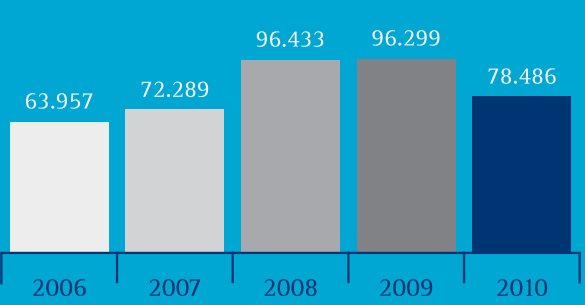
	2006	2007	2008	2009	2010	Δ % 2010 X 2009
Resultados – consolidado (US\$ mil)						
Receita líquida	334.109	404.046	498.285	477.888	575.551	20,4%
Despesas de pessoal	-83.077	-116.180	-136.316	-149.086	-198.736	33,3%
Depreciação e amortização	-15.100	-19.066	-26.256	-32.065	-42.921	33,8%
Resultado operacional	63.957	72.289	96.433	96.299	78.486	-18,5%
EBITDA	76.235	91.355	122.689	128.365	121.407	-5,4%
Lucro líquido	43.477	57.797	46.897	89.984	70.505	-21,8%
Margens (%)						
Margem operacional	19,1%	17,9%	19,4%	20,2%	13,6%	-6,6
Margem EBITDA	22,8%	22,6%	24,6%	26,9%	21,0%	-5,9
Margem líquida	13,0%	14,3%	9,4%	18,8%	12,2%	-6,6
Indicadores financeiros (US\$ mil)						
Ativo total	326.885	575.402	609.563	808.187	938.769	16,2%
Patrimônio líquido	145.000	321.553	332.183	423.479	465.042	9,8%
Ativo circulante	114.470	277.822	268.175	315.438	303.609	-3,8%
Dívida líquida	55.564	-48.224	5.195	78.700	170.400	116,5%
Retorno sobre o patrimônio líquido	30,0%	18,0%	14,1%	21,2%	15,1%	-6,1%
Investimentos – Capex	42.200	99.200	93.500	149.600	166.740	6,6%
Indicadores do mercado acionário						
Variação da cotação da ação WSON11 (%)	-	9,2%	-57,9%	96,2%	49,0%	-47,2 p.p.
Dividendos (US\$ mil)	8.263	8.000	16.007	16.007	22.553	40,9%
Lucro por ação (US\$)	851,4c	94,4c	65,9c	124,4c	98,4c	-20,9%
Quantidade de ações (mil)	5.012	71.144	71.144	71.144	71.144	0,0%
Valor de mercado (US\$ milhões)	-	1.042,3	333,3	877,7	1.367,0	55,7%
Indicadores operacionais						
Terminais portuários – número total de TEUs (mil)	884	899	865	888	929	4,6%
Rebocagem – número de manobras	57.359	58.245	55.655	50.065	51.507	2,9%
Offshore – número de PSVs	2	3	5	7	10	42,9%
Logística – número de viagens	63.183	68.721	70.669	51.591	72.083	39,7%
Agenciamento marítimo – número de escalas atendidas	6.630	5.538	5.824	6.527	7.258	11,2%
Indicadores de produtividade						
Número de funcionários próprios	3.925	3.847	4.327	4.296	5.601	30,04%
Lucro líquido por funcionário (US\$ mil)	11,1	15,0	10,8	21,0	12,6	-40,1%
Ativo por funcionário (US\$ mil)	83,3	149,6	140,9	188,3	167,6	-11,0%

Destaques de Desempenhos

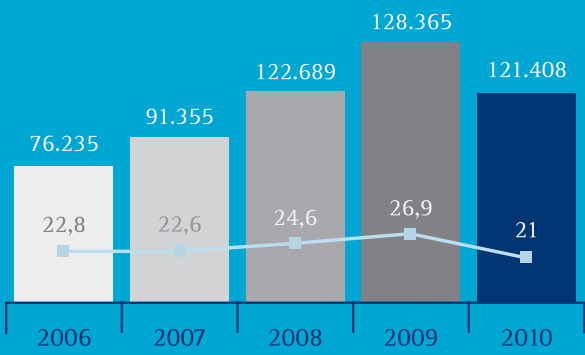
Receita Líquida (US\$ mil)



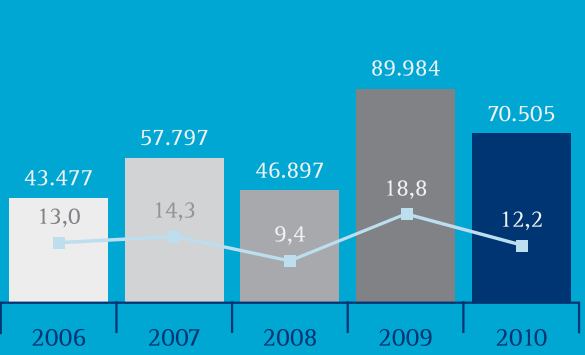
Resultado Operacional (US\$ mil)



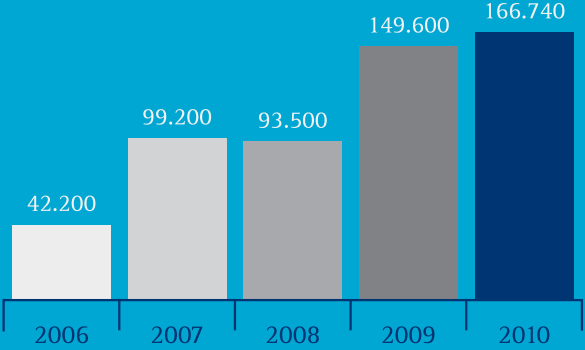
EBITDA (US\$ mil) e Margem EBITDA (%)



Lucro Líquido (US\$ mil) e Margem Líquida (%)



Investimentos – Capex (US\$ mil)



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



CAPACIDADE DE EVOLUIR.

Encerramos mais um ano de atividades e demonstramos nossa capacidade de evoluir e sempre estar em sintonia com as novas oportunidades que se apresentam nos mercados em que atuamos. A experiência adquirida nesses 173 anos permite que possamos hoje construir o nosso futuro com cada vez mais excelência.

Vivenciamos um período em que a economia, sobretudo a doméstica, atravessa um novo ciclo de crescimento. Estamos como sempre estivemos ao longo de nossa história, aptos a evoluir e, sem dúvida, crescer. Esse otimismo não deriva unicamente do bom desempenho obtido pela Wilson, Sons em 2010, e sim de nossa longa trajetória.

Cada *stakeholder* tem papel decisivo em nossa história de sucesso. Os esforços de cada um de nossos colaboradores têm sido imprescindíveis para o desempenho de nossas operações portuárias, logísticas e marítimas. E nossos clientes não só percebem o valor de nossos serviços, como também depositam sua confiança na Companhia. A grande maioria deles é parceira da Wilson, Sons há décadas, em relações duradouras que fazem a diferença nos diversos segmentos de atuação.

Nossos acionistas também têm demonstrado confiança em nossa performance, visto o elogiável desempenho de nossas BDRs que, em 2010, mantiveram valorização acima do Ibovespa.

Em suma, o balanço positivo da Companhia em 2010 expressa claramente a cultura da Wilson, Sons, que acredita que o futuro é construído no presente, por meio de trabalho consistente, excelência operacional e orientação para resultados.

Assumi a presidência do Conselho de Administração da Wilson, Sons no último exercício. Respalado pela inestimável colaboração dos demais membros deste Conselho, tenho agora a missão de continuar o trabalho do Sr. Francisco Gros (falecido no primeiro semestre de 2010), que presidiu com altivez, sabedoria e inteligência este ativo Conselho, desde a abertura de capital da Companhia em 2007.

Agradecemos aos clientes, acionistas e financiadores pelo apoio e confiança e agradeço ainda à Diretoria Executiva e, especialmente, a cada um de nossos colaboradores localizados em todo o território brasileiro. Por causa de cada um deles conseguimos executar nossa estratégia e consolidar nossos valores e princípios.

Seguimos confiantes em crescimento de longo prazo e de que 2011 será mais um ano de grandes conquistas para a Wilson, Sons.

José Francisco Gouvêa Vieira
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do CEO – Brasil



COMPROMISSO COM O FUTURO.

Temos inúmeros motivos para celebrar 2010. As estratégias adotadas ao longo da trajetória da Wilson, Sons continuam a trazer os bons resultados que, ano após ano, colaboram para construir as bases para o desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Mais uma vez, o consistente modelo de gestão da Wilson, Sons possibilitou o alcance das metas e contribuiu para consolidar o crescimento da Companhia, tornando-a cada vez mais preparada para as novas oportunidades de mercado. Graças ao vigor de nossas operações, a receita líquida alcançou US\$ 575,6 milhões o que representa aumento de 20,4% em relação ao desempenho do exercício anterior.

O ano de 2010 foi marcado por conquistas muito importantes. Uma delas é a aprovação da expansão do Tecon Salvador. Já em andamento, o projeto contempla aumento de área de armazenagem, berço para atender navios maiores e aquisição de novos equipamentos, o que irá proporcionar ganho de produtividade e eficiência. Sentimo-nos orgulhosos de constatar que na capital baiana, assim como nas demais regiões do país em que atuamos, os nossos esforços criam valor para toda a sociedade.

Na Região Sul, a boa notícia foi a chegada, no Tecon Rio Grande, de novos equipamentos para movimentação de contêineres no pátio e para a carga e descarga de navios no cais. O investimento de US\$ 20 milhões irá se refletir positivamente na eficiência dos serviços que prestamos aos nossos clientes e nos resultados financeiros a partir de 2011.

A expansão e modernização dos terminais fazem parte do compromisso da Wilson, Sons em aumentar a capacidade e eficiência de todos os seus ativos portuários de infraestrutura. Outro compromisso assumido, e que teve muitas concretizações em 2010, é o de crescimento e renovação da frota da Companhia. Nosso estaleiro entregou oito embarcações, sendo cinco rebocadores, e três PSVs (*platform supply vessels*). Estes últimos voltados ao apoio de plataformas de petróleo.

Para consolidar a nossa estratégia de oferecer serviços em todas as etapas da exploração petrolífera, aumentamos nossa participação na Brasco para 100%. Além disso, está em curso a expansão do estaleiro no Guarujá, que dobrará a nossa capacidade de construção naval.

Após esse ano de grandes conquistas, expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os que contribuem para o nosso desempenho: acionistas, clientes, financiadores, fornecedores e, em especial, ao nosso time de colaboradores.

Fazemos também uma menção honrosa ao Sr. Francisco Gros, primeiro presidente do Conselho de Administração após a abertura do capital da Companhia, falecido em maio de 2010. No alto de sua vasta experiência como economista, executivo e homem público, o Sr. Gros participou ativamente da concepção da nossa visão de futuro.

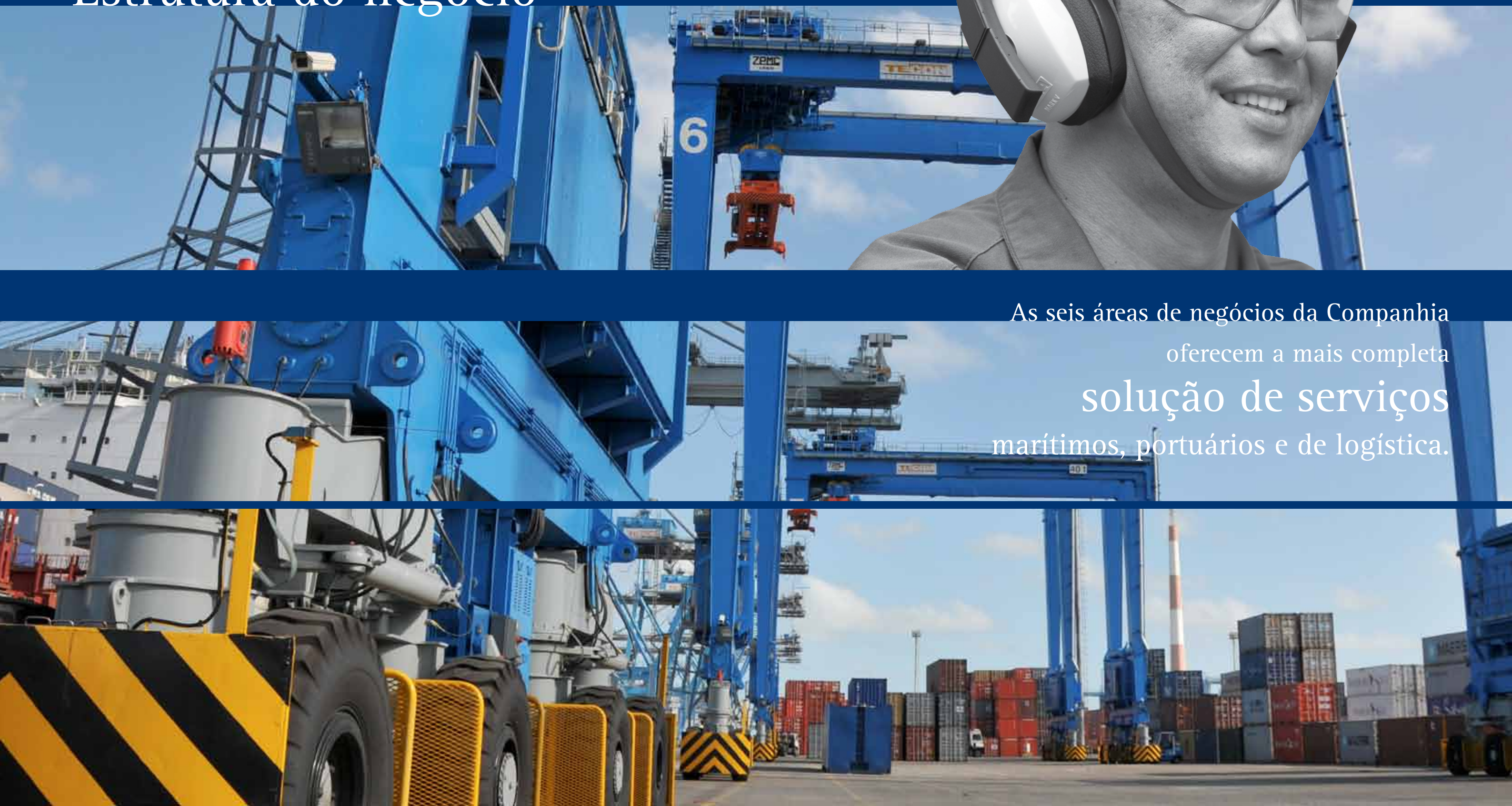
Todas as conquistas apresentadas nesse Relatório Anual, assim como a convicção de seguir em frente em busca de novas oportunidades, são méritos de cada uma das pessoas que fazem parte do dia a dia da Wilson, Sons.

Cezar Baião
CEO das Operações no Brasil

Estrutura do negócio



As seis áreas de negócios da Companhia
oferecem a mais completa
solução de serviços
marítimos, portuários e de logística.



Governança Corporativa

A Wilson, Sons enxerga a adoção das melhores práticas de governança como um processo contínuo e de longo prazo, voltado para o crescimento sustentável da Companhia. Assim, para que seja possível criar valor de maneira perene para todos os *stakeholders*, são da maior importância os princípios de clareza de papéis, transparência e ética. Tais princípios estão totalmente ligados às origens da Companhia, uma vez que a sua controladora, a Ocean Wilsons Holdings Limited, é listada na Bolsa de Londres há mais de um século.

Alinhada com os mais modernos modelos internacionais, a consistente estrutura de governança da Companhia garante tomadas de decisões seguras e transparentes. A Wilson, Sons adota práticas que, por termos legais, só são demandadas para empresas que participam do Novo Mercado, segmento especial no mercado bursátil brasileiro que reúne títulos de empresas que se comprometem em adotar práticas diferenciais de governança corporativa (o que não é o caso da Wilson, Sons, uma vez que suas ações são negociadas na BM&FBovespa por meio de BDRs – *Brazilian Depositary Receipt*). Em conjunto, as ações de governança da Companhia contribuem para a criação de valor de forma equilibrada para os diferentes *stakeholders* com os quais a mesma interage.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Wilson, Sons é formado por profissionais com sólida experiência em diferentes campos de atuação e visa promover a prosperidade de longo prazo do negócio. Cabe a eles, em conjunto, definir as linhas estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva por meio da validação de projetos e da aferição de resultados alcançados.

Prevista no Estatuto Social, a formação do Conselho de Administração compreende, no mínimo, cinco membros, com mandatos de até três anos, permitida a reeleição. Atualmente, dele fazem parte sete conselheiros, sendo um independente, todos com mandato previsto até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2011. As reuniões do Conselho são realizadas ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocada por qualquer membro do Conselho.

Clareza de papéis,
transparência e ética norteiam todas
as ações da Wilson, Sons

José Francisco Gouvêa Vieira | Presidente

Graduou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 1972 e, no ano seguinte, concluiu o mestrado pela mesma instituição. Em 1978, obteve diploma de Master of Law pela Columbia University, de Nova York (EUA). É sócio do escritório de advocacia Gouvêa Vieira Advogados desde 1971. Atua na Wilson, Sons desde 1991, tendo ocupado as posições de presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Wilson, Sons de Administração e Comércio, da Ocean Wilsons Holdings Limited e da Ocean Wilsons (Investments) Limited. Também é membro dos conselhos de administração de empresas como Banco PSA Finance Brasil S.A., PSA Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Squanto (Cayman) Limited, Concremat – Engenharia e Tecnologia S.A. e membro do Conselho Consultivo de Violy & Co. (New York), Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda., Columbia Latin American Business and Law Association (Clabla) e da Lafarge Brasil S.A. e Cimento Mauá S.A. e, ainda, membro da Associação dos Amigos do Museu Paço Imperial e do Comitê de Governança Corporativa da American Chamber of Commerce (Amcham) e cônsul honorário do Reino de Marrocos no Rio de Janeiro.

William Henry Salomon | Vice-presidente

Graduou-se em Direito pela Magdelene College, em Cambridge, Inglaterra, onde obteve também o título de pós-graduação em Direito. Em 1987, integrou o time do Finsburry Asset Management, que, em 1995, fundiu-se com o ReaBrothers Group, no qual atuou como vice-presidente. Quando a companhia Close Brothers adquiriu o Grupo ReaBrothers, assumiu a posição de vice-presidente da divisão de investimentos. Em 1999, participou da constituição da Hansa Capital, da qual é sócio sênior. É membro do conselho de administração de diversas companhias do Reino Unido e internacionais, listadas em bolsa. Atualmente, preside o conselho de administração da New India Investment Trust e ocupa o cargo de diretor da Hansa Trust. Também é vice-presidente da Ocean Wilsons Holdings Limited (OWH), empresa que detém o controle da Wilson, Sons, e diretor da Hanseatic Asset Management LBG.

Augusto Cezar Tavares Baião | Conselheiro

É economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ingressou no grupo Wilson, Sons em 1994 como CFO e atualmente é o CEO das operações no Brasil. Entre 1982 e 1989, foi gerente de Mesa de Money Market do JP Morgan e, entre 1989 e 1994, exerceu a função de diretor financeiro do grupo Lachmann Agência Marítima. Ocupa uma das vice-presidências do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) e é conselheiro da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec).

Felipe Gutterres | Conselheiro

Diplomado pela Harvard Business School em General Management, MBA em Administração pela Coppead, graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ingressou no grupo Wilson, Sons em 1998, no qual ocupa atualmente os cargos de CFO das operações no Brasil, diretor de Relações com Investidores. De 1994 a 1998, ocupou diversos cargos executivos em planejamento na Shell Brasil.

Claudio Marote | Conselheiro

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, possui diplomas das instituições: Maritime International Law, pela Lloyds London, da Inglaterra; Executive Development Program do Kellog’s Institute at the Northwestern University Evanston, em Illinois, Estados Unidos; Structures and Economic Systems (FDC), no Paraná; e Políticas e Estratégias Brasileiras, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Santos, São Paulo. Atua na Companhia desde 1964, ocupando posições como gerente de filial, diretor regional e diretor superintendente. Iniciou sua carreira profissional em 1956 na Agência Marítima Intermares Ltda., subsidiária da Bunge Born Group. Atualmente, é sócio da CMMR – Intermediação Comercial Ltda.

Andrés Rozental | Conselheiro

É bacharel em Relações Internacionais pela Universidade das Américas no México, e M.Sc. em Economia Internacional pela Universidade da Pensilvânia. Diplomata de carreira, com mais de 35 anos de serviço para o Ministério das Relações Exteriores do México, ocupou cargos de chefia em diversos postos diplomáticos em embaixadas. Autor de quatro livros sobre política externa mexicana e inúmeros artigos sobre relações internacionais, atuou como conselheiro em política externa para os presidentes mexicanos Vicente Fox e Felipe Calderón. É sócio-fundador da Rozental & Asociados, que presta consultoria política e econômica internacional para empresas mexicanas e estrangeiras. Atualmente, também exerce o cargo de presidente do Conselho de Administração da ArcelorMittal Mexico e é conselheiro independente da ArcelorMittal Brazil, Ocean Wilson Holdings e New India Investment Trust. Ainda faz parte de conselhos consultivos da Kansas City Southern de México, EADS de México, Toyota de México e Advent International Private Equity.

Paulo Fernando Fleury | Conselheiro Independente

É diretor-geral do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) e professor titular do Coppead – UFRJ. Engenheiro mecânico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui os títulos de M.Sc. em Engenharia da Produção pela Coppe/UFRJ e PhD em Administração Industrial pela Loughborough University of Technology, Inglaterra. Foi diretor e superintendente geral da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, AD-Rio; Visiting Scholar da Harvard Business, em 1983; e conferencista convidado da Sloan School of Management, MIT, em 1986. Foi diretor do Coppead, do qual também é um dos fundadores. Foi membro do Conselho de Administração da Transpetro, Ferronorte e Novoeste, e possui ampla experiência como consultor de Logística e Supply Chain Management em um grande número das maiores empresas brasileiras.



DIRETORIA EXECUTIVA DAS OPERAÇÕES NO BRASIL

Responsável por instituir as políticas de gestão, operacionalização e postura corporativa nos negócios, além de alcançar as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, a Diretoria Executiva reúne profissionais qualificados, que atuam no dia a dia operacional da Companhia. É composta por um CEO (Chief Executive Officer), um CFO (Chief Financial Officer) e dois vice-presidentes: um para Terminais Portuários e Logística, e outro para Rebocadores, Offshore, Agência Marítima e Estaleiros.

No nível executivo, a Wilson, Sons conta com as diretorias de Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO) e de Relações Institucionais. Pela função-chave que desempenham, as áreas de Tecnologia da Informação, Auditoria Interna e Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) são gerências que se reportam diretamente ao CEO.

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

O objetivo do Código de Conduta Ética é disseminar e concretizar os valores que norteiam a atuação da Companhia e que estão expressos em sua Missão, Visão e Princípios. Buscando coerência entre o discurso e o seu efetivo exercício, o documento traduz em práticas cotidianas o compromisso da Wilson, Sons em manter um relacionamento saudável, baseado na honestidade e na integridade com todos os seus *stakeholders*.

Disponível a todos os interessados no *website* da Companhia (www.wilsonsons.com.br), o documento é um valioso instrumento para a preservação da imagem e para a perenidade da organização.

AUDITORIA EXTERNA

As Demonstrações Financeiras da Wilson, Sons são elaboradas de acordo com os princípios do International Financial Reporting Standards (IFRS), padrão contábil internacional que em 2010 passou a ser obrigatório para companhias estabelecidas na forma de sociedades anônimas brasileiras. A mesma é auditada pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Wilson, Sons mantém a transparência como a principal diretriz no relacionamento com investidores, acionistas e analistas de mercado. Por isso, além de cumprir as rotinas de caráter obrigatório para as companhias listadas em bolsa com sede no Brasil, dedica especial atenção à comunicação com esses públicos estratégicos, investindo continuamente no aprimoramento dos canais de atendimento.

Como ferramentas de comunicação com esse público, a Companhia conta com uma área destinada a investidores em seu *website* (www.wilsonsons.com.br/ri), que é atualizada regularmente com informações de desempenho e de resultados. O canal de comunicação também possibilita o cadastro para o recebimento de alertas de notícias, comunicados ao mercado, entre outras informações relevantes.

Em 2010, a área iniciou o uso de ferramentas de redes sociais tais como: Twitter, LinkedIn e YouTube, com o intuito de se comunicar com seu público de forma mais rápida e eficiente. Além da comunicação tradicional, as redes sociais também são utilizadas para divulgar a participação em eventos de bancos e conferências relacionadas à indústria na qual atuamos.

Trimestralmente, a área de Relações com Investidores (RI) organiza a divulgação de resultados, coordenando a realização de uma teleconferência aberta ao mercado, que promove o acesso direto dos investidores interessados aos principais executivos da empresa.

Em 2010, a equipe de Relações com Investidores promoveu 75 reuniões individuais ou com pequenos grupos de analistas e investidores, dez conferências, seis *non-deal road shows*, além dos atendimentos contínuos por telefone e correio eletrônico, o que resultou em um total de 819 interações diretas.

O Código de Conduta Ética traduz em práticas cotidianas o compromisso da Wilson, Sons em manter um relacionamento saudável, baseado na honestidade e na integridade com todos os seus *stakeholders*.



Gestão dos Negócios

Compreender em profundidade os negócios de seus clientes e se antecipar às suas necessidades, buscar permanentemente a qualidade e produtividade das operações e estar atenta às novas oportunidades do mercado são premissas que norteiam a gestão da Wilson, Sons. De uma maneira mais ampla, elas reafirmam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e perenidade de seus negócios.

Foi esse compromisso que motivou a criação da Gerência de Óleo e Gás, área estratégica que tem como objetivo alavancar projetos do setor para todos os negócios da Companhia.

As seis áreas de negócio da Companhia são especializadas em oferecer a mais completa solução de serviços marítimos portuários e de logística aos clientes.

A Wilson, Sons está preparada para atender de maneira competente à economia doméstica, ao comércio internacional e às demandas do mercado de óleo e gás, segmento que em 2010 teve 28% do total de receita da Companhia. Estudos sobre o setor estimam a construção de 150 novas plataformas até 2020. Essas plataformas demandarão mais de 400 novas embarcações de apoio marítimo na costa brasileira nesta década, representando oportunidades futuras para todas as unidades de negócio da Wilson, Sons.

A sinergia entre os negócios confere resiliência e contribui para o crescimento sustentável da Companhia. Atualmente, quando analisados apenas os dez maiores clientes, constata-se que 40% contratam quatro ou mais serviços.

A escolha dos clientes também é favorecida pela reputação da Wilson, Sons. Com mais de 170 anos de atuação, a Companhia é reconhecida no mercado pela capacidade e seriedade na entrega dos serviços e pela competente gestão de seus negócios. Com o intuito de aprimorar ainda mais os seus processos internos, em 2010 a Companhia estruturou uma equipe de trabalho responsável pela introdução de um novo sistema ERP, que entrará em operação em 2012.



GESTÃO DE RISCOS

A Wilson, Sons conta com uma área de Auditoria Interna para coordenar o processo que envolve a identificação, avaliação e classificação dos diferentes riscos intrínsecos aos mercados de atuação da Companhia. A área também é responsável por desenvolver soluções para evitar a exposição a cada um dos riscos em potencial e verificar se as ações propostas estão sendo adotadas corretamente. Além disso, a Wilson, Sons criou a área de Controles Internos em Finanças com o objetivo de assegurar o cumprimento dos procedimentos internos e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia.

A Wilson, Sons está exposta a vários tipos de riscos, os quais são intrínsecos às suas operações e por isso sua gestão está atrelada à administração da Companhia. Em 2010, a estrutura do controle de riscos tornou-se ainda mais eficiente com a introdução de novos instrumentos e processos, principalmente na área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). O objetivo é fortalecer o modelo existente, que visa identificar, monitorar e administrar os riscos mais relevantes inerentes às várias áreas de negócios da Wilson, Sons.

Para que a aplicação dos processos de mitigação de riscos financeiros e operacionais possa ser acompanhada pelos gestores, a Companhia conta com um *software* corporativo de gestão de riscos. Em linhas gerais, todo o modelo empregado está apoiado na metodologia Enterprise Risk Management (ERM) ou, em português, Gerenciamento do Risco Corporativo, adotada pelo Committee of Sponsoring Organizations (COSO), organização internacional dedicada ao estabelecimento e disseminação de melhores práticas na condução dos negócios.

A Wilson, Sons mantém uma carteira de seguros voltadas à prevenção e proteção de riscos inerentes às nossas operações, levando em consideração, principalmente, os ativos dos nossos clientes, as nossas instalações e equipamentos e a continuidade das operações. As apólices, tais como Responsabilidade Civil do Operador Portuário, Automóveis, Property, Cascos Marítimos e Builder Risks, são contratadas em seguradoras de primeira linha e são renovadas periodicamente.

Os principais riscos podem ser divididos nas categorias a seguir.

Riscos estratégicos

A atuação da Companhia em várias áreas de negócios implica uma série de riscos estratégicos e inevitáveis, que ocorrem naturalmente. Incluem riscos políticos, industriais, de mercado, bem como aqueles relacionados à responsabilidade social e ambiental. Em determinadas situações, envolvem

ainda riscos materiais relacionados à aquisição de ativos fixos. Isto se deve, entre outros motivos, a longos períodos de construção e vida útil de ativos que são tipicamente colocados à disposição no mercado.

Riscos financeiros

Riscos financeiros incluem riscos de câmbio, de taxas de juros, de preços do petróleo, de crédito e de liquidez.

Em 2010 foi contratada uma consultoria especializada em risco financeiro para auxiliar na implementação de uma política que contemple o objetivo da Companhia em relação a: proteção dos riscos financeiros, alçadas de decisão, métricas de risco, instrumentos de proteção aprovados e metodologia de acompanhamento das exposições mapeadas, incluindo a constituição de um comitê de risco financeiro.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas.

Riscos operacionais

Algumas áreas de negócios da Companhia estão sujeitas a condições de trabalho que oferecem riscos à integridade física dos empregados. Consequentemente, a maior parcela dos riscos operacionais está relacionada ao meio ambiente e à segurança do trabalho. Além disso, a Companhia está exposta a riscos operacionais provenientes de fornecedores, TI e processos. As ações relacionadas à sustentabilidade, ao impacto ambiental e à responsabilidade social estão descritas nos tópicos correspondentes contidos neste Relatório.

Riscos regulatórios

As operações da Wilson, Sons são desenvolvidas em diferentes estados brasileiros, cada qual com legislação estadual própria. Dessa forma, a Companhia está naturalmente exposta a uma diversidade de riscos legais, fiscais e outros relacionados a notificações externas, que mudam de acordo com as regras das autoridades governamentais de cada estado.

A Companhia já conta com uma estrutura organizacional preparada para identificar, monitorar e administrar os riscos mais relevantes, em linha com as melhores práticas na condução dos negócios. Dadas as particularidades de cada segmento de atuação, a gestão de riscos operacionais é feita de maneira independente pelas unidades operacionais de negócios. Adicionalmente, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração avaliam periodicamente os riscos mais relevantes e executam as iniciativas necessárias visando à adequada administração de tais riscos.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

A Gerência Corporativa de SMS responde diretamente ao CEO. Sua atuação estratégica prevê a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e seguro, de modo a prevenir acidentes, doenças ou prejuízo à saúde dos colaboradores e também ao meio ambiente. Integrando o trabalho da área de SMS, outros 70 profissionais atuam diretamente nas unidades de negócio.

O ano de 2010 foi dedicado a intensificar a aderência aos padrões corporativos da Companhia, por meio da validação de procedimentos que sustentam a Política Corporativa de SMS com cada um dos negócios da Wilson, Sons. O conjunto de normas demonstra a preocupação com a preservação do meio ambiente, da saúde e da segurança dos colaboradores e deve ser assumido e aplicado nas funções cotidianas de todos.

No Tecon Rio Grande, os avanços da área envolveram a constituição da Unidade de Atendimento a Emergências, uma base móvel e equipada que foi instalada em um contêiner, e a aquisição de um veículo de combate a incêndios – o primeiro da Wilson, Sons. As ações melhoram a resposta da Companhia a eventuais incidentes emergenciais no terminal. Adicionalmente, dentro do programa continuado de capacitação e reciclagem das brigadas de incêndio, 130 brigadistas do Tecon Rio Grande passaram por treinamento.

Na Brasco, a Companhia atingiu o índice de 1.000 dias sem acidente de trabalho em outubro de 2010 e promoveu, no mês de dezembro, um simulado de emergência que envolveu todos os colaboradores e também contou com a participação do Corpo de Bombeiros local.

Na área de Logística, assuntos relacionados à segurança do trabalho são temas dos Diálogos Diários de Segurança. Conhecida como DDS, a ação consiste em uma conversa estruturada com os colaboradores

antes de cada turno sempre tratando de forma preventiva algum tema relacionado à segurança, no dia a dia da operação. Essa ação vem sendo muito importante para a prevenção de acidentes. Também foi lançada a campanha de Prevenção 10, Acidente 0, com premiação para os funcionários pelo desempenho em segurança do trabalho.

Ao longo do último ano, a agenda da gerência também esteve voltada a acompanhar o cumprimento dos requisitos legais a que estão sujeitas as áreas de negócios da Companhia e ao desenvolvimento de programas que visam promover a saúde e o bem-estar dos colaboradores. Um dos avanços nesse sentido foi a padronização das atividades de medicina e saúde ocupacional. A partir de 2010, todos os exames de admissão e periódicos, bem como a avaliação de riscos em ambientes de trabalho, passaram a ser realizados por uma única empresa parceira, que cobre todas as localidades onde a Wilson, Sons está presente. Essa ação faz parte de um projeto que visa consolidar, até o final de 2011, todas as informações do Grupo no que se refere à saúde e segurança.

A adoção de novas tecnologias também está na pauta da gestão da área ambiental. Isso inclui a compra de novos equipamentos, como é o caso dos guindastes de contêineres que chegaram ao Tecon Rio Grande (RS) em outubro de 2010. Os novos modelos possuem tecnologia de reaproveitamento da eletricidade gerada nos equipamentos. Para o Tecon Salvador, foram adquiridos guindastes elétricos para movimentação de contêineres no pátio, com desempenho em consumo de energia e emissão de poluentes muito mais eficientes do que os sistemas convencionais a diesel. Os equipamentos deverão entrar em operação em 2011.

Na matriz, no Rio de Janeiro, a área promoveu a introdução de um programa de coleta seletiva. O material é doado para uma ONG que investe em qualificação da população de baixa renda.



Movimentação de container no Tecon Salvador (BA)



ATIVOS INTANGÍVEIS

A Wilson, Sons consolidou diferenciais que a evidenciam no mercado e fortalecem seus negócios. Esses diferenciais colaboram para a criação de valor da Companhia.

Força da marca

A sólida imagem que a Wilson, Sons desfruta no mercado contribui para o relacionamento próximo e duradouro com sua base de clientes. Os mesmos reconhecem e confiam no *know-how* que a Companhia conquistou ao longo de seus 173 anos de atuação.

Capital humano e intelectual

A equipe é comprometida com a qualidade de entrega dos serviços e está alinhada com os valores e princípios que norteiam a visão de futuro da Wilson, Sons. O potencial pessoal e profissional de cada colaborador é maximizado pela gestão de pessoas, o que inclui investimentos em treinamento e ações para a troca contínua de experiências, com o propósito de manter o capital intelectual em permanente evolução.

Sinergia dos negócios

A complementaridade entre as unidades de negócio da Companhia é uma das chaves para seu o crescimento sustentável. Prova disso é que 40% dos dez maiores clientes contratam quatro ou mais serviços da Companhia.

Portfólio de serviços

A diversificada gama de serviços da Companhia fortalece sua imagem como uma das maiores operadoras de serviços portuários, logísticos e marítimos do Brasil. O portfólio inclui soluções

especializadas nas áreas de terminais portuários, rebocagem marítima, logística, agenciamento marítimo, apoio a exploração e desenvolvimento da indústria de óleo e gás e indústria naval.

Localização estratégica dos ativos

A Companhia está presente nos principais portos da costa brasileira e a localização do estaleiro no Guarujá (SP) e da Brasco em Niterói (RJ), entre as duas mais importantes bacias de petróleo – Santos (SP) e Campos (RJ) – desempenha posição estratégica no que se refere à construção, manutenção e apoio logístico às embarcações que atendem ao mercado de óleo e gás. A Wilson, Sons também se diferencia pela abrangência dos serviços de agenciamento marítimo, oferecidos nos mais importantes portos do país e também no exterior, por meio de representantes exclusivos na Europa e nos Estados Unidos, e do escritório próprio em Xangai, na China. Além disso, os seus terminais de contêineres estão localizados em estados de grande relevância econômica - Rio Grande do Sul e Bahia.

Pioneirismo

A Companhia foi a primeira do ramo no Brasil a utilizar motores de propulsão azimutal em seus rebocadores, a primeira a vencer a licitação para a operação de um terminal de contêineres privado no país e a primeira a receber certificação de qualidade no ramo de construção naval para o seu estaleiro.

Compromisso com o meio ambiente

Expresso entre os princípios da Companhia, esse compromisso faz parte do dia a dia das operações e resulta em ações práticas, detalhadas no capítulo de Sustentabilidade Corporativa (página 25).

CERTIFICAÇÕES

A busca pela qualidade e aprimoramento dos processos é contínua e está explícita nas certificações que a Wilson, Sons detém em suas diferentes áreas de negócios. Todos os negócios possuem o ISO 9001, que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), e estão empenhados permanentemente na conquista de certificações específicas para suas atividades fim. Além do ISO 9001, a Companhia conta com outras certificações específicas para as suas áreas de atuação.

Na Wilson, Sons Logística, três unidades têm a certificação Sassmaq (Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade), ferramenta para a redução contínua e progressiva dos riscos de acidentes nas operações de transporte e distribuição de produtos químicos.

Já a Wilson, Sons Ultratug Offshore é certificada pelo código ISM Code, cujo o objetivo é estabelecer um padrão internacional para a gestão e a exploração seguras dos navios, a prevenção da poluição e a salvaguarda do homem no mar. Essa certificação faz parte da Convenção Internacional para a Segurança da Vida no Mar (SOLAS).

RELACIONAMENTO
COM O PÚBLICO INTERNO

O capital humano da Companhia desempenha um papel-chave em todos os negócios e que vai muito além da entrega dos serviços no prazo e com qualidade. No dia a dia das operações, cada um dos colaboradores é responsável pela sensação de satisfação e confiança que fica na memória do cliente e o motiva, continuamente, a escolher a Wilson, Sons. Essa crença faz com que a estratégia de futuro da Companhia inclua também o investimento na capacitação técnica e no bem-estar dos colaboradores.

Ao final de 2010, a equipe da Wilson, Sons reunia cerca de 5,6 mil pessoas, o que representa acréscimo de 30% ante o fechamento do exercício anterior, que foi de 4,3 mil. O número contabiliza

os colaboradores que atuam no escritório corporativo, nas diferentes atividades espalhadas pelo Brasil. O crescimento da equipe foi motivado, principalmente, pelo maior volume de cargas movimentado nos terminais portuários, novas operações na área de Logística, crescimento das atividades da Brasco e de *offshore* com a entrada em operação de mais três PSVs e, no estaleiro, com a maior demanda para a entrega de embarcações.

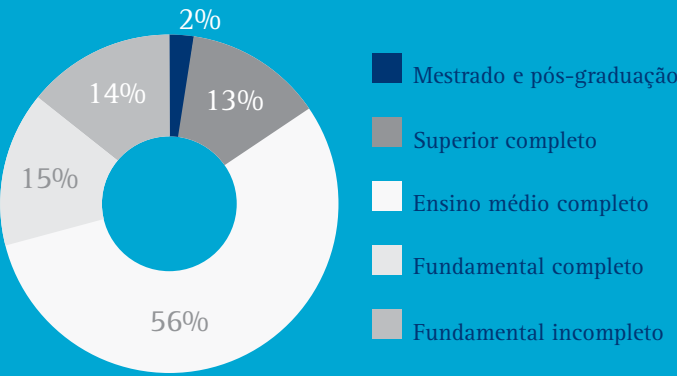
Do total de colaboradores da Companhia, 88,3% são do sexo masculino e 79,0% atuam diretamente ligados às áreas operacionais.

Outras características da população interna podem ser observadas nos gráficos a seguir.

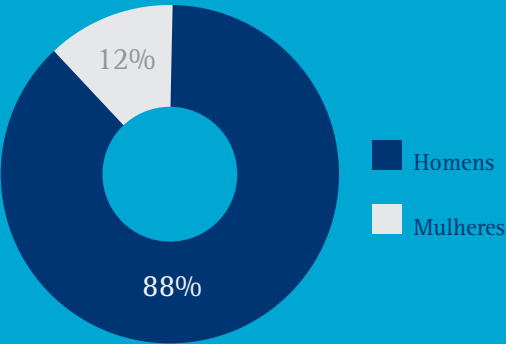
Cada um dos colaboradores é responsável pela sensação de satisfação e confiança que fica na memória do cliente e o motiva, continuamente, a escolher a Wilson, Sons.

Principais Indicadores

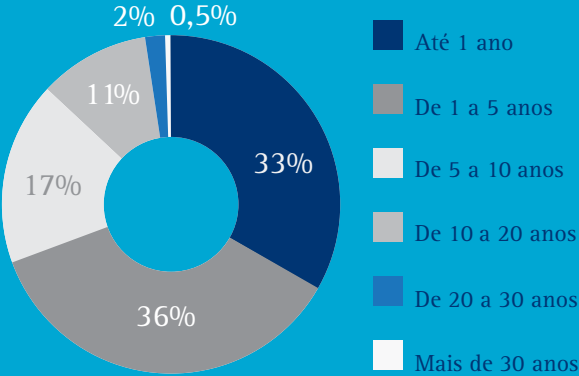
Grau de instrução



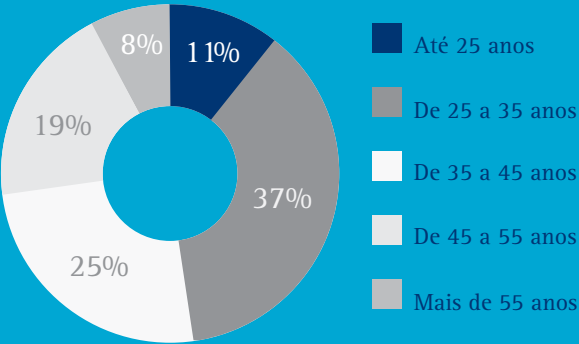
Distribuição por sexo



Tempo de empresa



Faixa etária



A gestão de pessoas da Wilson, Sons é feita pela diretoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional (DHO), que está estruturada em gerências corporativas (Recompensa e Planejamento, Desenvolvimento e Administração) e gerências nos negócios. As três primeiras visam traçar e instituir estratégias alinhadas com a cultura organizacional da Companhia como um todo e atuam em parceria com as gerências de DHO Negócios, que se concentram nas especificidades de cada negócio.

O ano de 2010 também foi significativo no uso da GEP, plataforma de Gestão Estratégica de Pessoas, que integra os pilares de Avaliação de Desempenho, Sucessão e Retenção, e Recompensa. A ferramenta demandou investimento tecnológico e de tempo para a sua introdução, e está ativa em todo o nível gerencial. No próximo ano, passará a ser aplicada também para os cargos de coordenação.

Além de oferecer uma visão integrada do capital humano da Companhia, a GEP permite ao colaborador, com a ajuda de seu gestor, planejar o desenvolvimento da sua carreira, a partir de seu desempenho individual e sua área de interesse. Essa possibilidade gera um sentimento de pertencimento e está alinhada com a Visão da Wilson, Sons, de ser a primeira escolha de seus colaboradores.

Gestão de conhecimento

Aprimorar as competências individuais dos colaboradores contribui para a criação de valor da Companhia como um todo. Cabe à diretoria de DHO conceber e coordenar os projetos de desenvolvimento humano que atendam às demandas dos diferentes negócios da Wilson, Sons. Em 2010, foram realizadas 127.149 horas/aula de treinamento, que envolveram a participação de colaboradores em 8.706 ações de treinamento. Merecem destaque a retomada do Programa de Desenvolvimento Gerencial, que envolveu todos os coordenadores e gerentes da Companhia; o curso de formação técnica para os colaboradores do Tecon Salvador, que foi viabilizado graças a uma parceria com o Senai; e, em junho, o início das atividades do Centro de Formação William Salomon, que em seus primeiros seis meses de atividade capacitou 166 colaboradores da área de Rebocadores.

Ainda no Tecon Salvador foi adotado o programa de treinamento “Interligado com o Tecon”, utilizando a plataforma de *e-learning* para a capacitação dos colaboradores. O uso da ferramenta, que já vinha sendo aplicada na área de agenciamento marítimo desde o ano anterior, consolida esse conceito de treinamento dentro do Grupo.



Em consonância com o crescimento dos negócios da Companhia relacionados ao setor de óleo e gás, foi ministrado treinamento por especialistas na área que reuniu 35 colaboradores, incluindo participantes da alta gestão e colaboradores que atuam direto no negócio. O treinamento teve como objetivo proporcionar uma visão global do segmento e nivelar o conhecimento dos colaboradores, inclusive em temas ligados aos fundamentos da geologia de petróleo e geoengenharia de reservatórios.

O programa de desenvolvimento humano também contempla o custeio parcial para cursos superiores, de pós-graduação e de cursos de idiomas. Em 2010, foram concedidas 56 bolsas de estudos.

Prática de Remuneração e Benefícios

A Wilson, Sons adota, desde 2004, como plataforma de cargos e salários, a metodologia de pontos da Hay Group, que contempla pesquisas anuais para atualização da escala salarial. O pacote de benefícios praticado pelo grupo, contempla, além dos benefícios que constam em acordo coletivo, o custeamento integral do seguro de vida e assistência funeral, planos de previdência privada, nas modalidades de benefício de renda e de benefício único, e o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o qual possui um desenho específico para o grupo de gestores e outro para o de não gestores.

Sustentabilidade corporativa

A visão de sustentabilidade da Companhia abrange as dimensões ambiental, social e econômica.

Com o apoio da consultoria Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), a Wilson, Sons ampliou o escopo do diagnóstico realizado em 2008 para dois negócios, seguindo a metodologia baseada no tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*) e na análise das dimensões do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE).

Em 2010, Offshore e Logística passaram pela fase de diagnóstico e constituição de um comitê de sustentabilidade que será responsável por coordenar e prestar contas sobre as ações que serão adotadas em seus respectivos negócios.

Ao longo do ano, também se investiu na disseminação dos conceitos de sustentabilidade por meio dos veículos de comunicação interna, que incluem quadros de aviso, newsletter eletrônica, coluna na revista *New's* e área específica na intranet.

A agenda contemplou ainda programas para disseminação dos conceitos para embarcados, com a realização da primeira palestra a bordo de uma embarcação PSV, o Talha-Mar. Para o ano de 2011 está previsto treinamento para todas as embarcações.

Governança

Em 2010, o Código de Conduta Ética da Wilson, Sons foi revisto em um processo que envolveu a formação de um comitê composto por colaboradores de todos os negócios e de diferentes níveis hierárquicos. O trabalho de revisão e ampliação do código de ética foi desenvolvido durante nove meses. O comitê analisou as diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e também documentos de outras empresas. Com o objetivo de manter a Companhia alinhada com as melhores práticas do mercado, o processo foi orientado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), e resultou em um documento ainda mais abrangente.

A adesão de cada um dos colaboradores às práticas do Código de Conduta Ética é formalizada durante o processo de integração corporativa. Em sua contratação, cada profissional da Wilson, Sons assume o compromisso de pautar suas ações profissionais pelos princípios de valorização e respeito à vida, ao meio ambiente, à cultura e à legislação que são defendidos pela Wilson, Sons. O documento também prevê que as eventuais dúvidas a respeito de situações concretas devem ser encaminhadas ao superior hierárquico, que consultará o Comitê de Conduta Ética.

Outra iniciativa foi a formalização da Política Social Corporativa, documento abrangente que orienta as ações no âmbito social e ambiental da Wilson, Sons como um todo. Para a elaboração desse documento foi utilizada a mesma metodologia que foi empregada para a construção do código de conduta ética.



Pacto Global
Rede Brasileira



SUSTENTABILIDADE
CORPORATIVA
Uma Nova Agenda



Ação de Natal do programa Criando Laços, em Rio Grande (RS)

Dimensão econômica

Desde 2009, a Wilson, Sons publica o Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA), que se encontra ao final do Relatório.

A Companhia conta com um plano de gerenciamento de crise com foco em reputação e imagem alinhado aos procedimentos de emergência dos negócios. Outro ponto a destacar nesta dimensão, foi a formação de uma equipe de trabalho e a contratação da consultoria detentora da marca EVA® que ao longo de 2011 será responsável pela adoção dessa metodologia.

Dimensão ambiental

O compromisso com a preservação ambiental, o uso consciente de recursos naturais e a redução dos impactos das atividades operacionais no meio ambiente revelam-se em várias frentes. Uma delas diz respeito às certificações, descritas na página 21. Outra está na adoção de tecnologias mais limpas, como é o caso da que está sendo empregada nos novos rebocadores, cujos motores possuem sistema de gerenciamento eletrônico que reduz a emissão de gases poluentes. Todos os novos rebocadores construídos no estaleiro da Wilson, Sons utilizam essa tecnologia. A eficiência energética alcançada pelos projetos das novas embarcações garante a redução de 11,1% de emissão de CO₂ em relação às embarcações construídas na década de 1970.

Também merece destaque o exemplo da Brasco, onde o processo de descarte de resíduos compreende o recebimento, processamento, separação e correta destinação para os resíduos das plataformas de óleo e gás para clientes e terceiros.

Mais uma iniciativa na área de sustentabilidade ambiental foi, em apoio à área de SMS, a divulgação e a adoção da coleta seletiva na matriz, no Rio de Janeiro.

Dimensão social

A transparência e o compromisso com os avanços sociais permeiam o modelo de gestão da Wilson, Sons e se revelam em vários aspectos. A Companhia faz parte, como membro cofundador, do Conselho Brasileiro de Voluntariado Social (CBVE), integra a Comissão de Responsabilidade Social do Instituto Brasileiro de Petróleo e foi a primeira do seu segmento a se tornar signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, a ação que mobiliza a comunidade empresarial para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos em suas práticas de negócios, foi traduzida em dez princípios nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção, que constam no documento Pacto Global – 10 Decisões para Transformar o Planeta.

A Wilson, Sons acredita que a sustentabilidade dos negócios também depende da maneira com que a Companhia se relaciona com o seu público interno e com a comunidade. Em 2010, realizou o seu primeiro censo funcional, denominado Quem Somos Nós?, que envolveu todas as unidades de negócio, além da matriz. O principal objetivo da pesquisa foi analisar como a Companhia é vista por seus colaboradores.

A transparência e o compromisso com os avanços sociais permeiam o modelo de gestão da Wilson, Sons.

Cerca de 50% dos colaboradores (79,6% do sexo masculino e 20,3% do sexo feminino) entregaram os formulários preenchidos. Para 84% a Companhia se preocupa com o meio ambiente, e 71,4% acham que ela é solidária.

O censo também serviu para a Wilson, Sons conhecer a diversidade de cor/raça do público interno: 55,8% declaram-se brancos, 10% negros e 30,9% pardos. Amarelos, indígenas e outros somam 3,3%. Esses e outros resultados servirão para balizar muitas ações futuras da diretoria de DHO.

O relacionamento com a comunidade visa contribuir para a construção de um mundo melhor para as gerações de hoje e do futuro. Assim, a Companhia participa, por meio de custeio financeiro e de ações de voluntariado, de projetos que visam ao respeito e à valorização da vida e a preservação dos patrimônios histórico e cultural.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

› Centro de Memória Wilson, Sons

A história da Wilson, Sons, presente no Brasil há mais de 170 anos, se constitui em valioso patrimônio com cerca de 4 mil documentos representativos da trajetória da Companhia. Tais documentos servem de fonte de informação aos funcionários do Grupo e a pesquisadores em geral. Em 2010, a Companhia lançou um portal de pesquisa, com todo o acervo digitalizado. Os documentos e imagens, separados por temas, agora estão disponíveis a usuários de todas as localidades, independentemente do acervo físico, que permanecerá preservado.

› Manutenção do patrimônio histórico

Com recursos da Lei Rouanet, a Wilson, Sons está comprometida com o financiamento de duas obras de restauração. No Rio Grande (RS), foram concluídas em 2010 as obras de restauração do edifício da prefeitura. Em Salvador, teve início o restauro do prédio da Associação Comercial da Bahia, que abrigou a primeira sede da Wilson, Sons.



Criando Laços, Rio de Janeiro



Voluntários em ação: colaboradores em atividade no programa Criando Laços no Rio de Janeiro

VOLUNTARIADO

A Wilson, Sons acredita que, além de transformar a vida dos beneficiados, as ações de voluntariado têm o poder de gerar resultados internos, como satisfação pessoal e desenvolvimento de espírito de equipe. Assim, por meio da destinação de recursos e da divulgação interna, promove, apoia e incentiva campanhas de voluntariado que aproximem a Companhia e seus colaboradores da comunidade.

As iniciativas de voluntariado estão centralizadas no programa Criando Laços, que conta com um Comitê Gestor responsável por desenvolver as atividades que serão colocadas em prática em cada uma das unidades envolvidas. Atualmente, além do núcleo no Rio de Janeiro (RJ), há voluntários em Rio Grande (RS), Paranaguá (PR) e Santo André (SP).

Em 2010, as atividades do Criando Laços beneficiaram diretamente 1.084 pessoas, entre crianças, jovens e idosos, e envolveram 285 colaboradores. No Rio de Janeiro, a campanha emergencial para as vítimas das chuvas de Niterói e São Gonçalo motivou a participação de 150 voluntários e resultou na doação de 241 cestas básicas e 500 quilos de alimentos, que beneficiaram 300 famílias. As unidades também promoveram ações pontuais voltadas a colaborar com entidades assistenciais, como as campanhas do agasalho, do Dia das Crianças e do Natal.

Em ação desenvolvida em parceria com a Junior Achievement – maior e mais antiga organização de educação prática em negócios, economia e empreendedorismo do mundo – e com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), foi realizado o projeto piloto “Atitudes pelo Planeta”, que contou com palestras de sensibilização sobre empreendedorismo sustentável em escolas públicas do Rio de Janeiro.

APOIO E PATROCÍNIOS

› Amigos do Zippy

(www.amigosdozippy.org.br)

Trata-se de um projeto de desenvolvimento emocional baseado no programa do Centro de Valorização da Vida (CVV) e aplicado a turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental em várias cidades do Brasil. Seu propósito é ajudar crianças de seis a sete anos de idade, com qualquer aptidão, a lidar com as dificuldades do dia a dia, ensinando-as a identificar e conversar sobre seus problemas.

› Brigada Mirim de Ilha Grande

(www.brigadamirim.org.br)

Fundada em 1989 por iniciativa dos próprios moradores de Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro, a organização proporciona trabalho, saúde, educação e cidadania aos jovens. A Wilson, Sons patrocina, a cada ano, dez brigadistas da ONG. Com atuação entre turistas e moradores locais, a missão desses brigadistas é preservar a natureza e conscientizar as pessoas sobre a importância de cuidar do local.

› Casa Jimmy

(www.taskbrasil.org.br)

Fundada em 1992 e estabelecida na Inglaterra, foi idealizada por uma ONG voltada a projetos de apoio à vida e às necessidades de crianças de rua e adolescentes grávidas no Brasil. A unidade da Casa Jimmy localizada em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, tem capacidade para abrigar cerca de 25 crianças e adolescentes de rua grávidas ou com seus bebês.

› Instituto Benjamin Constant

(www.ibc.gov.br)

Referência nacional para questões da deficiência visual, o Instituto possui uma escola, capacita profissionais, assessora escolas e instituições, realiza consultas oftalmológicas, reabilita, produz material especializado, impressos em Braille e publicações científicas. Em 2010, a Wilson, Sons custeou 40 cirurgias.

Mercados de Atuação

Com seus sistemas de atuação, a Wilson, Sons foca em três *drivers* de crescimento: o fluxo de comércio internacional, o setor de óleo e gás e a economia brasileira.

SISTEMA PORTUÁRIO E LOGÍSTICO

É representado pela Wilson, Sons Terminais e a Wilson, Sons Logística.

A Wilson, Sons Terminais opera dois dos principais terminais de contêineres brasileiros e a Brasco, empresa especializada no apoio logístico à indústria de óleo e gás, da qual a Companhia passou a ser a única proprietária em 2010.

Já a Wilson, Sons Logística, atua em todas as etapas da logística da cadeia de suprimentos. Seus serviços envolvem armazenagem, movimentação interna, distribuição e transporte multimodal, por meio de soluções flexíveis e personalizadas.



Colaborador operando equipamento no Tecon Rio Grande (RS)

WILSON, SONS TERMINAIS

Em 2010, as exportações foram impactadas adversamente pelo câmbio fazendo com que os terminais portuários em áreas eminentemente exportadoras tivessem um ano desafiador.

A receita líquida do segmento Terminais Portuários foi de US\$ 228,0 milhões, 30,0% maior que no ano anterior. O resultado foi favorecido pelo desempenho dos terminais que, juntos, movimentaram 928,7 mil TEU, e pela Brasco, que além de conquistar novos contratos no setor de óleo e gás, ampliou seu portfólio de serviços.

Tecon Rio Grande

Localizado a 420 quilômetros da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Tecon Rio Grande responde por 99% da carga containerizada que passa pelo porto de Rio Grande. Em 2010, atracaram ali 951 navios, o que resultou na movimentação total de 666,2 mil TEU. O número deve aumentar ainda mais nos próximos anos, graças aos investimentos em expansão e modernização. O mais recente deles, no valor total de US\$ 20 milhões, propiciou a chegada de seis novos equipamentos, que entraram em funcionamento no começo de 2011.

Com tecnologia de ponta, os novos guindastes servem à movimentação de contêineres no pátio e à carga e descarga de navios no cais, o que propicia ganho substancial de produtividade.

Tecon Salvador

A localização estratégica do porto soteropolitano favorece a atracação de navios que operam as principais rotas do comércio internacional, como Estados Unidos, Europa e Oriente Médio. Ao longo do último ano, o Tecon Salvador operou perto de sua capacidade máxima, somando um total de movimentação de 262,5 mil TEU. O volume, 13% superior ao do exercício anterior, foi favorecido, entre outros fatores, pelo aumento na movimentação de cargas de cabotagem e de importação. Produtos químicos, borracha, papel e celulose, frutas e sucos estiveram entre as principais cargas movimentadas.

A maior conquista para o Tecon Salvador em 2010, ano em que completou dez anos de atividade, foi a aprovação de seu plano de expansão, que vinha sendo pleiteada junto aos órgãos governamentais desde 2005. Com prazo de conclusão previsto para o início de 2012, a ampliação permitirá a atracação de navios maiores, cada vez mais utilizados pelos armadores na rota do Brasil, atualmente prejudicada pela limitação de tamanho de cais e de calado do terminal.

O investimento na expansão do terminal pela Companhia soma-se às iniciativas governamentais para melhorar a acessibilidade ao Porto de Salvador, contribuindo para o desenvolvimento da economia da região. Desde 2000, quando este terminal entrou em operação, a Wilson, Sons investiu no local US\$ 74,4 milhões, o que em muito colaborou para melhorar a eficiência portuária do estado. Para a expansão estão previstos investimentos em torno de US\$ 100 milhões.



Vista aérea do Tecon Rio Grande (RS)



Brasco e Wilson, Sons Ultratug Offshore: exemplo de sinergia dos negócios

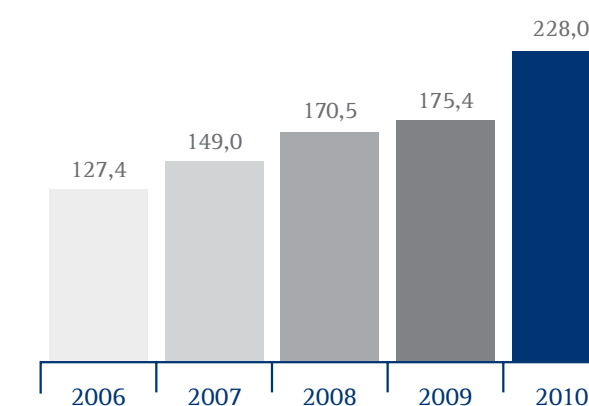
Brasco

Em 2010, em uma decisão estratégica sustentada pelas promissoras perspectivas para o mercado de óleo e gás, a Wilson, Sons adquiriu por US\$ 9 milhões os 25% restantes da participação acionária da Brasco, tornando-se proprietária de 100% do capital social do terminal. Sediada na Ilha da Conceição, em Niterói (RJ), a empresa opera o segundo maior terminal portuário dedicado à prestação de serviços às plataformas de petróleo e tem capacidade de instalar bases de operação em toda a costa brasileira. Atualmente, além de Niterói, há operações em Guaxindiba (RJ), Vitória (ES) e no porto do Rio de Janeiro (RJ).

A Brasco é especializada na gestão de soluções logísticas integradas para a exploração e desenvolvimento da indústria de óleo e gás. Atua na compra, armazenamento e entrega de suprimentos para as plataformas marítimas, como peças, equipamentos, lama, cimento e produtos químicos, além de insumos como alimentos e água. Seu escopo de atuação abrange, ainda, serviços agregados para o mercado de petróleo, como aluguel de contêineres, utilização de equipamentos e pessoal. Por meio da Central de Recolhimento de Resíduos, também recebe, processa, separa e dá o destino correto aos resíduos das plataformas de óleo e gás para clientes e terceiros.

Ao longo do último ano, impulsionada pelas demandas do setor de óleo e gás, a Brasco conquistou novos contratos, com acréscimo de 84,2% na receita líquida, que avançou de US\$ 26,7 milhões em 2009 para US\$ 49,2 milhões em 2010. O potencial crescimento das operações levou à decisão de aumentar os investimentos previstos para o terminal, visando às obras de benfeitoria em Niterói (RJ) e à aquisição de novos equipamentos.

Receita Líquida (US\$ milhões)





Wilson, Sons Logística

Criada em 2000, a Wilson, Sons Logística encerrou 2010 com 25 unidades operacionais espalhadas por todo o território brasileiro e um dos maiores portos secos do país, o complexo Logístico Santo André, na Grande São Paulo, que compreende 92 mil m² de área total e 30 mil m² de armazéns.

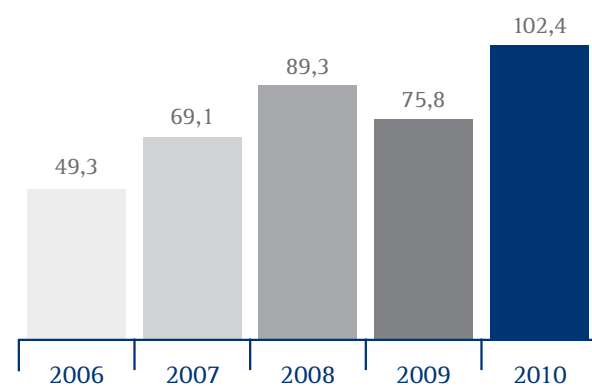
A qualificada equipe de profissionais dedica-se ao desenvolvimento e implantação de projetos para grandes empresas brasileiras e multinacionais. Na carteira de clientes, estão presentes empresas dos setores agroalimentício, papel e celulose, óleo e gás, químico e petroquímico, farmacêutico e cosmético, e de siderurgia e mineração.

Além de oferecer a solução logística customizada para cada tipo de negócio, utilizando os equipamentos e o *mix* de modal de transporte e armazenagem mais adequados para cada caso, a Companhia atua como parceira do cliente, revisando os processos por ele adotados e desenvolvendo soluções inovadoras, de alto valor agregado e ao menor custo possível.

O negócio obteve avanços ao longo de 2010, sobretudo com o crescimento de operações *in house*, que compreendem a gestão de operação nas instalações do cliente. Outro fator positivo para a criação de valor da Wilson, Sons Logística foi a ampliação geográfica de sua atuação, com o *start-up* de operações no Mato Grosso e também no interior de Minas Gerais.

No último exercício, as atividades da área de logística somaram US\$ 102,4 milhões de receita líquida, o que representa crescimento de 35,2% em relação ao exercício anterior. Além dos contínuos investimentos em equipamentos, o desempenho foi positivamente influenciado pelo crescimento robusto da economia brasileira, o que deve se repetir em 2011.

Receita Líquida (US\$ milhões)



Colaboradores em operação de logística *in house*

SISTEMA MARÍTIMO

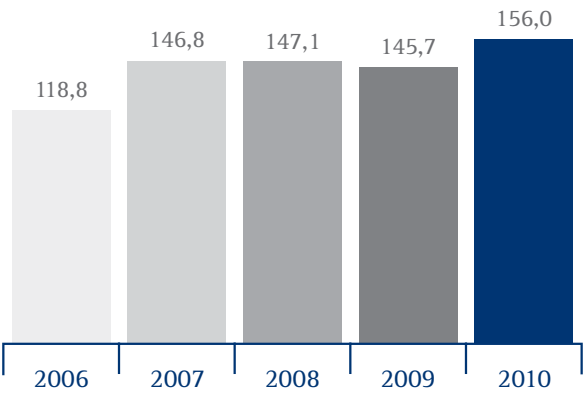
Reúne a frota de rebocadores da Wilson, Sons, o estaleiro e os serviços de agenciamento marítimo. Também faz parte do sistema marítimo da Companhia a *joint venture* Wilson, Sons Ultratug Offshore, cujas embarcações oferecem apoio para plataformas de exploração e produção de petróleo e gás.

Wilson, Sons Rebocadores

Conta com a maior frota de rebocadores da América do Sul, de 72 embarcações, das quais 42 são dotadas de propulsão azimutal, que permite maior capacidade de manobra, além de proporcionar maior segurança e agilidade. Em 2010, a Wilson, Sons Rebocadores colocou cinco novas embarcações em atividade, todas construídas no estaleiro do Guarujá e dotadas desse tipo de tecnologia.

A construção de novos rebocadores faz parte da estratégia da Companhia de aumento e renovação de frota para atender à demanda impulsionada pelo crescimento da indústria de óleo e gás e do fluxo de comércio internacional. Além dos serviços de rebocagem, a Companhia oferece serviços especiais como o suporte a operações de salvatagem, que envolvem, por exemplo, combate a incêndio e desencalhe de embarcações, além de apoio a operações de *offloading*.

Receita Líquida (US\$ milhões)



Em 2010, o porte e a qualidade da frota, a sua abrangência na costa brasileira e também o *know-how* da Companhia, permitiram à Wilson, Sons realizar um total de 51.507 manobras, o que manteve a Companhia no posto de maior operadora de serviços de rebocagem portuária e oceânica no Brasil, com participação de mercado em cerca de 50%. As manobras portuárias representaram 84,4% da receita líquida, que foi de US\$ 156,0 milhões, enquanto as operações especiais, as quais muitas são relacionadas ao setor de óleo e gás, alcançaram 15,6%.

O planejamento para o segmento de rebocadores prevê a continuidade do crescimento e a renovação da frota em 2011, com a entrega de mais cinco embarcações. O financiamento já aprovado virá de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Wilson, Sons Estaleiros

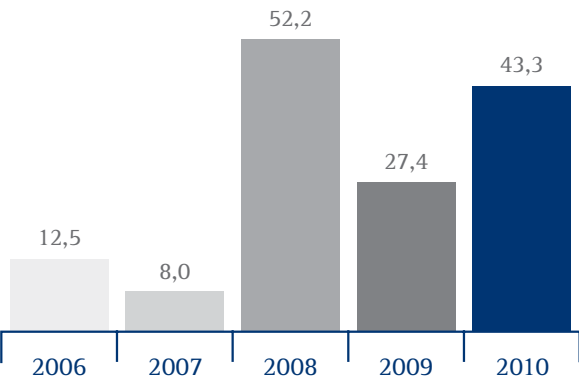
Localizado no Guarujá (SP), o estaleiro da Companhia ocupa área de 20 mil m² e tem capacidade para a construção ou manutenção simultânea de embarcações de pequeno e médio porte, principalmente para uso próprio.

Em 2010, foram entregues oito embarcações, sendo cinco rebocadores, dotados com propulsão azimutal, e três PSVs (*platform supply vessels*), construídos com tecnologia de ponta e voltados ao apoio de plataformas de petróleo. A conclusão de todas as embarcações deu-se antes do prazo contratado, o que garantiu a satisfação do cliente e a antecipação dos fluxos de caixa para a Companhia.

A eficiência do Estaleiro da Wilson, Sons resulta da busca constante pelo aprimoramento, com o emprego de tecnologias de ponta e o desenvolvimento de fornecedores locais para garantir a entrega e a qualidade dos materiais utilizados.

O crescimento dos negócios do estaleiro reflete-se no incremento de 57,8% da receita líquida, US\$ 43,3 milhões em 2010 ante US\$ 27,4 milhões em 2009.

Receita Líquida (US\$ milhões)



Soldador do estaleiro do Guarujá (SP)

Considerando o momento de crescimento dos negócios e dada a importância estratégica do estaleiro para algumas das atividades da Wilson, Sons, em 2010 teve início o projeto de sua expansão, que dobrará a área construída local e somará um novo dique seco. A ampliação da capacidade do estaleiro do Guarujá permitirá construir também embarcações de médio porte nessas instalações. Na concretização do projeto serão investidos cerca de US\$ 47 milhões. Com previsão de conclusão no final de 2011, a obra é importante para a maior participação da Companhia no mercado de óleo e gás. Isso porque sua localização geográfica, perto das duas mais importantes bacias de petróleo do Brasil – Santos (SP) e Campos (RJ) –, coloca o estaleiro do Guarujá como um polo de construção e manutenção de OSVs (*offshore support vessels*).

Também alinhado com a visão de futuro da Companhia, o projeto para a criação de um novo estaleiro no porto de Rio Grande (RS) teve avanços em 2010, com a conquista da licença prévia concedida pelos órgãos responsáveis. Na construção, serão investidos cerca de US\$ 155 milhões. Além de infraestrutura, equipamentos e embarcações, o aporte financeiro foca a formação de inteligência para a construção de embarcações de apoio à plataforma marítima, como AHTS - *Anchor Handling Tug Supply*, e rebocadores portuários e oceânicos. Por esse motivo, a primeira obra no local será a construção de um centro técnico para formação de soldadores, montadores e pintores, nos mesmos moldes do que já existe no estaleiro do litoral paulista.

As obras de expansão do estaleiro do Guarujá e do estaleiro de Rio Grande serão financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante.



PSV Petrel

Wilson, Sons Ultratug Offshore

O processo de criação da *joint venture* com a empresa Ultratug S.A, que pertence ao grupo Ultramar, sediado no Chile, foi finalizado em maio de 2010. A parceria potencializa a *expertise* da Wilson, Sons na operação de embarcações mais sofisticadas e traz ganho de escala imediato às atividades da Companhia, por meio do melhor aproveitamento das oportunidades da indústria de óleo e gás brasileira.

A Wilson, Sons Ultratug Offshore chegou ao final do ano de 2010 com dez embarcações do tipo PSV, sendo que três delas foram entregues no último exercício. Além disso, o 11º PSV foi batizado em março de 2011 e já entrou em operação. As embarcações atuam no trajeto entre as plataformas petrolíferas e os terminais de apoio a óleo e gás, no transporte de equipamentos, lama de perfuração, tubos, cimento e alimentos, entre outros materiais necessários ao negócio, além de trazer ao continente os resíduos gerados pelas plataformas.

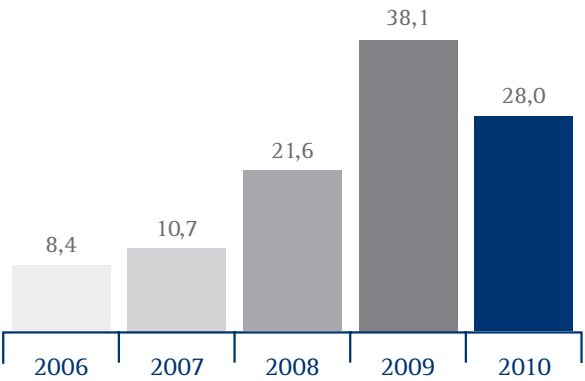
No segundo semestre de 2010, foi firmado um contrato do tipo guarda-chuva para financiamento de US\$ 670 milhões, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que serão destinados para a construção de 13 embarcações de apoio marítimo (OSVs). Construídas no estaleiro da Companhia, as mesmas serão entregues entre 2011 e 2015, aumentando a frota da *joint venture* para um total de 24 embarcações.

O objetivo do projeto de ampliação da frota é compor um *mix* adequado de embarcações que atenda às necessidades das companhias nacionais e internacionais de petróleo que atuam no Brasil.

Apenas o plano estratégico da Petrobras estima que a empresa irá precisar de 250 novas embarcações até 2020 para suportar suas operações, enquanto estudos apontam que todo o setor demandará cerca de 400 embarcações nessa década para as atividades de exploração e produção das reservas do pré e pós-sal.

Em 2010, a receita líquida da área responsável pelo apoio marítimo a plataformas de exploração e produção de petróleo e gás foi de US\$ 28 milhões.

Receita Líquida (US\$ milhões)





Wilson, Sons Agência

Origem dos negócios da Companhia, a Wilson, Sons Agência iniciou suas atividades em 1837. É uma das maiores agências marítimas independentes do país, presente nos principais portos brasileiros, que atua diretamente em nome dos armadores na prestação de serviços de atendimento aos navios e de representação comercial. Em 2010, com o propósito de consolidar sua presença no setor, passou a contar com representantes exclusivos na Europa e nos Estados Unidos, além de um escritório próprio em Xangai, na China.

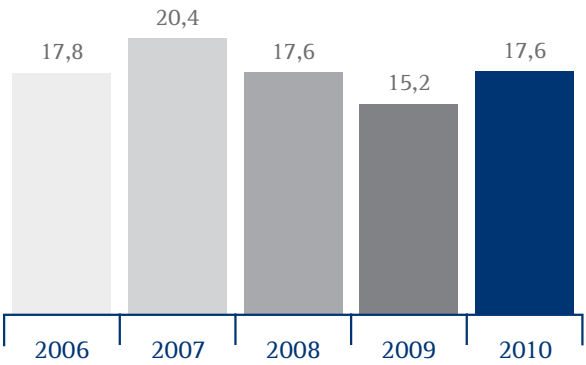
A Agência opera na logística de equipamentos e documentações de embarque e no atendimento operacional da escala de navios de frotas regulares (*liner*) e não regulares (*tramp*). Também possui *expertise* em toda a documentação relativa ao transporte marítimo, gestão logística, dos contêineres e controle de *demurrage* (tempo de devolução dos contêineres).

Todo o processo é gerido a partir da Central de Serviços Compartilhados (CSC), que permite a coordenação eficiente do fluxo de informações entre a Companhia, os armadores e seus clientes. A plataforma abrange a gestão dos serviços de documentação e de custos, além de ter função estratégica, uma vez que agrega relevantes informações do setor.

Para a indústria de óleo e gás, além dos serviços de despacho e liberação comuns de agenciamento, a Agência oferece serviços de admissão temporária, importação das embarcações e importação de peças, homologação de heliponto, vistorias e certificados das autoridades portuárias, além da emissão de visto, despacho e coordenação de troca de tripulantes, entrega de peças sobressalentes e fornecimentos, pré-inspeção no exterior e coordenação geral.

Com custos em real e a maior parte das receitas em dólar, oriundas de serviços relacionados ao comércio internacional, os serviços de agenciamento da Companhia são negativamente impactados pela desvalorização da moeda norte-americana. Ainda assim, graças ao maior volume de operações – traduzido em aumento de 11,2% nas escalas atendidas no ano – a receita líquida da Agência em 2010 superou em 15,9% a do ano anterior, somando US\$ 17,6 milhões.

Receita Líquida (US\$ milhões)





Desempenho em 2010

O dinamismo da economia interna,
as novas demandas do mercado de óleo e gás
e a boa imagem da Companhia favoreceram
os resultados do ano.

Análise do Desempenho Econômico-Financeiro – MD&A

PANORAMA ECONÔMICO

A economia brasileira apresentou forte expansão do nível de atividade durante o primeiro semestre do ano. Na comparação entre o primeiro semestre de 2010 com o mesmo período de 2009, o crescimento do PIB alcançou 8,8%. A desaceleração do ritmo de crescimento a partir do terceiro trimestre não se contrapõe ao fato de a economia doméstica seguir aquecida, com nível de atividade elevado. Os números indicam um crescimento mais comedido, o que não chegou a prejudicar o resultado anual. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB em valores correntes atingiu US\$ 2,1 trilhões no ano, aumento de 7,5% em relação a 2009.

Apesar do avanço ter sido beneficiado pela base fraca de comparação do período anterior, a evolução do PIB foi a maior desde 1986 e refletiu o desempenho positivo dos setores de agropecuária (+ 6,5%), indústria (+10,5%) e serviços (+ 5,4%). O PIB *per capita* também foi ascendente, registrando alta de 6,5% quando comparados os valores apurados, de US\$ 9.451,10 em 2009 e de US\$ 10.804,50 em 2010. O mercado interno continuou sendo a sustentação do dinamismo da economia interna, assim como ocorreu no ano anterior. Entre os componentes da demanda, merece destaque a despesa de consumo das famílias, que cresceu 7,0% em 2010 – sétimo ano consecutivo de variação positiva – influenciada pelos aumentos da massa salarial e do crédito direcionado às pessoas físicas.

A taxa de investimento, acompanhando a tendência de expansão da atividade econômica, foi de 18,4% do PIB, superior em 1,5 p.p. a de 2009 (16,9%). Já a taxa de poupança alcançou 16,5% do PIB ante 14,7% no período anterior, incremento de 1,8 p.p.

As contas externas nacionais sofreram impacto dos crescentes volumes de importação, do aumento nas remessas de lucros e dividendos, e de maiores gastos com serviços, especialmente transportes, aluguel de equipamentos e turismo no exterior.

O balanço de pagamentos brasileiro registrou superávit de US\$ 49,1 bilhões em 2010. Apesar do superávit obtido, houve déficit nas transações correntes de US\$ 47,5 bilhões, ante resultado também deficitário de US\$ 24,3 bilhões em 2009. O déficit atual está relacionado, principalmente, ao fato de o Brasil estar crescendo e consumindo em um ritmo superior ao verificado em outros países. Ao contrário do que aconteceu em períodos anteriores, o resultado das contas externas vem sendo acompanhado por aumento nos investimentos estrangeiros, o que contribui para financiar o déficit. Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED) atingiram valor recorde de US\$ 48,5 bilhões em 2010, o que corresponde à expansão de 86,8% em relação a 2009. A participação no capital de empresas no país, incluídas as conversões em investimentos, somou ingressos líquidos de US\$ 40,1 bilhões, enquanto os empréstimos intercompanhias totalizaram US\$ 8,3 bilhões no ano.

O resultado da balança comercial do país refletiu os efeitos da valorização do real e do forte consumo interno. Em 2010, a corrente de comércio totalizou US\$ 383,6 bilhões, com exportações de US\$ 201,9 bilhões e importações de US\$ 181,6 bilhões, incrementos de 36,6%, 32,0% e 42,2% ante 2009, respectivamente. As expressivas taxas de crescimento indicam a retomada das vendas externas brasileiras e o dinamismo da economia nacional. Comparativamente a 2009, as vendas de produtos básicos avançaram 45,3% e as de semimanufaturados e manufaturados apresentaram expansão de 37,6% e 18,1%, respectivamente.

Os produtos manufaturados responderam por 39,4% do total exportado pelo Brasil em 2010. O saldo comercial atingiu US\$ 20,3 bilhões no ano, o menor desde 2002, representando decréscimo de 19,8% em relação aos US\$ 25,3 bilhões apurados em 2009. O recuo do superávit comercial é resultado do aumento das importações em ritmo superior ao das exportações, associado à apreciação do real e ao desempenho comercial agressivo dos principais parceiros do país, estimulado pela desvalorização de suas moedas.

Se por um lado alguns indicadores não são tão favoráveis – como o déficit em transações correntes e a diminuição do superávit comercial – por outro, o nível das reservas internacionais e a posição da dívida externa apresentaram melhora e se mantiveram em patamares confortáveis. As reservas internacionais alcançaram US\$ 288,6 bilhões ao final de dezembro, acréscimo de US\$ 49,5 bilhões ou 20,7% quando comparado à posição de 2009. A dívida externa total estimada no fechamento de 2010 somou US\$ 255,7 bilhões, sendo US\$ 198,7 bilhões de longo prazo e US\$ 56,9 bilhões de curto prazo, e registrou declínio de 9,3% ante o valor de US\$ 282,0 bilhões no ano anterior.

A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após encerrar 2009 em 4,3%, voltou a subir e chegou a 5,9% no acumulado de 2010. É a taxa mais elevada desde 2004, quando o índice foi de 7,6%. O resultado ficou acima do centro da média da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 4,5%, embora abaixo do limite superior de 6,5%. Nesse contexto, mediante análise do Comitê de Política Monetária (Copom), a taxa Selic média do ano foi de 10,1% a.a.

A tendência de fortalecimento do real, iniciada em 2009, prosseguiu durante 2010. Entre as medidas adotadas pelo Banco Central do Brasil para conter o enfraquecimento da moeda norte-americana em relação ao real, vale citar a compra de US\$ 41 bilhões nos leilões de dólares do mercado à vista. O volume é superior ao fluxo de moeda estrangeira que entrou no país, estimado em cerca de US\$ 26 bilhões. A medida, entretanto, não obteve pleno sucesso. O dólar comercial médio encerrou 2010 em R\$ 1,76 e a taxa de câmbio PTAX em R\$ 1,67, recuo de 3,2% e 4,4% no ano, respectivamente.

	2006	2007	2008	2009	2010
Selic anualizada (% a.a.) ¹	13,25%	11,25%	13,75%	8,75%	10,75%
Taxa de câmbio PTAX (R\$ x US\$) ¹	2,14	1,77	2,34	1,74	1,67
Valorização do dólar frente ao real ²	-8,52%	-17,00%	31,87%	-25,42%	-4,37%
IPCA ²	3,14%	4,46%	5,43%	4,31%	5,91%

- 1. Final do período.
- 2. Acumulado no período.

As demonstrações financeiras da Companhia são reportadas com base nas normas contábeis estabelecidas pelo International Financial Report Standards (IFRS). A decisão por adotar o padrão IFRS deu-se a partir do exercício de 2004 e está relacionada ao fato de a Wilson, Sons ser controlada pela Ocean Wilson Holdings Limited, uma companhia de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres. Dessa forma, já há sete anos é padrão na Wilson, Sons a exigência que a legislação brasileira fez para todas as companhias de capital aberto a partir do exercício de 2010 e que tem como objetivo alinhar os padrões contábeis locais às práticas internacionais.

A seguir, são apresentados os comentários sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2010, detalhando as informações operacionais e financeiras dos diferentes negócios da Wilson, Sons. Todos os dados, exceto quando indicado o contrário, estão apresentados em dólares norte-americanos. O desempenho operacional e financeiro da Wilson, Sons é diretamente influenciado por três fatores principais: (i) o comportamento do comércio internacional brasileiro; (ii) a dinâmica da indústria local de óleo e gás; e (iii) o ritmo de crescimento da economia do país.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Sistema Portuário e Logístico

Terminais de contêineres e Brasco

No ano, a receita líquida proveniente de Terminais Portuários atingiu US\$ 228,0 milhões e o lucro operacional foi de US\$ 62,7 milhões, valores 30,0% e 34,8% maiores em comparação aos apurados em 2009. O volume total operado nos terminais da Wilson, Sons alcançou 928,7 mil TEU (medida equivalente a um contêiner-padrão, de 20 pés), acréscimo de 4,6% em relação a 2009. O crescimento do volume movimentado não foi maior devido ao perfil exportador dos terminais da Companhia que, portanto, sofreram os efeitos do recuo das exportações como um todo – refletido no decréscimo das operações de longo curso. A expansão da receita resultou do significativo aumento das atividades da Brasco associado aos maiores níveis de movimentação de cabotagem e transbordo no Tecon Rio Grande e Tecon Salvador, 8,8% e 17,3% respectivamente, ambos também favorecidos pelo melhor *mix* de preços.

Os resultados da Brasco, terminal de apoio logístico ao setor de óleo e gás, refletiram o aquecimento do setor traduzido em novos contratos e maior demanda das empresas de petróleo por serviços auxiliares prestados por ela. A receita líquida e o EBITDA apresentaram aumentos de 84,2% e 63,8% no ano e encerraram 2010 em US\$ 49,2 milhões e US\$ 14,9 milhões, respectivamente.

Como comentado antes, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano ao longo de 2010, impulsionou as importações e, paralelamente, enfraqueceu as exportações nacionais. Nesse cenário, a cabotagem foi favorecida ainda mais, levando-se em consideração o aquecimento da economia doméstica. Os volumes de cabotagem movimentados pela Wilson, Sons registraram aumento de 14,3% e outras operações cresceram 37,8% no período.

Dessa maneira, o EBITDA do negócio Terminais Portuários no fechamento do exercício foi de US\$ 76,3 milhões, 30,9% acima do apurado em 2009. A margem EBITDA ficou praticamente estável, encerrando o ano em 33,5% ante 33,2% no período anterior.

TERMINAIS PORTUÁRIOS Volume total (mil TEU)	2006	2007	2008	2009	2010	2010 x 2009 (%)
Longo curso	623,2	650,6	627,5	639,0	611,7	-4,3%
Cabotagem	102,0	113,1	120,4	112,7	128,8	14,3%
Outros*	158,6	135,8	117,2	136,6	188,2	37,8%
Total	883,8	899,5	865,1	888,3	928,7	4,5%

Logística

O dinamismo da economia nacional e a expansão do nível de atividades favoreceram o fechamento de novos contratos, a renovação de outros já existentes e o crescimento das operações *in house*. Assim, a receita líquida alcançou US\$ 102,4 milhões, o EBITDA totalizou US\$ 13,1 milhões e a margem EBITDA atingiu 12,8%, correspondendo respectivamente a avanços de 35,2%, 86,2% e 3,5 p.p. na comparação com 2009.

Sistema Marítimo

Rebocagem

A receita líquida auferida pelo negócio Rebocagem totalizou US\$ 156,2 milhões em 2010, acréscimo de 7,2% em relação a 2009. A evolução foi resultado do crescimento no número de manobras portuárias (+2,9%) e da maior demanda por operações especiais, favorecidas pelas operações de salvatagem, suporte à construção de plataformas e aos terminais de GNL – Regaseificação de Gás Natural Liquefeito. A participação das operações especiais na receita total do negócio dobrou ao longo dos últimos anos, passando de 7,6% em 2007 para 15,6% em 2010.

Já o EBITDA somou US\$ 53,4 milhões e a margem EBITDA foi de 34,3%, o que corresponde a recuos de 12,8% e 7,8 p.p., respectivamente, ante 2009. Essa queda deveu-se ao impacto positivo dos créditos fiscais de US\$ 6,5 milhões no resultado de 2009. Em contraste, os resultados de 2010 incluem o efeito negativo de débitos fiscais de US\$ 1,0 milhão. Além desses efeitos, a apreciação do real também afetou a margem do negócio, uma vez que grande proporção dos custos está atrelada ao real, enquanto das receitas está atrelada ao dólar norte-americano.

Offshore

Os resultados anuais do negócio foram impactados pela formação da *joint venture* Wilson, Sons Ultratug Offshore, já mencionada neste Relatório. Após a formalização da parceria, em maio de 2010, os resultados passaram a ser reportados proporcionalmente, com 50% de participação da Wilson, Sons. Adicionalmente, a migração de quatro

embarcações do mercado *spot* para contratos de longo prazo afetou negativamente os resultados, como consequência, a receita líquida, o EBITDA e a margem EBITDA foram de US\$ 28,0 milhões, US\$ 13,1 milhões e 46,8%, o que representa quedas de 26,5%, 31,6% e 3,5 p.p. em relação ao apurado em 2009, quando o resultado era integralmente consolidado.

Estaleiro

A receita líquida anual atingiu US\$ 43,3 milhões, 57,8% acima do patamar de 2009, devido à entrega das embarcações PSV. O EBITDA foi de US\$ 6,1 milhões, o que representou diminuição de 38,3% quando comparado ao do ano anterior. A margem EBITDA registrou decréscimo de 21,9 p.p., passando de 36,0% em 2009 para 14,1% em 2010. Os recuos traduzem os efeitos da formalização da *joint venture* Wilson, Sons Ultratug Offshore: 50% das atividades de construção do estaleiro são contabilizadas como receita de terceiros e os demais 50% continuarão a ser considerados como atividades intercompanhias, com reflexo apenas na conta de Ativo Imobilizado e, portanto, sem integrar a margem do negócio.

Agência Marítima

A recuperação observada em 2010 no fluxo de comércio internacional levou ao crescimento de volumes registrados no ano, maiores números de escalas atendidas (+11,2%), de BLs (*bill of ladings*) processados (+13,1%) e de contêineres controlados (+5,6%). Os incrementos em todos os indicadores operacionais da Agência explicam a receita líquida, com soma total de US\$ 17,6 milhões e alta de 15,9% em relação a 2009. O EBITDA somou US\$ 0,8 milhão ante US\$ 2,3 milhões no ano anterior. A margem EBITDA apresenta recuo de 10,7 p.p. na mesma comparação, sendo de 4,6% em 2010 e 15,3% em 2009. O declínio da margem ocorreu devido aos maiores custos e da valorização do real no período, uma vez que 100% dos custos do negócio são denominados na moeda brasileira e grande proporção das receitas são denominadas em dólares americanos.

Desempenho Consolidado

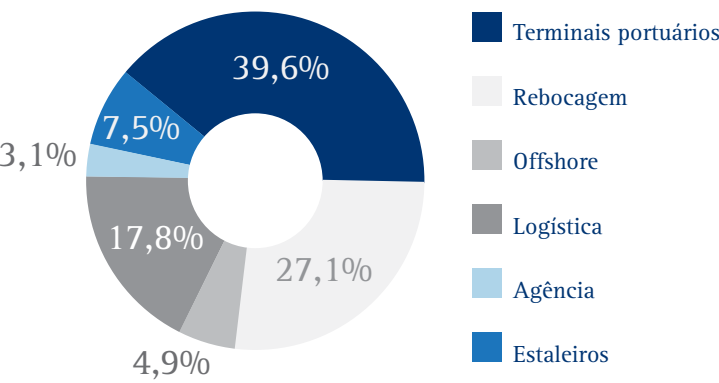
A receita líquida da Companhia atingiu US\$ 575,6 milhões, o que representou incremento de 20,4% no ano quando comparada a 2009 (US\$ 477,9 milhões). O avanço da receita reflete a maior demanda pelos serviços portuários, marítimos e de logística oferecidos pela Wilson, Sons, resultante da expansão de 36,6% da corrente de comércio nacional (exportações mais importações) e da evolução positiva do setor de óleo e gás.

Mais de 65% das receitas da Wilson, Sons são provenientes dos negócios Terminais Portuários e Rebocagem, que registraram receitas anuais 30,0% e 7,1% maiores, contribuindo para o bom desempenho da Companhia. A expansão das atividades da Brasco, o crescimento da movimentação de cabotagem e transbordo nos Tecons Rio Grande e Salvador e o aumento de operações especiais compensaram o impacto negativo da valorização do real e o efeito desfavorável nos volumes exportados pelo Brasil.

O aquecimento do mercado interno criou condições para o desenvolvimento favorável dos negócios de Logística da Companhia, segmento que responde por 17,8% da receita total. Aliado ao aumento das receitas derivadas dos serviços de agenciamento marítimo, responsáveis por 3,1% do total, esse desenvolvimento contribuiu para o crescimento das receitas da Companhia.

Receita Líquida 2010

US\$ 575,6 milhões

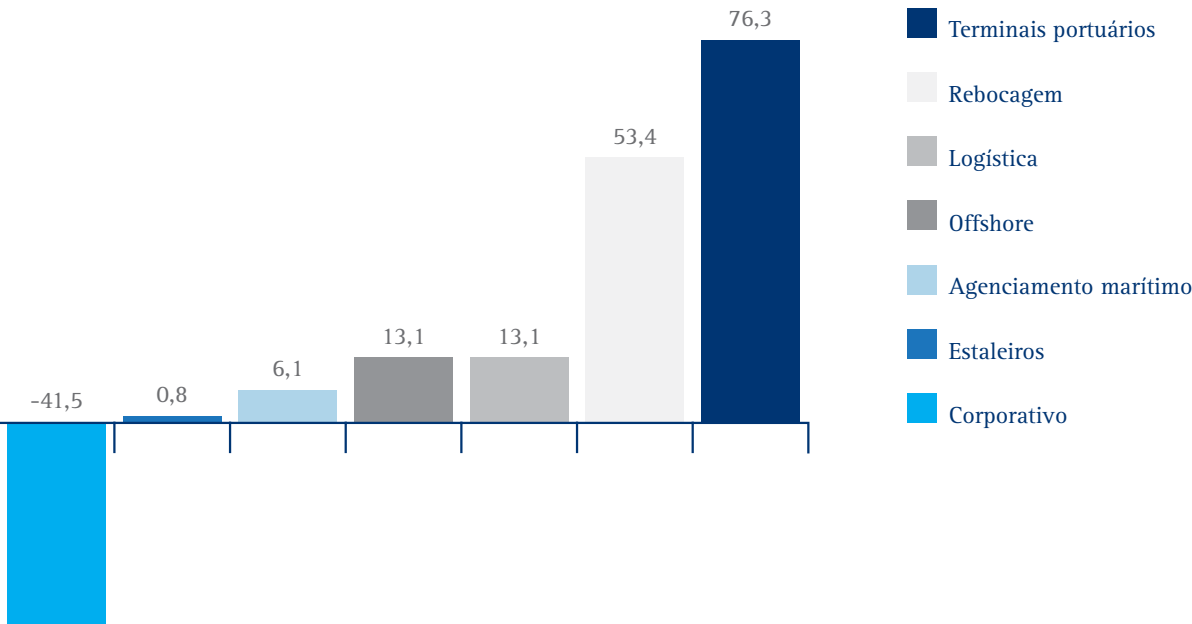


O total dos custos e despesas anuais da Companhia somou US\$ 474,6 milhões em 2010, 32,7% maior do que o valor apurado em 2009 (US\$ 357 milhões). É importante ressaltar que esse montante reflete os efeitos contínuos do fortalecimento do real em relação ao dólar norte-americano, moeda funcional da Wilson, Sons. Paralelamente, os custos e despesas foram afetados pelos aumentos de 35,6% nos custos com insumos e matérias-primas e de 33,3% nas despesas de pessoal. Juntos, os dois itens correspondem a 56,0% dos custos e despesas totais. Insumos e matérias-primas foram impactados pelas atividades de construção no estaleiro da Companhia, já comentadas neste Relatório. Os maiores gastos com pessoal ocorreram em função do aumento do número de funcionários, necessário para atender à ampliação das operações e negócios da Wilson, Sons. As despesas com depreciação e amortização somaram US\$ 42,9 milhões em 2010, 33,9% superiores ao valor registrado em 2009, em função de maiores investimentos durante o período. Outro fator que impactou o resultado da Companhia em 2010 foi o montante contabilizado em Outras Despesas Operacionais, de US\$ 188,3 milhões, com acréscimo de US\$ 37,0 milhões (+24,4%) frente aos US\$ 151,3 milhões em 2009. Os principais impactos foram provenientes do acréscimo dos custos de serviços (+US\$ 10,1 milhões), e outros aluguéis (+US\$ 6,6 milhões).

Em 2010, o EBITDA consolidado totalizou US\$ 121,4 milhões, decréscimo de 5,4% quando comparado aos US\$ 128,4 milhões auferidos no ano anterior. A margem EBITDA também apresentou declínio no ano, 21,1% em 2010 ante 26,9% em 2009. Os principais fatores que levaram à diminuição da margem foram: (i) dos créditos fiscais de US\$ 6,5 milhões no resultado de 2009. Os resultados de 2010 incluem o efeito negativo de créditos fiscais de US\$ 1,7 milhão; (ii) redução das receitas de Offshore devido ao maior número de embarcações operando em contratos de longo prazo com a Petrobras com *daily rates* menores; (iii) formalização da *joint venture* Wilson, Sons Ultratug que passou a ser consolidada proporcionalmente, com 50% de participação da Wilson, Sons.

EBITDA 2010

US\$ 121,4 milhões



A Companhia registrou ganho financeiro líquido de US\$ 2,1 milhões em 2010, ante ganho financeiro líquido de US\$ 24,8 milhões em 2009. As receitas financeiras foram de US\$ 13,9 milhões em 2010 comparativamente a US\$ 34,3 milhões em 2009. Esse declínio resultou principalmente do menor impacto da desvalorização em ritmo mais moderado do dólar norte-americano frente ao real em 2010. Ao mesmo tempo, as despesas financeiras apresentaram acréscimo de 23,7%, passando de US\$ 9,6 milhões em 2009 para US\$ 11,8 milhões em 2010, resultantes de um maior endividamento da Companhia.

O lucro líquido consolidado em 2010 alcançou US\$ 70,4 milhões, com margem líquida de 12,2%, o que representa queda de 21,8% em relação ao lucro do ano anterior (US\$ 90,0 milhões) e diminuição de 6,6 p.p. na margem líquida no mesmo período de comparação. O recuo do lucro líquido se deve, principalmente, ao declínio do lucro operacional da Companhia, conforme mencionado anteriormente.

Endividamento

A dívida bruta da Wilson, Sons, no fechamento do exercício de 2010, totalizava US\$ 325,3 milhões, resultado dos investimentos na expansão em renovação das frotas e investimentos em terminais e logística.

Em referência as frotas de rebocadores e *offshore*, o saldo total dos empréstimos obtidos junto ao BNDES e ao Banco do Brasil, de recursos provenientes do Fundo da Marinha Mercante, atingiram US\$ 247,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, 7,2% superior em relação ao montante de 2009 (US\$ 230,6 milhões).

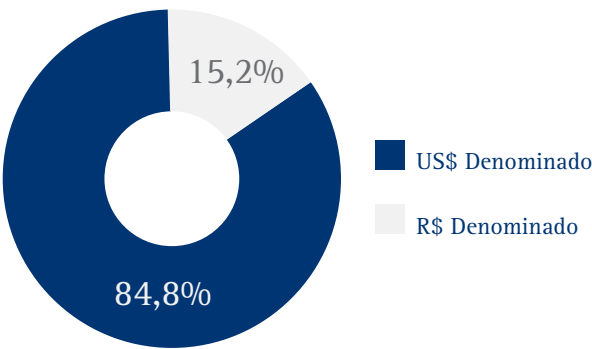
Os contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de *leasing* são considerados no saldo total da dívida. Ao final de 2010, tais contratos relacionados à compra de equipamentos destinados aos negócios de Logística, somavam US\$ 11,1 milhões.

O perfil do endividamento da Companhia mostra que a maior parte (90,7%) dos empréstimos é de longo prazo e 84,8% são denominados em dólares norte-americanos.

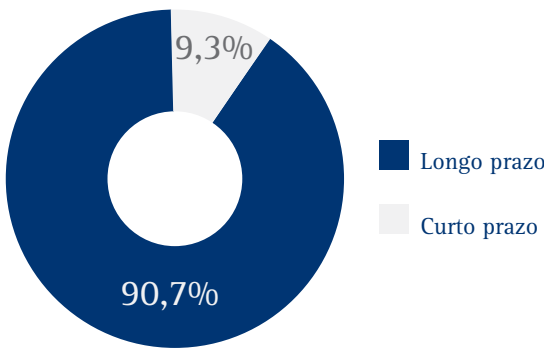
Perfil da Dívida

31/12/2010 – US\$ 325,3 milhões

Por moeda



Por vencimento



A Companhia mantém alavancagem financeira satisfatória, de acordo com seu perfil de gestão de caixa. Descontados os US\$ 154,9 milhões de recursos em caixa e equivalentes, a dívida líquida no encerramento do exercício era de US\$ 170,4 milhões, o que resulta em um múltiplo Dívida Líquida/EBITDA de 1,4x.

Fluxo de Caixa

No encerramento do exercício de 2010, o saldo de caixa da Wilson, Sons era de US\$ 118,2 milhões, US\$ 59,9 milhões inferior aos US\$ 178,1 milhões registrados ao final de 2009. As movimentações de entrada de caixa no decorrer do ano foram representadas por US\$ 97,0 milhões provenientes da geração operacional de caixa das atividades, US\$ 84,0 milhões de captação de empréstimos e financiamentos, e US\$ 8,6 milhões referentes à receita financeira. Os principais desembolsos realizados foram relativos a investimentos para ampliação da frota, tanto de rebocadores como de PSVs, aquisição de equipamentos para Logística e Terminais Portuários e amortização de juros e principal de empréstimos e financiamentos e *leasing*. A Wilson, Sons também desembolsou, em 2010, US\$ 22,5 milhões na forma de dividendos.

Mercado de Capitais

Valorização das ações da Companhia se mantém acima do Ibovespa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Wilson, Sons, companhia de capital aberto com ações listadas na Bolsa de Luxemburgo e com BDRs (*Brazilian Depositary Receipt*) negociados na BM&FBovespa, é controlada pela Ocean Wilsons Holding Limited, companhia de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres.

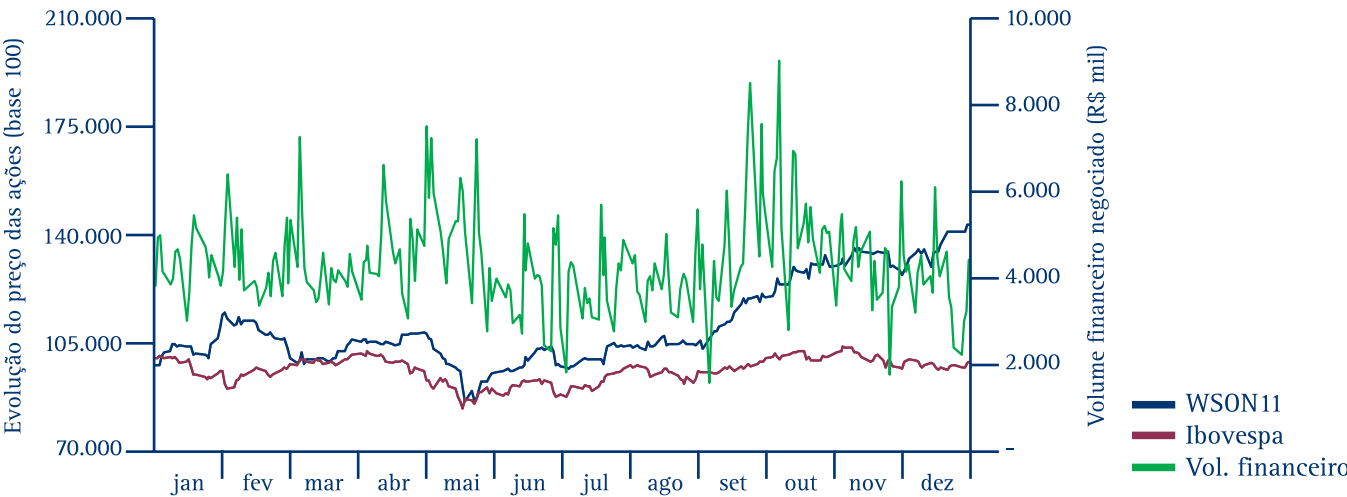
	Número de ações (ordinárias)	% do capital
Ocean Wilsons Holdings Limited	41.444.000	58,25%
Outros (<i>free float</i>)	29.700.000	41,75%
Capital total	71.144.000	100%

DESEMPENHO

Em 2010, os BDRs da Wilson, Sons (WSON11) encerraram o ano cotados a R\$ 32,00, o que representa alta de 49,0%. No mesmo período, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) apresentou valorização de 1,0%.

O volume financeiro movimentado em 2010 foi de R\$ 1,2 trilhão, com recuo de 7,7% em relação ao de 2009, que totalizou R\$ 1,3 trilhão. O valor de mercado das 471 empresas listadas na BM&FBovespa no encerramento de 2010 atingiu R\$ 2,6 trilhões, montante 10,3% superior aos R\$ 2,33 trilhões no fechamento de 2009, quando haviam 385 empresas listadas.

Foram realizadas 11.114 transações com BDRs da Wilson, Sons durante o ano, envolvendo 15.154.200 títulos, totalizando volume financeiro de R\$ 378,8 milhões. Comparativamente a 2009, houve aumento em todos os indicadores, uma vez que no ano anterior foram efetivados 5.291 negócios, relativos a 11.449.000 títulos, com volume total financeiro de R\$ 196,3 milhões.

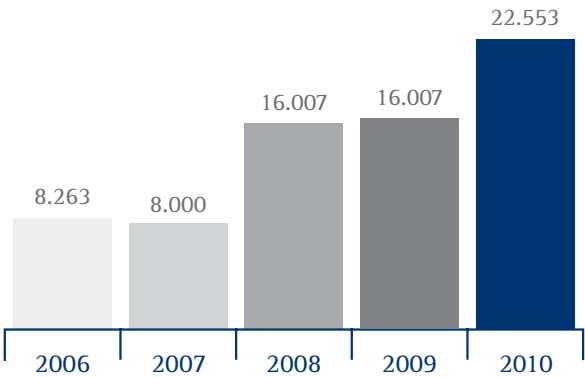


REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração da Wilson, Sons aprovou, em reunião ocorrida em 26 de abril de 2010, a redução da conta prêmio do capital social da Companhia de US\$ 119.619.348,42 para US\$ 69.619.348,42 e a transferência da quantia resultante de US\$ 50 milhões para crédito na conta contribuição de capital excedente. A referida transferência foi efetuada de acordo com a legislação societária de Bermudas, prevista nas seções 40 (1) e 46 da lei The Companies Act 1981 of Bermuda.

A partir da conta contribuição de capital excedente, foram destinados US\$ 22.552.648,00 para distribuição aos acionistas, montante que corresponde à previsão estatutária de 25% sobre o lucro líquido do exercício de 2009. O valor efetivo dos dividendos pagos em 17 de maio de 2010 aos titulares de BDR da Wilson, Sons foi de R\$ 0,5626750 por BDR, equivalente a US\$ 0,317 por BDR convertido para reais pela taxa de câmbio PTAX de venda publicada em 11 de maio.

Dividendos (US\$ mil)



Demonstrativo do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por objetivo demonstrar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas.

Em 2010, as atividades econômicas da Wilson, Sons geraram US\$ 406,4 milhões em termos de riqueza agregada à sociedade, valor 13,4% superior ao de 2009. A posição demonstra um índice de agregação de valor de 70,3% sobre a receita operacional líquida de 2010. Ou seja: a cada US\$ 1,00 de resultado obtido com suas operações, US\$ 0,70 foi distribuído entre governo (sob a forma de tributos federais, estaduais e municipais), Funcionários (remuneração direta, encargos e benefícios), Terceiros (juros, aluguéis e outros) e Remuneração de capitais próprios (Lucros retidos e Participação dos não controladores).

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(EM DÓLARES NORTE-AMERICANOS)

	2 0 1 0	2 0 0 9
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas	657.718	532.416
Vendas de mercadorias e serviços	633.565	524.020
Outras receitas	24.064	7.232
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	89	1.164
Insumos adquiridos	-225.500	-181.879
Custos dos produtos e serviços vendidos	-167.595	-138.545
Manutenção	-31.635	-22.909
Energia, combustíveis e serviços contratados	-22.017	-15.350
Outros custos	-4.253	-5.075
Valor adicionado bruto	432.218	350.537
Depreciação e amortização	-42.920	-32.065
Valor adicionado líquido	389.298	318.472
Recebimento de terceiros	17.126	40.024
Receitas financeiras	17.126	40.024
Valor adicionado total a distribuir	406.424	358.496
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	172.684	133.968
Remuneração direta	138.576	109.462
Benefícios	26.170	18.557
FGTS	7.938	5.949
Impostos, taxas e contribuições	98.920	76.855
Federais	77.604	59.814
Estaduais	1.613	1.269
Municipais	19.703	15.772
Remuneração de capitais de terceiros	64.315	57.689
Aluguéis	50.531	43.380
Juros	13.312	13.638
Outras	472	671
Remuneração de capitais próprios	70.505	89.984
Lucros retidos	69.996	88.530
Participação dos não controladores	509	1.454
Valor adicionado total distribuído	406.424	358.496

As principais variações entre as distribuições ocorreram nos percentuais relativos a funcionários, governo e remuneração de capitais próprios. O valor distribuído a funcionários cresceu 28,9% avançando de US\$ 134,0 milhões em 2009 para US\$ 172,7 milhões em 2010, e sua participação foi de 37,4% para 42,5% no mesmo período.

Da mesma forma, novos contratos firmados, maior demanda das empresas por serviços prestados pela Wilson, Sons e crescimento das operações que envolvem todos os negócios da Companhia motivaram o aumento dos valores recolhidos sob a forma de tributos.



Os próximos anos

Na Wilson, Sons, a tomada
de decisão de investimentos
está alinhada com o futuro.



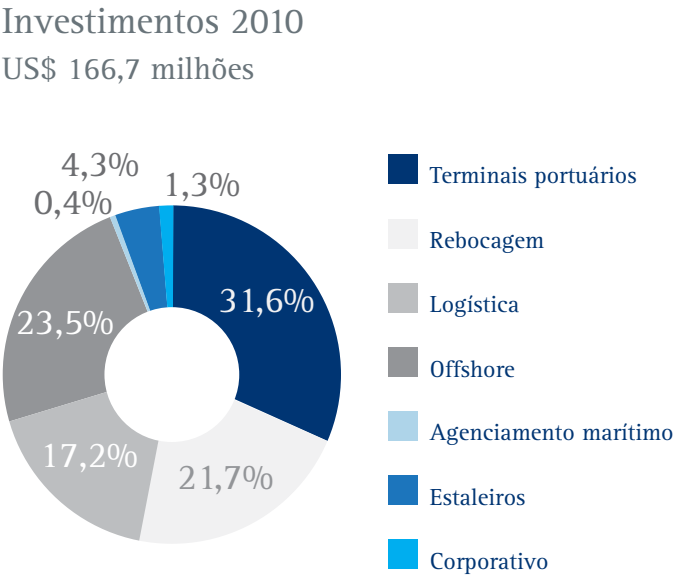
Investimentos

A Wilson, Sons cumpriu o plano de investimentos previsto para 2010. O volume de recursos, da ordem de US\$ 166,7 milhões, foi recorde na história da Companhia e representa crescimento de 11,5% em relação ao investido no ano anterior (US\$ 149,6 milhões). A destinação do Capex priorizou o aumento da capacidade dos negócios e o compromisso com o longo prazo.

Os principais investimentos foram para:

- › expansão e renovação da frota de Rebocagem, destacando-se a construção de cinco novos rebocadores em 2010, que absorveu US\$ 36,2 milhões;
- › expansão da frota de Offshore, com destaque para a entrega de três PSVs no ano, no montante de US\$ 39,2 milhões;
- › ampliação e modernização dos terminais portuários, que absorveu US\$ 52,7 milhões; e
- › compra de equipamentos para as novas operações *in house* da Logística, no valor de US\$ 28,7 milhões.

Tais investimentos permitirão à Companhia rentabilizar ainda mais suas operações.



Desdobrados, merecem menção especial os investimentos destinados ao Tecon Rio Grande (RS). O total de US\$ 32,7 milhões foi direcionado para obras civis e para a aquisição de seis equipamentos: dois *portainers* e quatro *transtainers*. O reflexo das melhorias em instalações e dependências do terminal e dos equipamentos utilizados para a movimentação de contêineres e para a carga e descarga de navios deverá impactar positivamente os resultados da Wilson, Sons Terminais nos próximos anos.

No Guarujá (SP), a construção do segundo estaleiro da Companhia consumiu US\$ 3,9 milhões ao longo de 2010. O montante faz parte de um projeto de investimento em expansão da Wilson, Sons Estaleiros no local, no total de US\$ 47,0 milhões, e cujo término está previsto para o final de 2011.

Perspectivas

Sustentada por um modelo de negócios consolidado e sinérgico, a Wilson, Sons apresenta robustez para atender às demandas futuras em seus três *drivers* de crescimento.

Para os próximos anos, são boas as perspectivas para os investimentos governamentais em infraestrutura. E a indústria de exploração e produção de óleo e gás continuará em forte expansão. As novas oportunidades estão explícitas no plano de negócios da Petrobras, que prevê praticamente dobrar o afretamento de embarcações marítimas na próxima década.

No que se refere ao fluxo de comércio internacional, a demanda global deverá ser impulsionada pelo nível de atividade econômica dos países denominados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Estimativa do Banco Central do Brasil aponta corrente de comércio crescente, que deve alcançar US\$ 548 bilhões em 2014.

Na economia doméstica, avaliação do Banco Central do Brasil indica taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que variam de 4,5% em 2011 a 4,7% em 2014. Apesar do ritmo de expansão ser inferior aos 7,5% registrados no último exercício, a perspectiva mostra trajetória de avanço da economia brasileira mais condizente com o equilíbrio de longo prazo e em níveis que permitem a manutenção de um cenário interno positivo.

Reunidas, as tendências descritas corroboram a crença de que 2011 será mais um ano de conquistas para todos os negócios da Companhia.

No segmento portuário, estão previstas a consolidação dos resultados dos investimentos em obras de melhorias civis e equipamentos feitos no Tecon Rio Grande (RS) e a concretização de novos investimentos para o término da ampliação do Tecon Salvador (BA), com conclusão programada para 2012 e que trará benefícios para a economia da Bahia bem como de todo o Nordeste. Na Brasco, a capacidade de entrega e a conquista de novos contratos têm sido crescentes.

No segmento logístico, a capacidade, a inteligência e o *know-how* técnico continuam sendo o diferencial competitivo neste negócio, e o desafio daqui para a frente é maximizar tanto a sinergia da logística com os outros negócios quanto manter o foco nas operações mais rentáveis.

No sistema marítimo, o desempenho do estaleiro e a sua sinergia com as áreas de Rebocagem e Offshore continuam a ser elemento-chave dos negócios. A entrega de oito novas embarcações em 2010, sendo cinco rebocadores e três PSVs, permitiu à Companhia evoluir em sua estratégia de modernização e ampliação da frota, o que traz ganho de escala nas atividades da Wilson, Sons Rebocadores e da Wilson, Sons Ultratug Offshore. Seguindo essa estratégia, o plano para o próximo exercício é concluir o estaleiro Guarujá II, que dobrará a capacidade de construção local, e intensificar os trabalhos para obter a autorização para o início das obras do estaleiro no porto de Rio Grande (RS).

O plano estratégico para 2011 também contempla a busca por novas oportunidades que estejam alinhadas com a atuação da Wilson, Sons e a evolução da agenda de sustentabilidade corporativa.

De olho no futuro: o governo planeja investimentos em infraestrutura enquanto a Petrobras prevê dobrar o afretamento de embarcações marítimas na próxima década.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2010 e
Parecer dos Auditores Independentes**

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores da Wilson Sons Limited

Hamilton, Bermuda

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Wilson Sons Limited e subsidiárias (“Grupo”), que compreendem os balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as respectivas demonstrações consolidadas dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e o resumo das políticas contábeis relevantes e outras notas explicativas, todos expressos em dólares norte-americanos, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossos exames. Nossas auditorias foram conduzidas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (International Standards on Auditing). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossos exames também abrangeram a tradução de conveniência dos valores da moeda de apresentação nas demonstrações financeiras (dólares norte-americanos) para reais e, em nossa opinião, essa tradução de conveniência foi feita em conformidade com a base explicada na Nota 2. A conversão dos valores das demonstrações financeiras consolidadas para reais, bem como a tradução destes para português, foram efetuadas exclusivamente para a conveniência de leitores no Brasil.

Rio de Janeiro, Brasil, 24 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Demonstrações Consolidadas do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(EM MILHARES, EXCETO QUANDO MENCIONADO – VALORES EM REAIS APURADOS PELA TRADUÇÃO DE CONVENIÊNCIA)

				Conversão para conveniência	
	Nota	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Receitas líquidas	4	575.551	477.888	958.982	832.098
Custos de insumos e matérias-primas		(67.222)	(49.570)	(112.005)	(86.311)
Despesas de pessoal	5	(198.736)	(149.086)	(331.134)	(259.588)
Depreciação e amortização		(42.921)	(32.065)	(71.515)	(55.832)
Outras despesas operacionais	6	(188.276)	(151.337)	(313.705)	(263.508)
Resultado na venda de ativo imobilizado		90	470	150	818
Receitas financeiras	7	13.940	34.343	23.227	59.798
Despesas financeiras	7	(11.814)	(9.555)	(19.684)	(16.637)
Ganho de capital na transação da joint venture	23	20.407	-	34.002	-
Lucro antes dos impostos		101.019	121.088	168.318	210.838
Imposto de renda e contribuição social	8	(30.514)	(31.104)	(50.843)	(54.158)
Lucro líquido do exercício		70.505	89.984	117.475	156.680
Atribuível a:					
Proprietários da companhia		69.996	88.531	116.627	154.149
Participação de não controladores		509	1.453	848	2.531
		70.505	89.984	117.475	156.680
Outros resultados abrangentes					
Diferença de câmbio		4.607	15.538	7.676	27.053
Resultado abrangente total do exercício		75.112	105.522	125.151	183.733
Total resultados abrangentes do ano atribuíveis a:		74.855	102.823	124.723	179.034
Acionistas da controladora		257	2.699	428	4.699
Participação de não controladores		75.112	105.522	125.151	183.733
Lucro por ação (em centavos)	21	98,39c	124,44c	163,93c	216,67c

Taxas de câmbio: 31/12/10 – R\$ 1,6662/US\$ 1,00 | 31/12/09 – R\$ 1,7412/US\$1,00.
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanços Patrimoniais Consolidados
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(EM MILHARES, EXCETO QUANDO MENCIONADO – VALORES EM REAIS APURADOS PELA TRADUÇÃO DE CONVENIÊNCIA)

ATIVO	Conversão para conveniência			2010 R\$	2009 R\$
	Nota	2010 US\$	2009 US\$		
Ativos não circulantes					
Ágio	9	15.612	15.612	26.013	27.184
Outros ativos intangíveis	10	16.841	2.239	28.060	3.899
Imobilizado	11	560.832	438.878	934.458	764.174
Impostos diferidos ativos	16	28.923	25.499	48.192	44.398
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	6.400	-	10.665	-
Outros ativos não circulantes		6.552	10.521	10.918	18.319
Total dos ativos não circulantes		635.160	492.749	1.058.306	857.974
Ativos circulantes					
Estoques	12	20.147	20.687	33.569	36.021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	128.561	105.499	214.206	183.695
Investimentos de curto prazo	14	36.729	11.116	61.198	19.355
Caixa e equivalentes de caixa	14	118.172	178.136	196.898	310.170
Total dos ativos circulantes		303.609	315.438	505.871	549.241
Total do ativo		938.769	808.187	1.564.177	1.407.215
Patrimônio líquido e passivo					
Capital e reservas					
Capital social	21	9.905	9.905	16.504	17.247
Reservas de capital		91.484	146.334	152.431	254.797
Reservas de lucros		1.981	1.981	3.301	3.449
Contribuição excedente		27.449	-	45.737	-
Lucros acumulados		313.299	243.303	522.017	423.640
Ajuste de conversão		20.924	16.065	34.864	27.972
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		465.042	417.588	774.854	727.105
Participação de não controladores		-	5.891	-	10.257
Total do patrimônio líquido		465.042	423.479	774.854	737.362
Passivos não circulantes					
Financiamentos bancários	15	288.596	237.271	480.859	413.136
Impostos diferidos passivos	16	15.073	16.140	25.115	28.102
Provisões para contingências	17	12.289	9.831	20.476	17.118
Arrendamento mercantil financeiro	18	6.305	8.653	10.505	15.067
Total dos passivos não circulantes		322.263	271.895	536.955	473.423
Passivos circulantes					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	117.698	89.927	196.108	156.581
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.354	838	5.588	1.460
Arrendamento mercantil financeiro	18	4.847	3.902	8.076	6.793
Empréstimos e financiamentos	15	25.565	18.146	42.596	31.596
Total dos passivos circulantes		151.464	112.813	252.368	196.430
Total do passivo		473.727	384.708	789.323	669.853
Total do patrimônio líquido e passivo		938.769	808.187	1.564.177	1.407.215

Taxas de câmbio: 31/12/10 – R\$ 1,6662/US\$1,00 | 31/12/09 – R\$ 1,7412/US\$ 1,00.
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(EM MILHARES, EXCETO QUANDO MENCIONADO - VALORES EM REAIS APURADOS PELA CONVERSÃO PARA CONVENIÊNCIA)

	Nota	Capital social	Reserva de capital		Pagamento adicional de capital	Reservas de lucros	Contribuição excedente	Lucros acumulados	Ajuste de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Participação de não controladores	Total
			Ágio na emissão de ações	Outras								
		US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Saldo em 1º de janeiro de 2009		9.905	117.951	28.383	-	1.981	-	170.779	1.773	330.772	1.411	332.183
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	88.531	-	88.531	1.453	89.984
Ajuste de conversão em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	14.292	14.292	1.246	15.538
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	88.531	14.292	102.823	2.699	105.522
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.781	1.781
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(16.007)	-	(16.007)	-	(16.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	21	9.905	117.951	28.383	-	1.981	-	243.303	16.065	417.588	5.891	423.479
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.996	-	69.996	509	70.505
Ajuste de conversão em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	4.859	4.859	(252)	4.607
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	69.996	4.859	74.855	257	75.112
Aquisição de participação de não controladores	22	-	-	-	(4.850)	-	-	-	-	(4.850)	(4.156)	(9.006)
Resultado de lucros acumulados		-	(50.000)	-	-	-	50.000	-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	(22.551)	-	-	(22.551)	(1.992)	(24.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	21	9.905	67.951	28.383	(4.850)	1.981	27.449	313.299	20.924	465.042	-	465.042

Taxas de câmbio: 31/12/10 – R\$ 1,6662/US\$1,00 | 31/12/09 – R\$ 1,7412/US\$ 1,00.
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(EM MILHARES, EXCETO QUANDO MENCIONADO - VALORES EM REAIS APURADOS PELA CONVERSÃO PARA CONVENIÊNCIA)

	Nota	Conversão para conveniência										
		Capital social	Reserva de capital		Pagamento adicional de capital	Reservas de lucros	Contribuição excedente	Lucros acumulados	Ajuste de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Participação de não controladores	Total
			Ágio na emissão de ações	Outras								
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Saldo em 1º de janeiro de 2009		23.148	275.652	66.331	-	4.630	-	399.111	4.144	773.016	3.298	776.314
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	154.149	-	154.149	2.531	156.680
Ajuste de conversão em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	24.885	24.885	2.168	27.053
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	154.149	24.885	179.034	4.699	183.733
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.101	3.101
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(27.871)	-	(27.871)	-	(27.871)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real		(5.901)	(70.275)	(16.911)	-	(1.181)	-	(101.749)	(1.057)	(197.074)	(841)	(197.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	21	17.247	205.377	49.420	-	3.449	-	423.640	27.972	727.105	10.257	737.362
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	116.627	-	116.627	848	117.475
Ajuste de conversão em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	8.096	8.096	(420)	7.676
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	116.627	8.096	124.723	428	125.151
Aquisição de participação de não controladores	22	-	-	-	(8.080)	-	-	-	-	(8.080)	(6.925)	(15.005)
Resultado de lucros acumulados		-	(83.311)	-	-	-	83.311	-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	(37.574)	-	-	(37.574)	(3.320)	(40.894)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real		(743)	(8.846)	(2.129)	-	(148)	-	(18.250)	(1.204)	(31.320)	(440)	(31.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	21	16.504	113.220	47.291	(8.080)	3.301	45.737	522.017	34.864	774.854	-	774.854

Taxas de câmbio: 31/12/10 – R\$ 1,6662/US\$ 1,00 | 31/12/09 – R\$ 1,7412/US\$1,00.
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(EM MILHARES, EXCETO QUANDO MENCIONADO - VALORES EM REAIS APURADOS PELA CONVERSÃO PARA CONVENIÊNCIA)

	Nota			Conversão para conveniência	
		2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27	97.013	69.908	161.643	121.724
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Juros recebidos	7	8.467	6.874	14.107	11.969
Venda de ativo imobilizado		959	751	1.598	1.308
Aquisições de ativo imobilizado		(161.971)	(139.743)	(269.876)	(243.320)
Aquisições de ativo intangível		(14.546)	-	(24.237)	-
Resgate do investimento a curto prazo		(25.613)	(11.130)	(42.676)	(19.380)
Efeito caixa da joint venture adquirida		5.040	-	8.398	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(187.664)	(143.248)	(312.686)	(249.423)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos		(24.543)	(16.007)	(40.894)	(27.871)
Pagamentos de empréstimos		(18.953)	(16.848)	(31.579)	(29.336)
Pagamentos de leasing		(3.969)	(3.844)	(6.613)	(6.693)
Captação de novos financiamentos		77.650	83.894	129.380	146.076
Saldos negativos de contas bancárias		6.391	227	10.649	396
Fluxo de caixa líquido utilizado na aquisição de subsidiária		(9.006)	-	(15.005)	-
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento		27.570	47.422	45.938	82.572
Redução líquida em caixa e equivalentes a caixa		(63.081)	(25.918)	(105.105)	(45.127)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		178.136	180.022	310.170	420.711
Efeito das mudanças da taxa de câmbio de moedas estrangeiras		3.117	24.032	5.193	41.844
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real		-	-	(13.360)	(107.258)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		118.172	178.136	196.898	310.170

Taxas de câmbio: 31/12/10 – R\$ 1,6662/US\$ 1,00 | 31/12/09 – R\$ 1,7412/US\$1,00.
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Wilson Sons Limited (“Grupo” ou “Companhia”) é uma companhia sediada em Bermuda, de acordo com o Ato 1981 de Companhias. O endereço do escritório do Grupo é Clarendon House, 2 Church Street, Hamilton, HM11, Bermuda. O Grupo é um dos maiores operadores integrados de logística portuária e marítima e cadeia de suprimentos, com mais de 173 anos de experiência operando no mercado brasileiro, possui uma rede de amplitude nacional e presta uma variedade de serviços para os participantes do comércio internacional, em particular no setor portuário e marítimo. As principais atividades são divididas nos seguintes segmentos: operação de terminais portuários, serviços de rebocagem, logística, agenciamento marítimo, apoio marítimo à plataforma de petróleo e gás natural e estaleiro.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Padrão de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (International Financial Reporting Standards – “IFRS”).

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em dólares norte-americanos, de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB), com base no custo histórico, exceto na reavaliação de instrumentos financeiros e passivo com plano de opção de ações.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis abaixo. O custo histórico é, em geral, baseado no valor justo da variação do ativo.

Conversão de Conveniência

As demonstrações financeiras consolidadas, originalmente preparadas em dólares norte-americanos, foram também convertidas para reais. Para fins dessa conversão de conveniência, foram utilizadas as taxas de conversão (PTAX), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, nas datas de fechamento das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as taxas de conversão aplicadas foram R\$ 1,6662 e R\$ 1,7412 respectivamente. A diferença entre as taxas aplicadas em cada uma das datas de fechamento gera impactos de conversão nos saldos iniciais das movimentações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício subsequente. O efeito dessa diferença foi demonstrado nas movimentações apresentadas nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e respectivas notas explicativas e foi denominado “Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real”. Vale ressaltar que essa conversão de conveniência para o real foi realizada com o único objetivo de proporcionar ao usuário das demonstrações financeiras uma visão dos números na moeda local do país onde o Grupo realiza suas operações.

As principais práticas contábeis adotadas estão descritas a seguir.

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e das suas entidades controladas. O controle é alcançado quando o Grupo possui o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da empresa, obtendo benefícios das suas atividades.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o ano são incluídos no resultado consolidado a partir da data de aquisição ou até a data de alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras das subsidiárias no intuito de alinhar as práticas contábeis utilizadas para as Companhias do Grupo.

Todas as transações entre as Companhias do Grupo, patrimoniais, receitas e despesas são eliminadas totalmente na consolidação.

Participações de não controladores de subsidiárias são identificadas separadamente do patrimônio do Grupo. As participações de acionistas não controladores podem ser inicialmente mensuradas a valor de mercado ou serem proporcionais ao ativo líquido adquirido. A base de mensuração é feita aquisição por aquisição. Subsequente à aquisição, a participação dos não controladores consiste no montante dessas participações na data da negociação mais as mudanças ocorridas no patrimônio. O resultado abrangente é atribuído à participação do não controlador, mesmo sendo este resultado um prejuízo.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos das subsidiárias diretas e indiretas, e que estão listadas na Nota 22.

Participações em controladas em conjunto

Uma controlada em conjunto (*joint ventures*) é constituída por acordo contratual em que o Grupo e outras partes empreendem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, que é representado quando as decisões financeiras e operacionais relativas às atividades do Grupo exigem consentimento unânime das partes que dividem o controle.

Os ativos e passivos referentes à participação do Grupo nas entidades controladas em conjunto são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo e contabilizados conforme sua natureza. Obrigações e despesas incorridas relativas diretamente aos direitos das participações das controladas em conjunto são contabilizadas para uma base acumulada. Receitas referentes à venda ou emissão de ações do Grupo de participações em controladas e suas despesas são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações irão para/virão do Grupo e seus montantes podem ser mensurados confiavelmente.

Acordos de *joint venture* que envolvem a criação de uma entidade separada na qual cada parte tem interesse são referenciadas como controladas em conjunto.

O Grupo registra suas participações em controladas em conjunto (*joint ventures*) por meio de consolidação proporcional. A participação do Grupo em ativos, passivos, receitas e despesas de entidades controladas em conjunto é combinada com os itens equivalentes em cada linha nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando o Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto (joint ventures), os lucros e as perdas não realizados são eliminados em proporção à participação do Grupo na controlada em conjunto.

Moeda funcional

A moeda funcional para cada entidade do Grupo é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Transações que não sejam na moeda funcional (moeda estrangeira) dessa entidade são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada relatório anual, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do fim do ano.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira não são reconvertidos.

Na consolidação, os itens de resultado das entidades com moeda funcional que não seja o dólar são traduzidos para dólares na taxa de câmbio média do período, já que essa é a moeda funcional do Grupo. Os itens do balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio do fim do ano. As variações cambiais decorrentes da consolidação das entidades com moedas funcionais diferentes do dólar são classificadas no patrimônio líquido e são reconhecidas na conta de ajuste de conversão.

Planos de previdência

Pagamentos aos planos de previdência privada na categoria de contribuição definida são registrados como despesa, quando incorridos. Pagamentos efetuados aos planos de aposentadoria administrados pelo governo são considerados equivalentes àqueles oriundos de plano de benefício de contribuição definida.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Os impostos compreendem imposto de renda e contribuição social (corrente e diferidos).

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do ano. Lucro tributável difere do lucro antes do imposto de renda, conforme apresentado na demonstração do resultado, tendo em vista que o lucro tributável exclui ou inclui itens que não serão, temporária ou permanentemente, tributáveis ou dedutíveis. O passivo relacionado ao imposto corrente do Grupo é calculado com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

O imposto diferido é o imposto que a Companhia espera pagar ou recuperar sobre as diferenças temporárias (como, por exemplo, diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo e o seu valor fiscal utilizado para cômputo do lucro tributável). Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável. Esses impostos diferidos ativos e passivos não são reconhecidos se as diferenças temporárias originam-se de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto em uma combinação de negócios) de um ativo ou passivo em uma transação que não afeta a contabilização do lucro ou o lucro tributável.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em subsidiárias ou associadas, e participações em controladas em conjunto, exceto quando o Grupo pode controlar a remessa dos lucros e é provável que não haja remessa sobre os exercícios anteriores num futuro próximo. Impostos diferidos passivos originados de diferenças temporárias dedutíveis associados à esses investimentos e participações são somente reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para utilizar os benefícios das diferenças temporárias e podem ser revertidos em um futuro próximo.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente quando é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável. A recuperação do ativo fiscal diferido é revisada em cada data de balanço.

O imposto diferido é calculado com base nas alíquotas efetivas quando da liquidação do passivo ou realização do ativo, e com base nas alíquotas e legislações vigentes ao final do período de referência.

A Companhia detém o direito de compensar o imposto de renda diferido ativo com o passivo quando estes são tributados na mesma entidade e são tributos da mesma esfera fiscal e quando há permissão fiscal para que esta faça o reembolso ou pagamento líquido. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o imposto de renda diferido ativo de uma Companhia não pode ser eliminado com o imposto de renda diferido passivo de outra, já que não há provisão legal para a compensação de impostos ativos e passivos entre as companhias do Grupo.

O imposto diferido é debitado ou creditado ao resultado, exceto quando este é relacionado a itens que tenham sido debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, para os quais tal imposto diferido também é reconhecido diretamente ao patrimônio líquido.

Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição reduzido da depreciação acumulada e qualquer provisão para realização do ativo.

A depreciação é calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada, conforme demonstrado a seguir:

Imóveis próprios	25 anos
Benfeitorias em imóveis alugados	*
Embarcações	20 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos

*Inferior ao período do aluguel ou vida útil.

Os ativos em construção são reconhecidos ao custo, reduzido de qualquer provisão para recuperabilidade. O custo inclui honorários de profissionais contratados para os ativos qualificáveis. A depreciação, calculada nas mesmas bases dos demais ativos, começa quando os ativos estão prontos para o uso.

Os contratos de *leasing* financeiro são depreciados ao longo da vida útil esperada nas mesmas bases dos ativos próprios. Quando não há certeza razoável de que o arrendatário será o proprietário ao final do prazo do *leasing*, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo do arrendamento mercantil ou da sua vida útil, o que for menor.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados ao longo do período para o qual estes gerarão benefícios econômicos.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período substancial para estarem prontos para seu uso pretendido ou venda, são adicionados ao custo desses ativos, até a conclusão dos mesmos.

Receitas financeiras decorrentes de investimento temporário de empréstimos, enquanto os mesmos não são utilizados para seus devidos fins, são deduzidos dos custos capitalizados.

Todos os outros custos são reconhecidos em receita ou despesa no período os quais são incorridos.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de uma subsidiária ou controlada em conjunto (*joint venture*) e corresponde ao montante pago em excesso ao valor da participação do Grupo no valor de mercado dos ativos, passivos e passivos contingentes na data de aquisição da subsidiária ou da controlada em conjunto. O ágio é inicialmente contabilizado a custo e subsequentemente calculado a custo menos a sua desvalorização.

Quando há mudança de percentual de participação em uma controlada que não resulte na alteração do controle, o ágio é calculado a partir da diferença entre o valor pago pela participação adicional e o valor de livros dos ativos líquidos na data da transação.

Havendo a alienação de uma subsidiária ou controlada em conjunto, o ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo na alienação dessa investida.

O Grupo testa a estimativa de recuperação do ágio anualmente ou quando ocorrem eventos que indiquem que o ágio pode não ser recuperado. Os montantes recuperáveis são determinados com base no valor das projeções de resultado. A principal premissa utilizada nas projeções de resultado refere-se a taxa de desconto, taxas de crescimento e alterações de preço de venda e custos durante os períodos. A Administração estima taxas de desconto utilizando taxas antes do imposto que refletem avaliações correntes de mercado para o custo do capital ao longo do tempo e os riscos específicos para a geração de caixa. As taxas de crescimento são baseadas nas projeções da Administração e tendências históricas. Mudanças nos preços de venda e custos diretos são baseados em práticas passadas e expectativas de mudanças futuras no mercado.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de recuperabilidade. Amortização é reconhecida pelo método linear sobre suas expectativas de vida útil. A estimativa de vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, com os efeitos de quaisquer mudanças sendo contabilizados para uma base futura.

Recuperabilidade dos ativos tangíveis e outros ativos intangíveis, excluindo ágio

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revisados para recuperabilidade quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o seu valor residual pode não ser recuperável.

Ativos intangíveis com expectativas de vida indefinidas e ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso são testados para recuperabilidade, ao menos anualmente e quando existir uma indicação de que aquele ativo deve ser recuperado.

Uma provisão para recuperação dos ativos é reconhecida no montante pelo qual o valor residual do ativo excede seu respectivo valor de recuperação. O valor de recuperação é o maior valor entre o valor justo menos o custo para colocação à venda e o valor de utilização. Para o teste de recuperabilidade, os ativos são agrupados até o menor nível no qual os fluxos de caixa são identificados.

Estoques

Os estoques estão demonstrados ao menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. Os custos são representados por materiais diretos e, quando aplicável, custos diretos de pessoal e por aqueles custos que seriam incorridos para colocar tais estoques em condições de uso. O valor líquido de realização é representado pela estimativa de preço de venda para estoques menos todos os custos estimados para a finalização e custos de marketing, venda e distribuição a serem incorridos.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo conforme as disposições contratuais do instrumento.

1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados de acordo com as categorias especificadas: “mensurados pelo valor justo por meio do resultado”, “investimentos mantidos até o vencimento”, “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e da finalidade dos recursos financeiros e é determinada no momento do reconhecimento.

São instrumentos financeiros, reconhecidos na data da negociação na qual a compra ou venda ocorre mediante termos contratuais, e requerem entrega dentro dos prazos estabelecidos pelo mercado. Esses instrumentos são inicialmente registrados pelo valor justo mais os custos de transação, com exceção dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado, que são registrados inicialmente pelo valor justo.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são, subsequentemente, avaliados em sua totalidade, ao valor justo ou custo amortizado.

A receita é reconhecida pelo método de juros efetivos para ativos financeiros diferentes daqueles classificados como valor justo por meio do resultado.

Método dos juros efetivos é o método de calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e de alocar a receita de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento ou, quando apropriado, o período mais curto na quantia escriturada líquida do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis

Os seguintes instrumentos foram classificados como empréstimos e recebíveis e são avaliados ao custo amortizado usando o método eficaz de juros, menos o prejuízo. A renda de juros é reconhecida aplicando a taxa efetiva, à exceção dos recebíveis a curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

- › Caixa e equivalentes de caixa/investimentos de curto prazo: caixa e equivalentes de caixa compreendem as disponibilidades em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez de até 90 dias, sujeitos ao risco mínimo de mercado; e investimentos de curto prazo compreendem as disponibilidades em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez de 90 a 365 dias.
- › Contas a receber: contas a receber e outros recebíveis são demonstrados pelo valor justo dos ativos a receber, reduzidos pela provisão para devedores duvidosos.

Avaliação de ativos financeiros

Os ativos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado são avaliados por indicadores a cada data do balanço. Os ativos financeiros são desvalorizados quando há uma evidência objetiva que, como consequência de uns ou vários eventos que ocorram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento sejam impactados.

A evidência objetiva da desvalorização pode incluir:

- › significativa dificuldade financeira do emissor ou da contraparte; ou
- › negligência do pagamento do principal e dos juros; ou
- › é provável que o devedor entre em processo de falência ou de reorganização financeira; ou
- › o desaparecimento de uma atividade de mercado para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que são avaliados para não serem prejudicados individualmente são avaliados subsequentemente para o prejuízo em uma base coletiva. A evidência objetiva do prejuízo para uma carteira de recobráveis pode incluir a experiência anterior do Grupo dos pagamentos recebidos, um aumento no número de pagamentos atrasados na carteira após o período de crédito médio de 60 dias, assim como mudanças perceptíveis nas situações econômicas nacionais ou locais correlacionadas com a falta de pagamentos.

Para ativos financeiros avaliados ao custo amortizado, o valor do prejuízo é a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado da taxa de juros efetiva do ativo financeiro original.

O valor do ativo financeiro é reduzido diretamente pela desvalorização para todos os ativos financeiros com exceção das contas a receber, onde o valor contabilizado é reduzido através de uma conta de provisão.

Quando o recebível é considerado incobrável, é baixado contra uma conta de provisão. A recuperação subsequente de montantes previamente provisionados são creditados contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil na conta de provisão são reconhecidas no resultado.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou transfere substancialmente o ativo financeiro e todos os riscos e benefícios da posse do ativo a outra entidade. Se o Grupo não transfere ou detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece seu direito no ativo e registra uma provisão para valores a pagar. Se o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios da posse de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e igualmente reconhece um empréstimo para os rendimentos recebidos.

2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como “valor justo reconhecido no resultado” e “outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros são classificados como “valor justo reconhecido no resultado” quando o passivo financeiro é detido para negociação ou quando é designado como valor justo reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido de custos de transação.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo das amortizações efetuadas, utilizando a taxa de juros efetiva, com os juros provenientes desses passivos reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

O resultado do método dos juros é um método de cálculo do custo amortizado de um passivo financeiro e de alocação da despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos futuros estimados de caixa desde a expectativa de vida do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, até o montante reconhecido inicialmente.

Não há passivos financeiros classificados como “valor justo reconhecido no resultado”.

Outros passivos financeiros

- › Empréstimos: empréstimos bancários, financiamentos e arrendamento mercantil são registrados pelos valores captados, líquidos dos custos diretos de captação dos recursos. Encargos financeiros, incluindo o prêmio a pagar na quitação ou resgate e custos diretos de captação, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência utilizando-se o método de juros efetivos e são acrescidos ao valor contábil dos instrumentos na medida em que não são quitados no exercício no qual são levantados.
- › Contas a pagar: contas a pagar e outros valores a pagar estão mensurados pelo valor justo líquido do custo líquido da transação.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo para de reconhecer seus passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações são eliminadas, canceladas ou expirarem.

Derivativos

Derivativos: o Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a variações no câmbio e nos juros. Os derivativos são mensurados ao seu valor justo em cada data do balanço. O Grupo não possui *hedge accounting* e, portanto, os ganhos e as perdas oriundos de variações no valor justo são registrados no resultado do período como receita financeira ou despesa financeira. O Grupo não possui contratos de derivativos no período apresentado.

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou em outros contratos, quando não estão estritamente relacionados ao contrato principal, são tratados separadamente no que tange aos seus riscos, características e prazos. O Grupo não possui derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros no período apresentado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, e é provável que ao Grupo seja requerido honrar tal obrigação e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação.

O montante reconhecido como provisão é mensurado pela melhor estimativa quanto ao montante necessário para liquidar a obrigação ao final do período de reporte, levando em conta os riscos e incertezas ao redor da obrigação.

Quando espera-se obter de uma terceira parte alguns ou todos os benefícios econômicos de uma provisão em acordo, um recebível é reconhecido como um ativo se é virtualmente certo que o reembolso seja recebido, sendo o montante avaliado confiavelmente.

Contratos de construção

Quando a conclusão de um contrato de construção pode ser estimada de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física ao final do período de reporte. Avaliação baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não seria representativo do estágio de conclusão. Os aditivos de contrato, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados desde acordado com o cliente e consequentemente considerados como prováveis.

Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida à medida que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua realização. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos.

Quando é provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

Pagamento baseado em ações

De acordo com o IFRS 2 (Share Based Payments), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em caixa, um passivo é reconhecido pelos bens ou serviços adquiridos, mensurados inicialmente pelo valor justo do passivo.

A entidade remensurará o valor justo do passivo no final de cada período de relatório e na data da liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo do período.

O valor justo é medido por meio de um modelo binomial. O valor justo calculado através do modelo foi ajustado baseado na melhor estimativa administrativa para efeitos de considerações comportamentais.

Receita

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo e representam os valores a receber ou recebidos pela venda de bens e prestação de serviços no curso normal das operações do Grupo, líquidas de descontos comerciais e tributos sobre as vendas. Nas operações em que o Grupo atua exclusivamente como agente, os valores faturados aos clientes são líquidos dos custos reembolsáveis relevantes.

As vendas dos serviços são reconhecidas quando o trabalho contratado foi executado de acordo com os termos do contratante.

As receitas oriundas da construção de embarcações são reconhecidas, proporcionalmente à etapa de construção do contrato, de acordo com a política contábil do Grupo sobre contratos de construção, conforme descrito anteriormente.

A receita de juros é reconhecida quando é provável que haja benefícios econômicos para o Grupo e o montante desta receita pode ser mensurado confiavelmente. A receita de juros é reconhecida por competência, tendo por referência o principal aplicado e a taxa efetiva de juros aplicável, ou seja, a taxa de desconto do fluxo de caixa futuro aplicada aos rendimentos estimados ao longo do prazo esperado para a aplicação resultará no valor contábil da aplicação.

Os dividendos oriundos dos investimentos do Grupo são reconhecidos quando os direitos dos acionistas de receber tais dividendos são estabelecidos.

Lucro operacional

Corresponde ao lucro antes do resultado de equivalência patrimonial e das receitas e despesas financeiras.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros se for determinada, nos termos dos contratos de arrendamento, a transferência substancial, para o Grupo, de todos os riscos e benefícios sobre o bem financiado. Todos os outros tipos de arrendamentos mercantis são classificados como operacionais.

O Grupo como arrendatário

Os ativos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos do Grupo ao seu valor justo na data de início do arrendamento ou pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento, dos dois o menor. A obrigação com o arrendador é reconhecida no balanço patrimonial como Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são segregados entre encargos financeiros e abatimento da respectiva obrigação, dessa forma atingindo uma taxa de juros constante sobre a obrigação remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado, a não ser que sejam diretamente atribuídos à ativos qualificáveis, sendo, neste caso, capitalizados.

As obrigações oriundas de arrendamentos operacionais são reconhecidas como despesa no resultado dos exercícios, linearmente com base nos termos do contrato de arrendamento.

Estimativas contábeis e principais premissas para estimar incertezas

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pelo Grupo, descritas anteriormente, a Administração adotou julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revisados em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada caso essa revisão afete somente esse período, ou afete o período da revisão e períodos futuros, caso a revisão afete períodos corrente e futuros.

1. Provisões para contingências legais

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo está exposto ao risco de ser acionado judicialmente. As provisões para ações judiciais são estimadas pela Administração do Grupo em conjunto com seus consultores legais, considerando o provável desfecho da respectiva contingência em desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para o Grupo. Para ações judiciais de natureza trabalhista, a provisão é estimada com base na experiência histórica e com o melhor conhecimento que a Administração tem sobre fatos e circunstâncias relevantes.

2. Recuperabilidade do ágio

A determinação da recuperabilidade do ágio requer a estimativa do valor em uso das unidades de geração de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso requer que a administração da entidade estime o fluxo de caixa futuro esperado a resultar da unidade de geração de caixa, bem como uma taxa de desconto apropriada para o cálculo do valor presente líquido.

O valor do ágio ao final do período reportado era de US\$ 15,6 milhões (R\$ 26,0 milhões) (2009: US\$ 15,6 milhões [R\$ 27,2 milhões]). Os detalhes do cálculo da provisão para recuperabilidade do ágio são discutidos na Nota 9. Não há provisão para recuperabilidade do ágio para o período reportado.

3. Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 25, o Grupo pode realizar operações com derivativos objetivando gerenciar o risco de variação cambial. Para os instrumentos financeiros derivativos, as premissas são elaboradas com base na cotação de mercado ajustadas pelas características específicas desses instrumentos. Outros instrumentos financeiros são valorizados a partir da análise do fluxo de caixa descontado baseado em premissas suportáveis, sempre que possível, pelos preços e taxas de mercado. O Grupo não possui derivativos para os períodos apresentados.

4. Pagamento baseado em ações liquidadas em caixa

O valor justo do plano de incentivo de longo prazo é determinado utilizando-se o modelo binomial. As premissas utilizadas no cálculo do valor justo são: expectativa de volatilidade; expectativa de vida; taxa de risco livre e rendimento esperado dos dividendos. A expectativa de volatilidade é determinada calculando-se a volatilidade histórica do preço das ações do Grupo. A expectativa de vida usada no modelo foi ajustada conforme a melhor estimativa da administração, para o exercício das considerações comportamentais. A expectativa de rendimento esperado dos dividendos é baseada na política de dividendos do Grupo. Na determinação da taxa de risco livre, o Grupo utiliza como taxa de juros títulos do governo (cupom zero) moeda na qual o preço de exercício é determinado. O Grupo utiliza como taxa de baixa a melhor estimativa da administração do percentual dos prêmios que serão baixados com base na proporção aos prêmios esperados pelos detentores que deixarão o Grupo.

Qualquer mudança nessas premissas impactará o valor provisionado do plano de incentivo de longo prazo.

5. Vida útil do imobilizado

A despesa de depreciação é apropriada com base no valor de custo, exceto para terrenos e imobilizados em construção, com base na vida útil e utilizando método linear de depreciação. A estimativa de vida útil é determinada com base em experiências anteriores e melhores práticas da administração e é revisada anualmente.

Adoção de Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS) novas e revisadas

1. Normas e interpretações que afetam o montante reportado no período corrente e/ou em períodos anteriores

No ano em curso, a Companhia adotou as seguintes normas novas e revisadas e que influenciaram o montante reportado nestas demonstrações financeiras. Detalhes das normas e interpretações adotadas nestas demonstrações financeiras, mas que não afetaram o montante reportado estão dispostos a seguir.

Normas e interpretações novas e revisadas que afetam a apresentação e divulgação

Aditamento IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras
(como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2010)

O aditamento relativo ao IAS 1 determina que a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes poderia ser apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em uma demonstração própria separadamente. O Grupo aplicou o aditamento antecipadamente (data de efetividade e transição do aditamento: períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011). O aditamento foi aplicado retrospectivamente.

Aditamento IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras
(como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2009)

O aditamento realtivo ao IAS 1 esclarece que a liquidação potencial de um passivo com a emissão de ações não é relevante para a sua classificação como circulante ou não circulante.

Aditamento ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações
(como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2010)

O aditamento deste pronunciamento determina aberturas quantitativas nas notas explicativas dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e, também, encoraja a abertura de suas respectivas narrativas caso esse risco não esteja explícito na apresentação quantitativa. As exigências de apresentação do risco de crédito, incluindo garantias tomadas, são apresentadas e reduzidas, com o valor de custo dos ativos que deveriam estar vencidos ou desvalorizados, a não ser que tenham sido renegociados, não sendo mais necessária esta apresentação.

IAS 27 (revisado em 2008) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A norma revista afeta políticas contábeis relativas a mudanças em participações em subsidiárias que não resultam em perda de controle. Em anos anteriores, na ausência dos requisitos específicos contidos nos pronunciamentos IFRS, os aumentos de participações em subsidiárias existentes eram tratados da mesma maneira como aquisição de subsidiárias, com ágio ou como reconhecimento do ganho na compra, quando apropriado; para a diminuição de participação de subsidiárias existentes, que não implicavam perda de controle, a diferença entre a remuneração recebida e o ajuste da participação dos não controladores era reconhecida como lucro ou prejuízo. Segundo o IAS 27 (2008), todos os aumentos ou diminuições são tratados como patrimônio líquido, sem impacto sobre o ágio ou lucros ou prejuízos.

A baixa parcial de um investimento em uma subsidiária que resulte em perda de controle determina a reavaliação da participação residual ao valor justo. Qualquer diferença entre o valor justo e o valor contábil corresponde a um ganho ou perda sobre a baixa, registrado no resultado.

As mudanças nas políticas contábeis foram aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010.

Aditamentos IFRS 2 Pagamento baseado em ações

Os aditamentos relativos ao IFRS 2, definem a contabilização de transações em que uma entidade recebe ou adquire bens ou serviços pela entrega de seus instrumentos patrimoniais ou incorra em passivos cujos valores são baseados no preço das suas ações ou outros instrumentos patrimoniais.

Normas e interpretações novas e revisadas adotadas e sem efeito nas demonstrações financeiras

Aditamento IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Isenções adicionais para adotantes pela primeira vez

Os aditamentos preveem duas isenções quando da adoção do IFRS pela primeira vez, relativas aos ativos de petróleo e gás, e a determinação de quando um acordo contém uma locação.

IFRS 3 (revisado em 2008) Combinação de Negócios

O IFRS 3 (2008) foi aplicado no ano em curso prospectivamente à combinação de negócios, cuja data de aquisição está em ou após 1º de janeiro de 2010, em conformidade com as disposições transitórias. Sua adoção afeta a contabilização da combinação de negócios no ano corrente.

Impacto da aplicação do IFRS 3 (2008):

- IFRS 3 (2008) apresenta a opção de mensurar a participação de não controladores pelo valor justo ou pelo valor justo da participação proporcional na data de aquisição, por meio dos ativos líquidos identificados pelo adquirente.
- IFRS 3 (2008) muda o reconhecimento e subsequentes exigências contábeis para os saldos contingenciais. A atualização trata que as alterações nas estimativas das contingências não mais serão contabilizadas como ajuste no custo original da combinação de negócios, e sim contabilizadas no Resultado. Essa revisão explica que a alteração será aplicada de maneira prospectiva, de forma que as alterações nas estimativas contingenciais de combinações de negócios iniciadas antes da adoção do IFRS 3 (2008) deverão ser alocadas como custo original da combinação de negócios.
- IFRS 3 (2008) exige o reconhecimento de um ganho ou perda de resolução quando a combinação de negócios em vigor estabelece uma relação preexistente entre o Grupo e a adquirida.
- IFRS 3 (2008) os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício, quando anteriormente eram contabilizados como parte do custo de aquisição.

Como parte das melhorias dos pronunciamentos IFRS, emitidos em 2010, o IFRS 3 (2008) foi alterado para esclarecer que a participação dos não controladores poderá ser mensurada pelo seu valor justo na data da aquisição ou pela aplicação do seu percentual de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Além disso, como parte das melhorias dos pronunciamentos IFRS, emitidos em 2010, o IFRS 3 (2008) foi alterado para dar mais orientações sobre a contabilização de concessões de pagamentos baseados em ações realizados pelos funcionários do adquirente. Especificamente, as alterações descrevem que as operações de pagamentos baseados em ações da adquirida que não são substituídos em uma combinação de negócios devem ser medidas de acordo com o IFRS 2, na data da aquisição (“medida baseada no mercado”).

Aditamentos IFRS 5 Ativos Não Circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas
(como parte das melhorias de IFRS, emitidas em 2009)

Os aditamentos confirmam que o IFRS 5 requer divulgações com relação aos ativos não circulantes (ou grupos de alienação) classificados como mantidos para venda ou operações descontinuadas. Consequentemente, as divulgações em outros IFRSs não se aplicam a esses ativos (ou grupo de alienações), (i) a menos que esses IFRSs exijam divulgações especificamente, ou (ii) as divulgações estejam relacionadas à mensuração de ativos ou passivos de um grupo de alienação que estejam fora do escopo das exigências de mensuração da norma.

Aditamentos IFRS 5 Ativos Não Circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (como parte das melhorias de IFRS, emitidas em 2008)

As alterações de 2008 exigem que os ativos e passivos de uma subsidiária sejam classificados como mantidos para venda se a controladora estiver comprometida com um plano que envolve perda de controle da subsidiária, não importando se a entidade irá reter uma participação não controladora após a venda.

Aditamentos IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis como objeto de *hedge*

As alterações prestam esclarecimentos sobre dois aspectos de *hedge accounting*: a identificação da inflação como *hedge* de risco e contratos de opção.

Aditamento IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa (como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2009)

Os aditamentos introduzidos em 2009 especificam que apenas gastos que resultarem em um ativo registrado na demonstração da posição financeira podem ser classificados como atividades de investimento.

IAS 28 (revisado em 2008) Investimentos em Coligadas

Muitos dos procedimentos adequados para aplicação do método de equivalência patrimonial são similares aos procedimentos de consolidação descritos na IAS 27. Portanto, na perda de influência significativa sobre uma associada, o investidor mensurará ao valor justo qualquer investimento que mantiver na antiga coligada, com o consequente reconhecimento do ganho ou perda em lucros ou prejuízos acumulados.

Como parte das melhorias no IFRS, emitido em 2010, o IAS 28 (2008), foi alterado para esclarecer que as alterações do IAS 28 sobre as operações em que o investidor perde influência significativa sobre uma associada devem ser aplicadas prospectivamente. O Grupo aplicou os aditamentos do IAS 28 (2008) como parte das melhorias no IFRS, emitido em 2010, antes da sua data de vigência (os períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010).

IFRIC 17 Distribuições de Ativos Não Monetários aos Acionistas

Essa interpretação dispõe sobre o tratamento contábil quando uma entidade distribui ativos, exceto caixa, como dividendos para seus acionistas.

IFRIC 18 Transferências de Ativos de Clientes

A interpretação trata das circunstâncias em que uma entidade recebe de um cliente um item do imobilizado que ela deve então usar para conectar o cliente a uma rede ou fornecer ao cliente acesso permanente ao fornecimento de bens e serviços. O IFRIC 18 fornece orientações sobre quando a entidade que recebe o ativo deve reconhecer tais ativos nas suas demonstrações financeiras. Quando o reconhecimento for apropriado, o custo considerado do ativo é o valor justo na data da transferência. A interpretação também fornece orientações sobre o modelo de reconhecimento de receitas provenientes da transferência do ativo.

Melhorias às IFRS, emitidas em 2009

Exceto pelos aditamentos do IAS 1, IAS 27, IFRS 2 e IFRS 7, a aplicação das melhorias às IFRS, emitidas em 2009, não teve qualquer efeito significativo sobre o montante reportado nas demonstrações financeiras consolidadas.

2. Normas e interpretações novas e revisadas em discussão e ainda não adotadas

O Grupo ainda não aplicou as seguintes normas e interpretações IFRS novas e revisadas, que estão sendo discutidas, mas que ainda não entraram em vigor.

Aditamento IFRS 1	Isenção comparativa limitada das divulgações comparativas do IFRS 7 ¹
Aditamento IFRS 1	Substituição de “datas fixas”, para certas exceções, pela “data da transação” para IFRS ²
Aditamento IFRS 1	Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas ²
Aditamento IFRS 7	Divulgações – Transferências de ativos financeiros ²
IFRS 9 (conforme aditamento em 2010)	Instrumentos Financeiros ³
IAS 24 (revisado em 2009)	Divulgações de Partes Relacionadas ⁴
Aditamento IAS 32	Classificação das Emissões de Direitos ⁵
Aditamento IAS 12	Tributos sobre a Renda – alteração do escopo (Recuperação de Ativos) ⁶
Aditamento IFRIC 14	Exigências mínimas de um financiamento ⁴
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais ¹

¹ Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2010

² Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2011

³ Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013

⁴ Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011

⁵ Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010

⁶ Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012

⁷ Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho 2010 e 1º de janeiro de 2011, quando apropriado

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009 e aditado em outubro de 2010, estabelece novas exigências de classificação e mensuração de ativos financeiros.

- IFRS 9 exige que todos os ativos financeiros (atualmente no escopo do IAS 39) sejam mensurados pelo custo amortizado ou valor justo. Especialmente, um instrumento de dívida que seja detido sob um modelo de negócios, cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais e tenha fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos e juros sobre o principal em aberto, deve ser mensurado e amortizado pelo custo, a menos que seja designado pelo valor justo no resultado. Todos os demais instrumentos de dívida devem ser mensurados pelo valor justo no resultado.
- O efeito mais significativo do IFRS 9 a respeito da classificação e mensuração dos passivos financeiros refere-se à contabilização de alterações no valor justo de um passivo financeiro atribuível a alterações no risco de crédito. Especificamente, no IFRS 9, todas as alterações no valor justo dos passivos financeiros são reconhecidas no resultado, diferentemente do IAS 39, onde a variação no valor justo dos ativos disponíveis para venda é reconhecida no Patrimônio Líquido, sendo posteriormente reciclada para o resultado do período.

O IFRS 9 entra em vigor para exercícios fiscais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas (revisado em 2009), simplificam as exigências para entidades relacionadas ao governo e esclarecem a definição de uma parte relacionada

As isenções de divulgação introduzidas no IAS 24 (revisado em 2009) não afetam o Grupo, porque este não é uma entidade relacionada ao governo. No entanto, as divulgações relativas às operações com partes relacionadas e os saldos nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser afetados quando a versão revisada da norma for aplicada em exercícios futuros, porque algumas contrapartes que não satisfaziam a definição de uma parte relacionada podem vir a ser no âmbito da norma.

Aditamentos IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação sobre Classificação das Emissões de Direitos

A alteração introduzida permite que certas emissões de direitos denominadas em moeda estrangeira sejam classificadas como capital próprio ou passivo financeiro. Até a data, o Grupo não precisou aplicar essas alterações.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

O IFRIC 19 fornece orientações sobre a emissão de instrumentos patrimoniais para extinguir um passivo financeiro. Uma entidade pode mensurar os instrumentos patrimoniais emitidos como extinção do passivo financeiro pelo seu valor justo na data da extinção. Qualquer diferença entre o valor contábil do passivo extinto e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos deve ser reconhecido no resultado. Até a data, o Grupo não possui operações dessa natureza.

3. INFORMAÇÕES DOS SEGMENTOS

Adoção do IFRS 8 – Segmentos operacionais

O Grupo adotou o IFRS 8 Segmentos Operacionais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. IFRS 8 requer a identificação dos segmentos operacionais na base das demonstrações internas sobre os componentes do Grupo que são regularmente revistos pelo dirigente formador de opinião operacional, a fim de alocar recursos aos segmentos e verificar suas performances. Em contraste, a norma anterior (IAS 14 Reporte dos Segmentos) exigia que a entidade identificasse dois grupos de segmentos (por negócio e geográfico), utilizando uma aproximação entre risco e retorno, com o “sistema financeiro interno de reporte para administradores-chave” de cada entidade, servindo apenas como ponto de partida para a identificação desses segmentos.

Segmentos reportáveis

Quanto aos objetivos da Administração, atualmente, o Grupo é organizado em seis segmentos reportáveis: rebocagem, terminais portuários, agenciamento marítimo, *offshore*, logística e estaleiro. Essas divisões são reportadas ao dirigente formador de opinião operacional do Grupo com o propósito de alocação de recursos e avaliação da performance de cada segmento.

As informações de segmento quanto a esses negócios estão apresentadas a seguir:

	Serviços de rebocagem US\$	Terminais portuários US\$	Agencia-mento marítimo US\$	Offshore US\$	Logística US\$	Estaleiro US\$	Atividades não segmentadas US\$	Eliminação US\$	Consolidado US\$
2010									
Receita	156.179	228.001	17.620	28.034	102.448	115.913	-	(72.644)	575.551
Resultado operacional	39.967	62.746	640	6.504	6.041	16.761	(43.366)	(10.807)	78.486
Despesas financeiras	(3.997)	(1.730)	(9)	(3.125)	(2.885)	(71)	-	3	(11.814)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	35.970	61.016	631	3.379	3.156	16.690	(43.366)	(10.804)	66.672
Receitas financeiras									13.940
Ganho de capital na transação da <i>joint venture</i>									20.407
Resultado antes dos impostos									101.019
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(36.180)	(52.657)	(727)	(39.183)	(28.714)	(7.215)	(2.063)	-	(166.739)
Depreciação e amortização	(13.479)	(13.536)	(173)	(6.614)	(7.090)	(134)	(1.895)	-	(42.921)
Balanço patrimonial									
Ativo por segmento	203.479	295.008	7.405	156.040	79.496	81.928	115.413	-	938.769
Passivo por segmento	(113.419)	(118.798)	(6.686)	(133.041)	(61.947)	(33.428)	(6.408)	-	(473.727)
2009									
Receita	145.707	175.408	15.204	38.144	75.788	110.445	212	(83.020)	477.888
Resultado operacional	52.050	46.562	2.171	13.711	3.311	22.226	(31.276)	(12.455)	96.300
Despesas financeiras	(3.418)	(553)	(92)	(2.903)	(1.333)	(124)	(1.132)	-	(9.555)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	48.632	46.009	2.079	10.808	1.978	22.102	(32.408)	(12.455)	86.745
Receitas financeiras									34.343
Resultado antes dos impostos									121.088
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(67.877)	(31.978)	(169)	(33.331)	(14.944)	(1.254)	-	-	(149.553)
Depreciação e amortização	(9.261)	(11.721)	(162)	(5.478)	(3.742)	(99)	(1.602)	-	(32.065)
Balanço patrimonial									
Ativo por segmento	168.156	227.992	5.027	129.500	43.451	83.811	150.250	-	808.187
Passivo por segmento	(117.780)	(71.149)	(5.541)	(147.114)	(27.968)	(5.436)	(9.720)	-	(384.708)

	Serviços de rebocagem R\$	Terminais portuários R\$	Agencia-mento marítimo R\$	Offshore R\$	Logística R\$	Estaleiro R\$	Atividades não segmentadas R\$	Eliminação R\$	Consolidado R\$
2010									
Receita	260.225	379.895	29.358	46.710	170.699	193.134	-	(121.039)	958.982
Resultado operacional	66.592	104.546	1.066	10.837	10.066	27.927	(72.254)	(18.007)	130.773
Despesas financeiras	(6.659)	(2.883)	(15)	(5.207)	(4.807)	(118)	-	5	(19.684)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	59.933	101.663	1.051	5.630	5.259	27.809	(72.254)	(18.002)	111.089
Receitas financeiras									23.227
Ganho de capital na transação da <i>joint venture</i>									34.002
Resultado antes dos impostos									168.318
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(60.284)	(87.737)	(1.211)	(65.287)	(47.843)	(12.022)	(3.437)	-	(277.821)
Depreciação e amortização	(22.460)	(22.554)	(288)	(11.020)	(11.813)	(223)	(3.157)	-	(71.515)
Balanço patrimonial									
Ativo por segmento	339.038	491.542	12.338	259.994	132.456	136.508	192.301	-	1.564.177
Passivo por segmento	(188.978)	(197.941)	(11.140)	(221.673)	(103.216)	(55.698)	(10.677)	-	(789.323)
2009									
Receita	253.705	305.420	26.473	66.416	131.962	192.306	370	(144.554)	832.098
Resultado operacional	90.629	81.074	3.780	23.874	5.765	38.699	(54.458)	(21.686)	167.677
Despesas financeiras	(5.951)	(963)	(160)	(5.055)	(2.321)	(217)	(1.970)	-	(16.637)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	84.678	80.111	3.620	18.819	3.444	38.482	(56.428)	(21.686)	151.040
Receitas financeiras									59.798
Resultado antes dos impostos									210.838
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(118.187)	(55.680)	(294)	(58.036)	(26.020)	(2.185)	-	-	(260.402)
Depreciação e amortização	(16.125)	(20.409)	(282)	(9.538)	(6.516)	(172)	(2.790)	-	(55.832)
Balanço patrimonial									
Ativo por segmento	292.793	396.979	8.753	225.485	75.657	145.933	261.615	-	1.407.215
Passivo por segmento	(205.080)	(123.885)	(9.648)	(256.155)	(48.698)	(9.462)	(16.925)	-	(669.853)

Despesas financeiras de empréstimos utilizados para financiar ativos fixos foram alocadas nos segmentos reportados de origem.

Receitas financeiras de contas bancárias pertencentes a segmentos operacionais brasileiros, incluindo a variação cambial, não foram alocadas nos segmentos de negócios, já que o gerenciamento financeiro é centralizado pela administração. Despesas administrativas são apresentadas como atividades não segmentadas.

Informação geográfica

As operações do Grupo estão, principalmente, localizadas no Brasil. A receita do Grupo é proveniente de caixa e equivalentes de caixa investidos em Bermuda e no Brasil, e incorrem despesas de suas atividades neste último país.

4. RECEITAS

O quadro seguinte apresenta as receitas do Grupo anuais de suas operações (excluindo receitas financeiras – Nota 7).

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Prestação de serviços	536.258	455.801	893.511	793.641
Construção de embarcações	39.293	22.087	65.471	38.457
Total	575.551	477.888	958.982	832.098

5. DESPESAS DE PESSOAL

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Salários e benefícios	146.301	111.759	243.766	194.594
Encargos sociais	38.376	27.318	63.942	47.566
Custos com previdência privada	855	585	1.425	1.019
Plano de incentivo de longo prazo (Nota 20)	13.204	9.424	22.001	16.409
Total	198.736	149.086	331.134	259.588

O Grupo possui planos de previdência privada (contribuição definida) para aposentadoria de todos os funcionários elegíveis de seus negócios no Brasil. As contribuições do Grupo são especificadas de acordo com as regras do plano. Os ativos do plano de aposentadoria são mantidos em separado dos outros ativos do Grupo, sob o controle de administradores independentes.

6. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Custo de serviços	64.365	54.233	107.245	94.430
Aluguel de rebocadores	26.243	25.830	43.726	44.975
Fretes	19.954	20.619	33.247	35.902
Outros aluguéis	24.448	17.765	40.735	30.932
Energia, água e comunicação	14.773	12.246	24.616	21.323
Movimentação de contêiner	12.307	10.394	20.506	18.098
Seguros	7.328	5.618	12.210	9.782
Manutenção	4.189	5.088	6.979	8.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(375)	(1.569)	(625)	(2.731)
Outras despesas	15.044	1.113	25.066	1.938
Total	188.276	151.337	313.705	263.508

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Juros de aplicações	8.467	6.874	14.107	11.969
Ganhos de câmbio em aplicações	3.794	24.031	6.322	41.843
Receitas de juros	1.679	3.438	2.798	5.986
Total das receitas financeiras	13.940	34.343	23.227	59.798
Juros de empréstimos e financiamentos	(9.557)	(7.724)	(15.924)	(13.449)
Variação cambial sobre empréstimos	227	2.098	378	3.653
Juros de arrendamento mercantil financeiro	(1.848)	(1.254)	(3.079)	(2.183)
Total de despesas financeiras sobre empréstimos	(11.178)	(6.880)	(18.625)	(11.979)
Outros juros	(636)	(2.675)	(1.059)	(4.658)
Total de despesas financeiras	(11.814)	(9.555)	(19.684)	(16.637)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Imposto de renda reconhecido como lucro ou prejuízo.

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Corrente				
Impostos no Brasil				
Imposto de renda	22.709	31.402	37.838	54.677
Contribuição social	8.480	12.022	14.130	20.933
Total de impostos correntes no Brasil	31.189	43.424	51.968	75.610
Imposto diferido				
Imposto diferido total	(675)	(12.320)	(1.125)	(21.452)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	30.514	31.104	50.843	54.158

O imposto de renda das empresas brasileiras é calculado como 25% do lucro tributável apurado no período. A contribuição social é calculada como 9% do lucro tributável apurado no período.

A movimentação do período pode ser reconciliada com o lucro na demonstração do resultado do período, como segue:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Resultado antes dos impostos	101.019	121.088	168.318	210.837
Imposto conforme a alíquota nominal de 34%	34.347	41.170	57.228	71.685
Efeito das diferenças cambiais nos itens não monetários	(13.295)	(28.550)	(22.152)	(49.711)
Reversão da variação cambial nos empréstimos e financiamentos em dólar norte-americano	3.941	16.540	6.566	28.800
Efeito das diferentes alíquotas de imposto em outras jurisdições	5.409	2.844	9.012	4.953
Outros	112	(900)	189	(1.569)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	30.514	31.104	50.843	54.158
Alíquota efetiva no período	30%	26%	30%	26%

A alíquota utilizada para o imposto sobre lucro em atividades ordinárias é composta do imposto de renda e contribuição social com a alíquota padrão de 34% no Brasil. Este percentual de tributação foi utilizado para as reconciliações de 2010 e 2009.

9. ÁGIO

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Custo e valor contábil atribuídos ao:				
Tecon Rio Grande	13.132	13.132	21.881	22.865
Tecon Salvador	2.480	2.480	4.132	4.319
Total	15.612	15.612	26.013	27.184

Com o objetivo de testar o ágio e a necessidade de constituição de provisão para perda de recuperabilidade do ativo, o Grupo prepara projeções de fluxo de caixa para o Tecon Rio Grande e para o Tecon Salvador oriundos do orçamento financeiro recente para o próximo exercício e extrapola fluxos de caixa para a vida remanescente da concessão com base no crescimento anual estimado de 8% a 10% para o Tecon Rio Grande e 7% a 10% para o Tecon Salvador. Essa taxa não ultrapassa a taxa média de crescimento histórico de longo prazo nesse mercado de atuação. Após testar o ágio, conforme mencionado acima, nenhuma perda por prejuízo foi reconhecida para os períodos apresentados.

10. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

	US\$	R\$
Custo		
Em 1º de janeiro de 2009	3.238	7.567
Diferenças de câmbio	824	1.435
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(1.929)
Em 31 de dezembro de 2009	4.062	7.073
Adições	14.546	24.236
Diferenças de câmbio	606	1.009
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(304)
Em 31 de dezembro de 2010	19.214	32.014
Amortização		
Em 1º de janeiro de 2009	1.439	3.363
Adições	149	259
Diferenças de câmbio	235	409
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(857)
Em 31 de dezembro de 2009	1.823	3.174
Adições	488	813
Diferenças de câmbio	62	103
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(136)
Em 31 de dezembro de 2010	2.373	3.954
Saldo contábil		
31 de dezembro de 2010	16.841	28.060
31 de dezembro de 2009	2.239	3.899

Os ativos intangíveis resultaram (i) da aquisição da concessão do terminal de contêineres e carga pesada em Salvador, Tecon Salvador, em 2000; (ii) da compra dos 50% remanescentes do direito de exploração da Eadi Santo André (armazém alfandegado); e (iii) expansão da Ponta Norte, em 2010 (Tecon Salvador).

Tecon Salvador assinou em 2 de setembro, um termo aditivo ao contrato de arrendamento celebrado com a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). O referido termo aditivo contempla a ampliação da área denominada Ponta Norte, no Porto de Salvador, contígua ao Tecon Salvador. Foi pago à CODEBA uma parcela inicial de US\$ 14,5 milhões (R\$ 24,2 milhões) a título de *downpayment*, e, mensalmente, um preço calculado sobre a nova área arrendada e um preço por movimentação de contêineres e carga geral, os quais são consistentes com o contrato de arrendamento original.

Os ativos intangíveis são amortizados nos períodos remanescentes das concessões no momento da aquisição, que no caso do Tecon Salvador é de 25 anos, e para Eadi Santo André é de 10 anos, e para a Ponta Norte é de 15 anos (Tecon Salvador).

11. ATIVO IMOBILIZADO

	Terreno e construções US\$	Embarcações US\$	Veículos, máquinas e equipamentos US\$	Imobilizado em construção US\$	Total US\$
Custo ou valorização					
Em 1º de janeiro de 2009	86.709	228.200	101.666	19.651	436.226
Adições	23.265	3.737	27.172	95.379	149.553
Transferências	-	52.653	-	(52.653)	-
Diferenças de câmbio	8.700	-	14.032	-	22.732
Alienações	(6.230)	(472)	(584)	-	(7.286)
Em 31 de dezembro de 2009	112.444	284.118	142.286	62.377	601.225
Adições	30.959	6.908	64.175	64.697	166.739
Transferências	-	98.429	-	(98.429)	-
Diferenças de câmbio	2.112	-	4.701	-	6.813
Alienações	(485)	(574)	(3.151)	-	(4.210)
Líquido do imobilizado na transação da <i>joint venture</i>	(13)	(8.606)	(1.097)	(4.586)	(14.302)
Em 31 de dezembro de 2010	145.017	380.275	206.914	24.059	756.265
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2009	21.655	73.770	35.779	-	131.204
Débito no exercício	5.112	14.523	12.281	-	31.916
Diferenças de câmbio	1.572	-	4.561	-	6.133
Alienações	(6.157)	(165)	(584)	-	(6.906)
Em 31 de dezembro de 2009	22.182	88.128	52.037	-	162.347
Débito no exercício	5.695	19.806	16.932	-	42.433
Diferenças de câmbio	432	-	1.780	-	2.212
Alienações	(397)	(122)	(3.124)	-	(3.643)
Líquido do imobilizado na transação da <i>joint venture</i>	(4)	(7.639)	(273)	-	(7.916)
Em 31 de dezembro de 2010	27.908	100.173	67.352	-	195.433
31 de dezembro de 2010	117.109	280.102	139.562	24.059	560.832
31 de dezembro de 2009	90.262	195.990	90.249	62.377	438.878

	Terreno e construções R\$	Embarcações R\$	Veículos, máquinas e equipamentos R\$	Imobilizado em construção R\$	Total R\$
Custo ou valorização					
Em 1º de janeiro de 2009	202.639	533.303	237.593	45.924	1.019.459
Adições	40.509	6.507	47.312	166.074	260.402
Transferências	-	91.679	-	(91.679)	-
Diferenças de câmbio	15.149	-	24.433	-	39.582
Alienações	(10.848)	(822)	(1.017)	-	(12.687)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(51.662)	(135.961)	(60.573)	(11.707)	(259.903)
Em 31 de dezembro de 2009	195.787	494.706	247.748	108.612	1.046.853
Adições	51.584	11.510	106.928	107.799	277.821
Transferências	-	164.003	-	(164.003)	-
Diferenças de câmbio	3.520	-	7.833	-	11.353
Alienações	(808)	(956)	(5.251)	-	(7.015)
Líquido do imobilizado na transação da <i>joint venture</i>	(22)	(14.340)	(1.829)	(7.641)	(23.832)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(8.434)	(21.308)	(10.669)	(4.681)	(45.092)
Em 31 de dezembro de 2010	241.627	633.615	344.760	40.086	1.260.088
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2009	50.607	172.400	83.616	-	306.623
Débito no exercício	8.901	25.287	21.384	-	55.572
Diferenças de câmbio	2.737	-	7.942	-	10.679
Alienações	(10.721)	(287)	(1.017)	-	(12.025)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(12.901)	(43.951)	(21.318)	-	(78.170)
Em 31 de dezembro de 2009	38.623	153.449	90.607	-	282.679
Débito no exercício	9.488	33.002	28.212	-	70.702
Diferenças de câmbio	720	-	2.967	-	3.687
Alienações	(661)	(203)	(5.206)	-	(6.070)
Líquido do imobilizado na transação da <i>joint venture</i>	(6)	(12.728)	(455)	-	(13.189)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(1.664)	(6.612)	(3.903)	-	(12.179)
Em 31 de dezembro de 2010	46.500	166.908	112.222	-	325.630
31 de dezembro de 2010	195.127	466.707	232.538	40.086	934.458
31 de dezembro de 2009	157.164	341.257	157.141	108.612	764.174

O valor de custo do grupo de veículos, máquinas e equipamentos inclui US\$ 24,9 milhões (R\$ 41,5 milhões) (2009: US\$ 23,0 milhões [R\$40,0 milhões]) adquiridos sob a forma de arrendamento mercantil financeiro.

Terrenos e construções com valor contábil líquido de US\$ 370 (R\$ 616) (2009: US\$ 385 [R\$ 670]) e rebocadores com valor contábil líquido de US\$ 2.587 (R\$ 4.310) (2009: US\$ 2.794 [R\$ 4.865]) foram dados como garantia em vários processos judiciais.

O Grupo tem ativos dados em garantia no valor contábil de aproximadamente US\$ 317,1 milhões (R\$ 528,4 milhões) (2009: US \$235,4 milhões [R\$ 409,9 milhões]) como garantia de empréstimos recebidos.

O montante de juros capitalizados em 2010 é US\$1.889 (R\$3.147) (2009: US\$728 [R\$1.268]), carregando taxa média de 3,83% (2009: 3,42%).

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo assinou compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de US\$ 116,4 milhões (R\$ 194,0 milhões) (2009: US\$ 23,7 milhões [R\$ 41,2 milhões]). O montante refere-se, principalmente, às expansões do Tecon Salvador e Tecon Rio Grande e à construção do Estaleiro Guarujá II.

Com o início da *joint venture* com a Magallanes Navegação Brasileira, o imobilizado diminuiu em US\$ 16,8 milhões (R\$ 28,1 milhões), proporcional ao líquido do imobilizado transferido ao sócio na transação da *joint venture*.

12. ESTOQUES

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Materiais operacionais	11.024	9.758	18.368	16.991
Materiais de contratos em construção (clientes externos)	9.123	10.929	15.201	19.030
Total	20.147	20.687	33.569	36.021

13. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Valor a receber da prestação de serviços	65.240	49.948	108.703	86.971
Provisão para devedores duvidosos	(1.320)	(1.637)	(2.200)	(2.850)
Impostos a recuperar	8.203	5.484	13.667	9.547
Adiantamentos e impostos antecipados	62.838	51.704	104.701	90.027
Total	134.961	105.499	224.871	183.695
Total ativo circulante	128.561	105.499	214.206	183.695
Total ativo não circulante	6.400	-	10.665	-

Contas a receber dispostas acima são classificadas como ativos financeiros avaliados a custo amortizado. O montante é classificado como ativo circulante.

O contas a receber de longo prazo refere-se aos impostos com maturidade superior a 365 dias, refere-se, principalmente, a PIS, COFINS, ISS e INSS. Não há nenhuma evidência de *impairment* para este ativo.

O saldo de contas a receber de serviços segregados por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
A vencer	52.518	41.377	87.506	72.046
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	7.351	5.051	12.248	8.796
De 31 a 90 dias	3.442	1.440	5.735	2.508
De 91 a 180 dias	609	443	1.014	771
Acima de 180 dias	1.320	1.637	2.200	2.850
Total	65.240	49.948	108.703	86.971

Para os créditos vencidos são cobrados, em média, juros de 1% e multa de 2%. O Grupo reconheceu uma provisão para devedores duvidosos de 100% contra os recebíveis acima de 180 dias, porque, baseado em experiência anteriores, esses recebíveis inadimplentes além de 180 dias não são reembolsáveis. A provisão para devedores duvidosos foi reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços e é estabelecida quando uma perda com base em previsões de montantes incobráveis, determinada por referência a experiência do passado inadimplente da contraparte e uma análise da atual situação financeira da contraparte.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	US\$	R\$
Em 1º de janeiro de 2009	2.761	6.452
Valores baixados no ano	(4.177)	(7.272)
Aumento da provisão	2.423	4.220
Diferenças de câmbio	630	1.096
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(1.646)
Em 31 de dezembro de 2009	1.637	2.850
Valores baixados no ano	(2.288)	(3.812)
Aumento da provisão	1.910	3.182
Diferenças de câmbio	61	103
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(123)
Em 31 de dezembro de 2010	1.320	2.200

A Administração acredita que não é necessária provisão adicional para devedores duvidosos.

O Grupo tem por rotina revisar os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos são devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. Nesse processo, quando há a confirmação de pagamentos de impostos e/ou contribuições a maior, as devidas medidas são tomadas para a recuperação desses valores.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o Grupo recebeu resposta à consulta da Secretaria da Receita Federal (SRF), confirmando a isenção de tributação de certas transações, cujos tributos estavam sendo recolhidos até aquela data.

Essa resposta permite que o Grupo recupere os valores pagos anteriormente, mediante a realização de certos procedimentos que atendam aos requerimentos da legislação fiscal. O Grupo concluiu o processo no final de 2009.

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, que são de grande liquidez e prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

Caixa e equivalentes de caixa denominados em dólares americanos representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários de grandes instituições financeiras. Caixa e equivalentes de caixa denominados em real representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários e letras do Tesouro brasileiro (principalmente LFT).

Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo compreendem investimentos com maturidade superior a 90 dias, mas inferior a 365 dias.

Segue abaixo a abertura do caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Denominados em dólares norte-americanos:				
Caixa e equivalentes de caixa	32.403	83.255	53.990	144.963
Investimentos de curto prazo	36.729	-	61.198	-
Total	69.132	83.255	115.188	144.963
Denominados em reais:				
Caixa e equivalentes de caixa	85.769	94.881	142.908	165.207
Investimentos de curto prazo	-	11.116	-	19.355
Total	85.769	105.997	142.908	184.562
Total caixa e equivalentes de caixa	118.172	178.136	196.898	310.170
Total investimentos de curto prazo	36.729	11.116	61.198	19.355

Fundos de investimento exclusivos

O Grupo possui investimentos no Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus. Os investimentos são consolidados nas demonstrações financeiras. Esse fundo de investimentos exclusivos compreende certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem perda do rendimento incorrido, com vencimentos entre janeiro de 2011 até maio de 2013 e títulos públicos com vencimentos entre setembro de 2012 até setembro de 2015.

Aproximadamente 86,1% dos títulos incluídos na carteira do fundo de investimento exclusivo têm liquidez diária e são avaliados a valor justo com rendimentos refletidos no resultado. Esses fundos não possuem obrigações financeiras significativas, sendo estas limitadas às taxas de serviço pagas à instituição responsável pela administração dos ativos, custos de auditoria e outras despesas similares.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de juros – %	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Empréstimos sem garantias					
Financiamento bancário	12.40% - 15.45% a.a.	6.479	227	10.795	395
Total de empréstimos sem garantia		6.479	227	10.795	395
Empréstimos com garantias					
BNDES FINAME R\$	4.50% - 14.00% a.a.	26.789	5.089	44.636	8.861
BNDES FMM US\$	2.64% - 5.00% a.a.	198.192	230.563	330.228	401.456
Total BNDES		224.981	235.652	374.864	410.317
IFC atrelado ao US\$	2.99% - 8.49% a.a.	9.813	14.080	16.350	24.516
IFC atrelado ao R\$	14,09% a.a.	4.888	5.458	8.145	9.504
Total IFC		14.701	19.538	24.495	34.020
Eximbank atrelado ao US\$	2.43% a.a.	14.818	-	24.690	-
Finimp atrelado ao US\$	2.12% - 2.27% a.a.	4.051	-	6.749	-
BB – FMM US\$	3.10% a.a.	49.131	-	81.862	-
Total de empréstimos bancários		307.682	255.190	512.660	444.337
Total		314.161	255.417	523.455	444.732

Os empréstimos e financiamentos devem ser quitados como se segue:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
No primeiro ano	25.565	18.146	42.596	31.596
No segundo ano	26.194	20.545	43.644	35.773
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	82.187	60.166	136.941	104.761
Após cinco anos	180.215	156.560	300.274	272.602
Total	314.161	255.417	523.455	444.732
Total investimentos de curto prazo	25.565	18.146	42.596	31.596
Total exigível a longo prazo	288.596	237.271	480.859	413.136

Análise dos empréstimos por moeda:

	Real US\$	Real atrelado ao Dólar US\$	Dólar US\$	Total US\$	Real R\$	Real atrelado ao Dólar R\$	Dólar R\$	Total R\$
31/12/2010								
Empréstimos de contas-correntes garantidas	6.479	-	-	6.479	10.795	-	-	10.795
Empréstimos bancários	31.677	247.323	28.682	307.682	52.781	412.090	47.789	512.660
Total	38.156	247.323	28.682	314.161	63.576	412.090	47.789	523.455
31/12/2009								
Empréstimos de contas-correntes garantidas	227	-	-	227	395	-	-	395
Empréstimos bancários	10.547	230.563	14.080	255.190	18.365	401.456	24.516	444.337
Total	10.774	230.563	14.080	255.417	18.760	401.456	24.516	444.732

Os principais financiadores do grupo são:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), como agente do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), financia a construção de novos rebocadores e *platform supply vessels* (“PSVs”). O valor do financiamento em aberto é de US\$ 198,2 milhões (R\$ 330,2 milhões) (2009: US\$ 230,6 milhões [R\$ 401,5 milhões]). O FINAME (“BNDES”) financia, principalmente, os equipamentos para as operações logísticas, US\$ 26,8 milhões (R\$ 44,6 milhões) (2009: US\$ 5,1 milhões [R\$ 8,9 milhões]). Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2010 devem ser quitados em períodos que variam até 21 anos. Os empréstimos denominados em dólar norte-americano carregam taxas de juros fixas entre 2,64% e 5% a.a., enquanto em empréstimos denominados em reais as taxas de juros estão entre 4,5% e 14% ao ano.

Banco do Brasil (“BB”), como agente do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), financia a construção de novos *platform supply vessels* (“PSVs”). O valor do financiamento em aberto é de US\$49,1 milhões (R\$81,9 milhões). Este passivo foi gerado da *joint venture* Wilson, Sons Offshore e Magallanes Navegação Brasileira. Todos os contratos estão em período de carência e serão amortizados a partir de janeiro de 2012 e o prazo de liquidação da dívida é de cerca de 18 anos. Esses financiamentos são denominados em dólar norte-americano e carregam taxas de juros fixas de 3,1% a.a.

The International Finance Corporation (“IFC”), financia dois terminais portuários: Tecon Rio Grande e Tecon Salvador. O Grupo possui dois contratos com o IFC: um para Tecon Salvador e um para Tecon Rio Grande. Os valores em aberto em 31 de dezembro 2010 deverão ser quitados em períodos de até 6 anos. Estes empréstimos são denominados em dólar norte-americano e parte em reais. Um dos financiamentos em dólares carrega taxa de juros fixa de 8,49% ao ano, enquanto os demais carregam taxas variáveis denominadas pela Libor (semestral) mais *spread* variando de 2,5% a 3,5% ao ano. A parte denominada em reais carrega taxa de juros fixa em 14,09% ao ano.

O Export-Import Bank of China (“Eximbank”) financia os equipamentos do Tecon Rio Grande. Foi contratado um financiamento no valor de US\$ 16,66 milhões com desembolso inicial de US\$ 6,9 milhões em janeiro de 2010 e um segundo desembolso de US\$ 7,8 milhões em outubro de 2010. O prazo total é de 10 anos, incluindo carência de 2 anos. A amortização e o pagamento de juros são semestrais. O financiamento é denominado em dólar norte-americano e a taxa de juros é flutuante (Libor – semestral). O *spread* é de 1,7% ao ano e há o pagamento de uma comissão pela garantia do banco Itaú BBA prestada a este banco de 2% ao ano.

Banco Itaú BBA S.A., através da linha de crédito Finimp financia a aquisição de equipamentos para o Tecon Rio Grande. O financiamento foi contratado no valor de US\$ 4,0 milhões. O prazo total é de 5 anos, incluindo carência de 1 ano. A amortização e o pagamento de juros são semestrais. O financiamento é denominado em dólar norte-americano e a taxa de juros é flutuante (Libor - semestral). O *spread* é de 1,63% ao ano. A comissão cobrada pelo Banco Itaú BBA S.A. é de 1,75% ao ano.

Os empréstimos bancários foram impactados positivamente em US\$ 12 milhões (R\$ 20 milhões) pela *joint venture* Wilson, Sons Ultratug.

Garantias

Os empréstimos do BNDES são segurados por rebocadores e PSVs que são dados como garantia para esses financiamentos. Para três dos sete PSVs que estão sendo financiados, há também uma garantia que envolve recebíveis do cliente Petrobras. Os financiamentos do BB são garantidos pelos próprios PSVs objetos deste financiamento, por carta de crédito *standby* e por cessão fiduciária de contratos de longo prazo com a Petrobras.

Os empréstimos do IFC são segurados pelas ações do Grupo no Tecon Salvador e Tecon Rio Grande, pelos fluxos de caixas projetados, equipamentos e construções (equipamentos e construções apenas para Tecon Rio Grande).

O financiamento com o “The Export-Import Bank of China” é garantido por uma “Standby Letter of Credit” emitida para o Tecon Rio Grande, tendo como beneficiário o banco financiador.

Como contragarantia da operação, o Tecon Rio Grande obteve autorização formal do IFC para alienar fiduciariamente os equipamentos financiados pelo “The Export-Import Bank of China” para o banco Itaú BBA.

Empréstimos pré-aprovados

Em 31 de dezembro 2010, o Grupo possuía US\$ 389,4 milhões referentes a financiamentos aprovados, porém ainda não utilizados na data supracitada. Este valor inclui 50% do contrato de financiamento assinado em 28 de setembro de 2010, conforme descrito abaixo. Para cada amortização existe um conjunto de precedentes, termos e condições que devem ser cumpridos.

Contratos de financiamentos assinados

Em 28 de setembro de 2010, o Grupo assinou um contrato de financiamento no valor de US\$ 670 milhões. O contrato foi firmado entre uma subsidiária da Wilson, Sons Ultratug Offshore Joint Venture e o BNDES na função de agente do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”). O financiamento, que terá prazo de amortização de 18 anos e 3 anos de carência, contempla a construção de 13 embarcações de apoio marítimo (Offshore Support Vessels ou OSVs), que serão construídas na Wilson, Sons Estaleiros.

As 13 embarcações serão entregues entre 2011 e 2015, aumentando a frota da *joint venture* para um total de 24 embarcações. Três embarcações já começaram a ser construídas.

Valor justo

A Administração estima o valor justo dos empréstimos do Grupo como se segue:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Financiamentos bancários	6.479	227	10.794	395
Empréstimos bancários				
BNDES	224.981	235.652	374.864	410.317
IFC	15.096	20.160	25.152	35.103
Eximbank	14.818	-	24.690	-
Finimp	4.051	-	6.749	-
BB	49.131	-	81.862	-
Total de empréstimos bancários	308.077	255.812	513.317	445.420
Total	314.556	256.039	524.111	445.815

Cláusulas restritivas de contratos de financiamentos

As subsidiárias Tecon Rio Grande e Tecon Salvador possuem cláusulas específicas restritivas em seus contratos de financiamento realizados com o IFC. Essas cláusulas referem-se basicamente à manutenção pelo Grupo de certos índices de liquidez. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo encontra-se de acordo com todas as cláusulas desses contratos.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os principais impostos diferidos passivos e ativos reconhecidos pelo Grupo durante o período corrente e o ano anterior estão apresentados a seguir:

	Depreciação acelerada US\$	Diferença de câmbio nos empréstimos US\$	Diferenças temporais US\$	Itens não monetários US\$	Total US\$
Em 1º de janeiro de 2009	(13.243)	1.906	10.618	(4.024)	(4.743)
(Débito)/crédito no resultado	(8.351)	(15.156)	741	35.086	12.320
Diferenças de câmbio	-	3	1.779	-	1.782
Em 31 de dezembro de 2009	(21.594)	(13.247)	13.138	31.062	9.359
(Débito)/crédito no resultado	(5.869)	(1.484)	1.415	6.613	675
Imposto diferido registrado em investimento baixado	5.058	2.885	216	(4.686)	3.473
Diferenças de câmbio	-	35	308	-	343
Em 31 de dezembro de 2010	(22.405)	(11.811)	15.077	32.989	13.850

	Depreciação acelerada R\$	Diferença de câmbio nos empréstimos R\$	Diferenças temporais R\$	Itens não monetários R\$	Total R\$
Em 1º de janeiro de 2009	(30.949)	4.454	24.815	(9.404)	(11.084)
(Débito)/crédito no resultado	(14.541)	(26.390)	1.290	61.092	21.452
Diferenças de câmbio	-	5	3.098	-	3.102
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	7.891	(1.135)	(6.327)	2.397	2.826
Em 31 de dezembro de 2009	(37.599)	(23.066)	22.876	54.085	16.296
(Débito)/crédito no resultado	(9.779)	(2.473)	2.358	11.019	1.125
Imposto diferido registrado em investimento baixado	8.427	4.806	359	(7.808)	5.784
Diferenças de câmbio	-	58	513	-	571
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	1.619	995	(983)	(2.330)	(699)
Em 31 de dezembro de 2010	(37.332)	(19.680)	25.123	54.966	23.077

Alguns impostos diferidos ativos e passivos foram compensados pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras consolidadas, um imposto diferido ativo não pode ser compensado com um passivo fiscal diferido de outra empresa do Grupo, não existe um dispositivo legal que permita compensar ativos e passivos de impostos entre empresas do mesmo Grupo. Após compensação, os saldos de impostos diferidos são apresentados no balanço como se segue:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Impostos diferidos passivos	(15.073)	(16.140)	(25.115)	(28.102)
Impostos diferidos ativos	28.923	25.499	48.192	44.398
Total	13.850	9.359	23.077	16.296

Na data do balanço, o Grupo possui prejuízos fiscais não utilizados de US\$ 30.487 (R\$ 50.797) (2009: US\$ 23.664 [R\$ 41.203]) disponíveis para compensação contra lucros fiscais futuros. Nenhum imposto diferido ativo foi reconhecido referente a US\$ 10.366 (R\$ 17.272) (2009: US\$ 8.046 [R\$ 14.009]) devido à inexistência de previsão de lucros fiscais futuros.

O imposto diferido resultante do imobilizado, estoque e despesas antecipadas das empresas brasileiras com moeda funcional dólar norte-americano, é calculado com base na diferença entre os saldos históricos em dólar norte-americano dessas contas e os registrados nas contas em reais convertidos pela taxa corrente.

O imposto diferido originado dos ganhos de câmbio dos empréstimos em dólar norte-americano e em real atrelados ao dólar norte-americano que são tributáveis na liquidação dos empréstimos e não no período no qual estes ganhos são originados.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	US\$	R\$
Em 1º de janeiro de 2009	8.455	19.759
Provisão adicional durante o ano	2.192	3.818
Reversão da provisão durante o ano	(3.846)	(6.697)
Diferença de câmbio	3.030	5.275
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(5.037)
Em 31 de dezembro de 2009	9.831	17.118
Provisão adicional durante o ano	4.464	7.437
Reversão da provisão durante o ano	(2.575)	(4.290)
Diferença de câmbio	569	947
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(736)
Em 31 de dezembro de 2010	12.289	20.476

As aberturas das provisões por natureza são demonstradas a seguir:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Processos cíveis	1.128	781	1.879	1.360
Processos fiscais	261	921	435	1.604
Processos trabalhistas	10.900	8.129	18.162	14.154
Total	12.289	9.831	20.476	17.118

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo continua exposto a reivindicações legais locais. A política do Grupo é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais não possuem embasamento, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio líquido do Grupo, não existindo necessidade de reconhecer provisões adicionais às contabilizadas em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente aos processos que o Grupo reconhece a provisão para contingências, existem outros processos fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante de US\$ 53.404 (R\$ 88.981) (2009: US\$ 60.355 [R\$ 105.089]), cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis.

As aberturas das causas possíveis por natureza são demonstradas a seguir:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Processos cíveis	7.259	6.001	12.094	10.449
Processos fiscais	15.829	12.220	26.375	21.277
Processos trabalhistas	30.316	42.134	50.512	73.363
Total	53.404	60.355	88.981	105.089

Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir:

- › Cíveis/ambientais: discussões de questões contratuais relacionadas a um desentendimento pontual em contratos de fornecedores de transportes e demandas casuais sobre contratos de serviços, em relação às suas obrigações.
- › Trabalhistas: ações que pleiteiam o pagamento de diferenças salariais, horas extras, adicionais de trabalho.
- › Fiscais: tributos exigidos pela legislação brasileira que o Grupo considera inapropriados e litígios contra o governo.

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

	Pagamentos mínimos de <i>leasing</i>		Valor presente dos pagamentos mínimos de <i>leasing</i>	
	2010 US\$	2009 US\$	2010 US\$	2009 US\$
Valores devidos de <i>leasing</i> financeiro				
No primeiro ano	5.921	5.263	4.847	3.902
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	7.098	9.950	6.305	8.653
	13.019	15.213	11.152	12.555
Menos os débitos financeiros futuros (juros)	(1.867)	(2.658)		
Valor presente das obrigações de <i>leasing</i>	11.152	12.555		
Total circulante	4.847	3.902	4.847	3.902
Total não circulante	6.305	8.653	6.305	8.653

	Pagamentos mínimos de <i>leasing</i>		Valor presente dos pagamentos mínimos de <i>leasing</i>	
	2010 R\$	2009 R\$	2010 R\$	2009 R\$
Valores devidos de <i>leasing</i> financeiro				
No primeiro ano	9.866	9.164	8.076	6.793
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	11.826	17.324	10.505	15.067
	21.692	26.488	18.581	21.860
Menos os débitos financeiros futuros (juros)	(3.111)	(4.628)		
Valor presente das obrigações de <i>leasing</i>	18.581	21.860		
Total circulante	8.076	6.793	8.076	6.793
Total não circulante	10.505	15.067	10.505	15.067

Conforme a política de *leasing* do Grupo, algumas instalações e equipamentos estão sujeitos a arrendamento mercantil financeiro. O prazo médio de arrendamento mercantil é de 47 meses, nos quais, para o final de dezembro de 2010 restavam 26 meses em média.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a taxa média efetiva de arrendamentos foi de 15,87% a.a. (2009: 15,21%). As taxas de juros são determinadas na data de assinatura do contrato.

Todos os arrendamentos mercantis financeiros incluem um valor fixo de quitação e encargos financeiros variáveis atrelados à taxa de juros brasileira. As taxas de juros variam de 10,05% a 20,39% a.a.

Os valores de arrendamento mercantil financeiro são determinados em real.

O valor justo das obrigações de *leasing* do Grupo é o valor presente das obrigações futuras de cada contrato, calculado com base na taxa de juros de cada contrato, sendo próximo ao valor contábil.

As obrigações de *leasing* financeiro do Grupo são garantidas pelos direitos do arrendador sobre os bens arrendados.

19. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Fornecedores	70.353	61.756	117.222	107.530
Impostos	16.657	11.847	27.754	20.628
Pagamentos baseados em ações	23.795	10.591	39.647	18.441
Provisões e outras contas a pagar	6.893	5.733	11.485	9.982
Total	117.698	89.927	196.108	156.581

O Grupo possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que o contas a pagar seja liquidado dentro do prazo.

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Contratos de construção				
Contratos em vigência nas datas de fechamento do balanço:				
Custos de contratos incorridos, mais lucros reconhecidos, menos perdas reconhecidas até a presente data	41.632	22.807	69.367	39.712
Menos serviços a faturar	(58.705)	(35.207)	(97.814)	(61.302)
Passivo líquido incluso em fornecedores	(17.073)	(12.400)	(28.447)	(21.590)

20. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES LIQUIDADAS EM CAIXA

Em 9 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Wilson Sons Limited aprovou um Plano de Opções de Ações (“Pagamentos Baseados em Ações” ou “Plano de Incentivo de Longo Prazo”) para os funcionários elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração para os próximos cinco anos. As opções irão proporcionar pagamentos em caixa, ao serem exercidas, baseadas no número de opções multiplicado pelo crescimento do preço do Certificado de Depósito de Valores Mobiliários da Wilson Sons Limited, entre o valor base e o valor na data de exercício das opções. O plano é regido pela lei de Bermuda.

A movimentação da provisão referente ao plano é demonstrada a seguir:

	US\$	R\$
Passivo em 1º de janeiro de 2009	1.167	2.728
Resultado do exercício	9.424	16.409
Diferenças de câmbio	-	(696)
Passivo em 31 de dezembro de 2009	10.591	18.441
Resultado do exercício	13.204	22.001
Diferenças de câmbio	-	(795)
Passivo em 31 de dezembro de 2010	23.795	39.647

A responsabilidade citada é incluída em “fornecedores e outras contas a pagar”, apresentada na Nota 19.

	2010 Número de opções de ações
Saldo em aberto no início do exercício	3.912.760
Concedido (resgatado) durante o exercício	(15.000)
Saldo em aberto no final do exercício	3.897.760

O valor justo reconhecido no passivo pelo montante de US\$ 23.795 (R\$ 39.647) (2009: US\$ 10.591 [R\$ 18.441]) foi determinado utilizando-se o modelo binomial, baseado nas seguintes premissas descritas a seguir:

	2010	2009
Preço de fechamento da ação (em reais)	R\$32,00	R\$21,48
Volatilidade esperada	26-32%	34%
Expectativa de vida	10 anos	10 anos
Taxa livre de risco	8,60%	9,49%
Rendimento esperado dos dividendos	1,80%	2,2%

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica do preço da ação do Grupo. A expectativa de vida utilizada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração para o exercício das restrições e considerações comportamentais.

Série de opção	Qtde.	Data da concessão	Data de vesting	Data de vencimento	Preço de exercício R\$
07 ESO – 2 anos	940.690	5/5/2007	5/5/2009	5/5/2017	23,77
07 ESO – 3 anos	940.690	5/5/2007	5/5/2010	5/5/2017	23,77
07 ESO – 4 anos	940.690	5/5/2007	5/5/2011	5/5/2017	23,77
07 ESO – 5 anos	940.690	5/5/2007	5/5/2012	5/5/2017	23,77
08 ESO – 2 anos	33.750	15/8/2008	17/8/2010	17/8/2019	18,70
08 ESO – 3 anos	33.750	15/8/2008	17/8/2011	17/8/2019	18,70
08 ESO – 4 anos	33.750	15/8/2008	17/8/2012	17/8/2019	18,70
08 ESO – 5 anos	33.750	15/8/2008	17/8/2013	17/8/2019	18,70

As opções expiram na data de vencimento ou em um mês da resignação do funcionário, o que ocorrer primeiro.

As opções de ações em circulação no final do ano tiveram um preço médio ponderado no excercício de R\$ 23,59 (2009: R\$ 23,60) e uma média ponderada da vida contratual remanescente de 2.346 dias (2009: 2.712 dias).

Para mostrar a sensibilidade da despesa às mudanças no preço das ações, o Grupo considerou um aumento/diminuição de 10% no seu preço. O rendimento do dividendo foi ajustado em linha com a alteração no preço da ação, mas todas as outras hipóteses foram mantidas, incluindo a volatilidade do preço das ações.

	Realizado	(+10%)	(-10%)
Preço da ação em 31 de dezembro de 2010 – R\$	32,00	35,20	28,80
	US\$	US\$	US\$
Passivos em 31 de dezembro de 2010	23.795	28.662	20.071
	R\$	R\$	R\$
Passivos em 31 de dezembro de 2010	39.648	47.757	33.442

As sensibilidades aqui ilustradas são hipotéticas e simplesmente para informação, baseadas no preço das ações e dos fatos conhecidos na data de divulgação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
71.144.000 de ações ordinárias emitidas e integralizadas	9.905	9.905	16.504	17.247

Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, um montante de pelo menos 25% do lucro líquido ajustado do ano corrente deve ser declarado pelo Conselho de Administração como dividendos a serem pagos aos acionistas antes da próxima Assembleia Geral Ordinária sendo que esses dividendos serão obrigatórios, a menos que o Conselho de Administração considere que o pagamento de tais dividendos não seria de interesse para a Companhia. Os dividendos finais estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Valores reconhecidos e distribuídos aos acionistas da controladora no exercício:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Dividendo final para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010	22.551	16.007	37.574	27.871
Total	22.551	16.007	37.574	27.871

Na reunião do Conselho realizada em 11 de maio de 2010, o Conselho de Administração declarou a distribuição de dividendos em um valor de US\$ 0,317 centavos por ação (R\$ 0,528 centavos por ação) no valor total de US\$ 22.551 (R\$ 37.574) aos acionistas registrados em 11 de maio de 2010 e o pagamento dos dividendos em 17 de maio de 2010.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Lucro líquido do período atribuído a acionistas da controladora	69.996	88.531	116.627	154.149
Número de ações	71.144.000	71.144.000	71.144.000	71.144.000
Lucro por ação (em centavos)	98,4	124,4	163,9	216,7

Reserva Legal

O montante equivalente a 5% do lucro líquido anual da Companhia, é destinado e classificado em conta específica denominada “Reserva Legal” até que a mesma conta acumule o montante igual a 20% do capital integralizado da companhia.

Reserva para Ajustes Acumulados de Tradução

A reserva para ajustes acumulados de tradução, são oriundos dos impactos das diferentes taxas de conversão sobre as operações das empresas com moeda real funcional com exceção dos dólares funcionais.

22. SUBSIDIÁRIAS

O Grupo adquiriu por meio de suas subsidiárias, 25% adicionais de participação da Brasco Logística Offshore Ltda. Como resultado dessa transação, o Grupo se tornou o proprietário único de 100% do capital social da Brasco.

A transação foi concluída no dia 16 de junho com o valor de US\$ 9,0 milhões (R\$ 15,0 milhões), mensurados a valor justo, para aquisição de ações equivalentes a 25% do capital total da Brasco. Esta operação resultou em um pagamento adicional de capital no valor de US\$ 4,9 milhões (R\$ 8,2 milhões) proferida na equivalência patrimonial.

Criada em 1999, a Brasco é uma empresa voltada ao apoio logístico integrado para a indústria de petróleo e gás. Atualmente, a empresa possui bases de apoio localizadas em Niterói, Rio de Janeiro e Guaxindiba (RJ); São Luís (MA); e Vitória (ES).

Detalhes das Companhias subsidiárias em 31 de dezembro de 2010 são demonstradas a seguir:

	Local de incorporação e operação	Proporção de participação acionária	Método utilizado para contabilizar o investimento
Companhia controladora			
Wilson Sons de Administração e Comércio Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Vis Limited	Guernsey	100%	Consolidação
Rebocagem			
Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S.A.	Brasil	100%	Consolidação
Sobrare-Servemar Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Apoio Marítimo Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Operações Marítimas Especiais Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Estaleiro			
Wilson, Sons S.A., Comércio, Indústria, e Agência de Navegação Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Estaleiro Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Agenciamento Marítimo			
Transamérica Visas Serviços de Despachos Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Agência Marítima Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Navegação Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Logística			
Eadi Santo André Terminal de Carga Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson, Sons Logística Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Terminal portuário			
Brasco Logística Offshore Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Tecon Rio Grande S.A.	Brasil	100%	Consolidação
Tecon Salvador S.A.	Brasil	100%	Consolidação
Wilport Operadores Portuários Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Operadores Portuários Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson, Sons Terminais de Cargas Ltda.	Brasil	100%	Consolidação

O Grupo também possui 100% de participação em um fundo de investimentos exclusivos brasileiro: Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus, em Cotas de Fundos de Investimentos. Esse fundo é administrado pelo banco Itaú e suas políticas e objetivos são determinados pela Tesouraria do Grupo (Nota 14).

Em 2010, a Wilson, Sons Offshore S.A. e a Wilson, Sons Ultratug S.A. tornaram-se *joint ventures*, deixando de ser subsidiárias.

23. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (JOINT VENTURES)

Em 28 de maio de 2010 foi celebrado o acordo final para a formação da *joint venture* entre o Grupo Wilson, Sons, através de duas de suas subsidiárias no Brasil e, do outro lado, a Remolcadores Ultratug Ltda., companhia pertencente ao grupo chileno Ultratug.

A associação terá como veículo a sociedade Wilson, Sons Ultratug Participações S.A., de cujo capital participarão os Grupos Wilson, Sons e Ultratug em igual proporção (50/50), conforme os fatos relevantes divulgados nos dias 10 de novembro de 2008 e 6 de outubro de 2009.

Pela participação acionária de 50% da nova sociedade, o Grupo contribuiu com as ações emitidas pela Wilson, Sons Offshore S.A., que opera as embarcações de apoio marítimo *offshore*.

Pela participação acionária de 50% da nova sociedade, a Remolcadores Ultratug Ltda. subscreveu US\$ 14,3 milhões (R\$ 23,9 milhões), além de ter contribuído com as ações de sua subsidiária Magallanes Navegação Brasileira S.A., que opera as embarcações de apoio marítimo *offshore*.

Um ganho de US\$ 20,4 milhões (R\$ 34,0), calculado com base no SIC13, foi realizado na formação da *joint venture*, conforme abaixo.

	US\$	R\$
Participação de ativos avaliados a valor justo pela Magallanes	16.165	26.935
Menos valor contábil da Wilson, Sons Offshore S.A.	(6.208)	(10.344)
Consolidação da eliminação dos lucros não realizados	10.450	17.411
Contribuição da Wilson, Sons a valor contábil líquido	4.242	7.068
Total do ganho de capital na formação da <i>joint venture</i> *	20.407	34.002

* Para mais detalhes sobre o ativo líquido na transação da *joint venture*, verificar a Nota 27.

A eliminação do lucro na *intercompany* representa o lucro na contrução dos PSVs no estaleiro, previamente eliminado na consolidação. A Wilson, Sons Ultratug terá como atividade principal a operação de embarcações de apoio marítimo à exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. O objetivo da associação é expandir as operações de ambos os grupos no segmento *offshore*, gerando ganhos de escala e aproveitando as oportunidades decorrentes do crescimento da indústria de petróleo e gás no Brasil.

O Grupo tem as seguintes participações significativas em empreendimentos conjuntos:

	Local de constituição e operação	Proporção de participação na Companhia	Método utilizado para contabilizar o investimento
Rebocagem			
Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	Brasil	50%	Consolidação Proporcional
Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	Brasil	50%	Consolidação Proporcional
Transportador comum sem navios			
Allink Transportes Internacionais Ltda.	Brasil	50%	Consolidação Proporcional
Offshore			
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A. *	Brasil	50%	Consolidação Proporcional

* A Wilson, Sons Ultratug Participações S.A. é controladora da Wilson, Sons Offshore S.A. e Magallanes Navegação Brasileira S.A., e estas últimas são controladas indiretas da Companhia.

Os seguintes valores estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo como resultado da consolidação proporcional dos empreendimentos em conjunto:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Ativos circulantes	17.991	3.639	29.977	6.336
Ativos não circulantes	127.213	2.297	211.963	4.000
Passivos circulantes	(31.976)	(4.744)	(53.278)	(8.260)
Passivos não circulantes	(109.242)	(21)	(182.020)	(37)
Receitas	35.817	15.963	59.678	27.795
Despesas	(30.860)	(14.748)	(51.419)	(25.679)

Em 2010, a Wilson, Sons Offshore S.A. e a Wilson, Sons Ultratug S.A. tornaram-se *joint ventures* e suas contribuições proporcionais são equivalentes a oito meses de seus resultados.

24. LEASING OPERACIONAL

O Grupo como arrendatário:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Pagamentos mínimos de <i>leasings</i> operacionais reconhecidos no resultado do exercício	14.528	12.440	24.207	21.661

Em 31 de dezembro de 2010, o valor mínimo devido pelo Grupo para pagamentos mínimos futuros de contratos de *leasing* operacional canceláveis era de US\$ 13.668 (R\$ 22.774) (2009: US\$ 8.390 [R\$ 14.608]).

Os compromissos de *leasing* para terrenos e construções têm prazo de cinco anos; estes representam as obrigações contratuais mínimas do aluguel entre Tecon Rio Grande e a autoridade portuária de Rio Grande, e entre Tecon Salvador, e a autoridade portuária de Salvador. A concessão do Tecon Rio Grande expira em 2022 e o do Tecon Salvador em 2025.

Os pagamentos garantidos do Tecon Rio Grande consistem em dois elementos: um aluguel fixo, mais uma taxa por 1.000 contêineres movimentados com base na previsão de volume feita pelo consórcio. O valor demonstrado nas contas é baseado na previsão de volume mínimo. É esperado um aumento dos volumes para os próximos anos. Se o volume de contêiner movimentado pelo terminal ultrapassar os volumes previstos em qualquer ano, pagamentos adicionais serão exigidos.

O pagamento garantido do Tecon Salvador consiste em três elementos: um aluguel fixo, uma taxa por contêiner movimentado com base em volumes mínimos previstos e uma taxa por tonelada de carga (não armazenada em contêineres) movimentada com base em volumes previstos mínimos.

Na data do balanço, o Grupo tinha compromissos em aberto para pagamentos mínimos futuros de *leasing* operacional não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
No primeiro ano	2.211	1.453	3.684	2.530
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	18.425	13.557	30.700	23.605
Total	20.636	15.010	34.384	26.135

Os pagamentos de *leasing* não canceláveis representam pagamentos de aluguel realizados pelo Grupo pelo armazém alfandegado utilizado pela Eadi Santo André.

Em novembro de 2008, o Grupo renovou os direitos de concessão do Eadi Santo André por mais 10 (dez) anos, esta operação fez que a gerência do Grupo viesse a renovar os contratos de aluguéis do armazém alfandegado utilizado pela Eadi Santo André para o mesmo período. O período de *leasing* não vencido em 31 de dezembro de 2010 é de 9 anos e 4 meses. Esses pagamentos de aluguel são corrigidos pelo índice geral de preço que mede a inflação no país.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCO DE CRÉDITO

a) Gerenciamento do risco de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos (Nota 15), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo (Nota 14), pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados (Nota 21).

b) Categorias dos instrumentos financeiros

	Valor de mercado		Valor contábil	
	2010 US\$	2009 US\$	2010 US\$	2009 US\$
Ativos financeiros (inclui: caixa e equivalente de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes e outros créditos)	289.862	294.751	289.862	294.751
Passivos financeiros (inclui: empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e contas a pagar)	443.406	358.521	443.411	357.899
	2010 R\$	2009 R\$	2010 R\$	2009 R\$
Ativos financeiros (inclui: caixa e equivalente de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes e outros créditos)	482.967	513.220	482.967	513.220
Passivos financeiros (inclui: empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e contas a pagar)	738.799	624.256	738.144	623.173

c) Objetivos do gerenciamento financeiro de risco

O Departamento de Operações Estruturadas do Grupo monitora e gerencia os riscos financeiros relacionados às operações e coordena o acesso ao mercado financeiro nacional e internacional. Esses riscos incluem risco de mercado (moeda corrente e variação da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O objetivo principal é manter um mínimo de exposição a esses riscos utilizando instrumentos financeiros sem derivativos e avaliando e controlando os riscos de crédito e liquidez.

d) Gerenciamento do risco de câmbio

Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, pois estão parte denominados em real e parte em dólar norte-americano, variando essas proporções de acordo com as características de cada negócio. De forma geral, para os fluxos de caixa operacionais procura-se anular o risco de moeda casando-se os ativos (recebíveis) com os passivos (pagamentos). Procura-se ter o excedente de caixa operacional em moeda igual àquela em que está denominado o serviço de dívida de cada negócio.

Os fluxos de caixa dos investimentos em ativos fixos também são denominados, em sua maioria, em real e dólar norte-americano. Esses investimentos estão sujeitos a variações de moeda em função do período decorrido entre a fixação do preço de compra de bens ou contratação de serviços junto a fornecedores e o pagamento efetivo desses bens e serviços. Esses fluxos são monitorados com o objetivo de casamento entre as moedas das fontes e das aplicações dos recursos e seus vencimentos.

O Grupo possui contratos de dívida tanto atrelada ao dólar norte-americano quanto ao real e os saldos de caixa e equivalentes de caixa também estão aplicados parte em dólar norte-americano e parte em real.

A movimentação desses ativos e passivos monetários está demonstrada a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2010 US\$	2009 US\$	2010 US\$	2009 US\$
Transações em reais	255.565	327.593	159.567	129.292
	2010 R\$	2009 R\$	2010 R\$	2009 R\$
Transações em reais	425.822	570.405	265.871	225.123

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Exchange rates					
Cenário provável			Cenário possível (25%)		
R\$ 1,75 / US\$ 1,00			R\$ 2,1875 / US\$ 1,00		
Operação	Taxa	Montante em USD	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)
Total ativos	Real	255.565	Efeito do câmbio	(12.238)	(60.903)
Total passivos	Real	159.567	Efeito do câmbio	7.641	38.026
			Resultado líquido	(4.597)	(22.877)

e) Gerenciamento do risco da taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco da taxa de juros, uma vez que as empresas do Grupo captam e aplicam a taxas de juros fixas e flutuantes. Para construção de embarcações, os financiamentos com o BNDES e o Banco do Brasil, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, são contratados a juros prefixados. Visto que as taxas desses financiamentos são prefixados e estão abaixo das curvas de juros de mercado, o Grupo entende que o risco para esses contratos é baixo.

Os financiamentos para operações portuárias podem ser contratados tanto em taxa fixa como flutuante dependendo das condições de mercado e curvas de juros. É feito um acompanhamento constante do mercado de juros. O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar a exposição à volatilidade dessas taxas.

As operações de logística utilizam *leasing* financeiro e FINAME para financiar as aquisições de equipamentos. A taxa de juros básica para o FINAME é a taxa de juros de longo prazo (TJLP) e não há instrumentos diponíveis no mercado para a mitigação da variação dessa taxa. No entanto, por se tratar de uma taxa inferior à taxa de juros básica da economia (Selic), o risco é considerado baixo e tem a meta de inflação como um dos componentes do seu cálculo (assim como a Selic).

As aplicações atreladas ao real são pós-fixadas e acompanham a variação diária do depósito interfinanceiro (DI) no caso de títulos privados, e/ou Selic-Over no caso de títulos públicos. As aplicações em dólar ocorrem por meio de *time deposits*, com vencimentos no curto prazo.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito à variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

	Libor	
	Cenário provável	Cenário possível (25%)
Empréstimos	0,78%	0,98%
Investimentos	0,45%	0,57%

Operação	Taxa	Montante em USD	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)
IFC	Libor	6.122	Juros financiamento	(14)	(21)
Eximbank	Libor	14.818	Juros financiamento	(8)	(34)
Finimp	Libor	4.051	Juros financiamento	(5)	(11)
Investimentos	Libor	68.831	Resultado financeiro	(81)	1
			Resultado líquido	(108)	(65)

	Taxa de juros CDI	
	Cenário provável	Cenário possível (25%)
Investimentos	12,44%	15,55%

Operação	Taxa	Montante em USD	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)
Investimentos	CDI	82.983	Resultado financeiro	918	3.113
			Resultado líquido	918	3.113

O efeito líquido foi obtido supondo taxas em um cenário de 12 meses, iniciando em 1º de janeiro de 2011 e todas as outras variáveis constantes.

Os outros financiamentos possuem uma taxa de juros fixa e representam 89,0% do total de financiamentos.

A taxa de risco dos investimentos é 45,3% Libor e 54,7% CDI.

f) Gerenciamento do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, limites de crédito aprovados junto às principais instituições bancárias do país, monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar permanentemente prazos dos ativos e passivos.

As tabelas a seguir detalham o prazo remanescente do Grupo para o seu passivo financeiro sem derivativos.

As tabelas foram elaboradas com base nos fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base no primeiro dia em que o Grupo poderá ser obrigado a pagar. A tabela inclui os juros e os fluxos de caixa.

	Taxa média da taxa de juros %	Menor que 12 meses US\$	1-5 anos US\$	Mais de 5 anos US\$	Total US\$
2010					
Arrendamento mercantil financeiro	15,87%	4.847	6.184	121	11.152
Instrumentos com taxas de juros variáveis	4,73%	5.261	19.669	7.851	32.781
Instrumentos com taxas de juros fixas	3,95%	20.304	88.712	172.364	281.380
		30.412	114.565	180.336	325.313
2009					
Arrendamento mercantil financeiro	15,21%	4.895	10.460	-	15.355
Instrumentos com taxas de juros variáveis	3,47%	3.402	4.493	1.571	9.466
Instrumentos com taxas de juros fixas	3,99%	14.744	76.217	154.989	245.950
		23.041	91.170	156.560	270.771

g) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo pode ser atribuído principalmente aos seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes. Os valores apresentados como contas a receber no balanço são apresentados líquidos de provisão para devedores duvidosos. A valorização da provisão para perda é estabelecida quando há evento de perda identificado, que, com base na experiência do passado, é evidência da redução na possibilidade de recuperação dos fluxos de caixa. O Grupo aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados. As aplicações de risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações do caixa local são feitas por intermédio de um fundo exclusivo com regulamento aprovado pela administração e preveem uma série de restrições quanto à concentração por risco de crédito. A política de vendas do Grupo se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar as eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

h) Derivativos

O Grupo pode ter contratos de derivativos para mitigar riscos sobre flutuações de taxas de câmbio e juros. Em 31 de dezembro 2009, o Grupo não possuía tais contratos. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo utilizou contratos interbancários de um dia de derivativos, à taxa de juros nominal média de um dia, para período entre a data de negociação e o último dia do período de comercialização contratados, marcados a mercado contra a taxa de juros média efetiva de um dia para o outro, calculado e divulgado diariamente pela CETIP. O resultado destes contratos foi a perda de US\$ 24 (R\$ 40), durante 2010. A partir de 31 de dezembro, já não havia mais esses contratos.

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 por valores compatíveis com os praticados pelo valor justo nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado e verifica, em consequência, se o ajuste a mercado de suas aplicações financeiras está sendo corretamente efetuado pelas instituições administradoras de seus recursos.

O Grupo não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos saldos de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

j) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em contas-correntes mantidas em bancos têm seus valores de mercado correspondentes aos saldos contábeis.

Investimentos de curto prazo

O valor justo dos investimentos de curto prazo foi calculado com base nas cotações de mercado.

Contas a receber e outros recebíveis/Fornecedores e outros contas a pagar

A Administração do Grupo considera que o saldo contábil das contas a receber de clientes e outros recebíveis e dos fornecedores e outros contas a pagar está próximo ao seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuros e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

O valor justo para os contratos do BNDES e financiamento Eximbank é idêntico aos saldos contábeis uma vez que não existem instrumentos similares com datas de vencimento e taxas de juros comparáveis. Para o financiamento com o IFC, o valor justo foi obtido tendo com base a taxa do último financiamento obtido, mais a taxa da Libor.

26. TRANSAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas subsidiárias que são partes relacionadas foram eliminadas na consolidação e não são divulgadas nesta nota. As transações entre o Grupo e suas associadas controladas em conjunto e outros investimentos estão divulgadas a seguir:

	Passivo circulante US\$	Receitas US\$	Despesas US\$
<i>Joint ventures:</i>			
3. Allink Transportes Internacionais Ltda.	(287)	1.308	3
4. Transamérica Ag. Marítima	1.635	-	114
5. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	(5)	266	26
6. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	(1.722)	2.443	20
7. Wilson, Sons Ultratug	(8.915)	1.623	590
8. Wilson, Sons Offshore	23.575	17.573	2.241
9. Magallanes Navegação Brasileira	(6.630)	17.751	1.792
<i>Associadas:</i>			
1. Gouvêa Vieira Advogados	-	-	94
2. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	-	-	338
Em 31 de dezembro de 2010	7.651	40.964	5.218
Em 31 de dezembro de 2009	(4.770)	4.608	457

	Passivo circulante R\$	Receitas R\$	Despesas R\$
<i>Joint ventures:</i>			
3. Allink Transportes Internacionais Ltda.	(478)	2.181	5
4. Transamérica Ag. Marítima	2.724	-	190
5. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	(9)	444	43
6. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	(2.870)	4.071	33
7. Wilson, Sons Ultratug	(14.854)	2.704	983
8. Wilson, Sons Offshore	39.280	29.280	3.734
9. Magallanes Navegação Brasileira	(11.047)	29.576	2.987
<i>Associadas:</i>			
1. Gouvêa Vieira Advogados	-	-	157
2. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	-	-	564
Em 31 de dezembro de 2010	12.746	68.256	8.696
Em 31 de dezembro de 2009	(8.306)	8.023	795

- Dr. J. F. Gouvêa Vieira é sócio no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira. Os honorários foram pagos ao Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira por seus serviços jurídicos prestados.
- O Sr. C. M. Marote é acionista e diretor da CMMR Intermediação Comercial Limitada. Os honorários foram pagos à CMMR Intermediação Comercial Limitada por seus serviços de consultoria prestados.
- Allink Transportes Internacionais Limitada é controlada em 50% pelo Grupo e aluga escritórios do Grupo.
- Fornecedores e outras contas a pagar com a Transamérica (taxa de juros – 1% a.m.; sem vencimento).
- 6- As transações com empreendimentos conjuntos foram divulgadas como resultado dos montantes proporcionais não eliminados na consolidação.
- Empréstimos *Intercompany* (taxa de juros de 0,3% a.m.; sem vencimento).
- 8-9. Contas a pagar (receber) para o estaleiro da Wilson, Sons relativo à construção de embarcações.

27. NOTAS REFERENTES AO RELATÓRIO DE FLUXO DE CAIXA

	Notas	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Resultado antes dos impostos		101.019	121.088	168.318	210.837
Menos: receitas financeiras	7	(13.940)	(34.343)	(23.227)	(59.798)
Menos: ganho na alienação de investimentos	23	(20.407)	(97)	(34.002)	(169)
Mais: despesas financeiras	7	11.814	9.555	19.684	16.637
Resultado operacional		78.486	96.203	130.773	167.507
Ajustes para:					
Despesa de depreciação e amortização		42.921	32.065	71.515	55.832
Lucro da alienação de ativo imobilizado		(90)	(372)	(150)	(647)
Provisão para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em caixa	20	13.204	9.424	22.000	16.409
Aumento/redução das provisões		2.458	1.376	4.096	2.396
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		136.979	138.696	228.234	241.497
(Aumento)/redução de estoques		24	(11.285)	41	(19.649)
(Aumento)/redução de contas a receber		(32.098)	(22.295)	(53.482)	(38.820)
Aumento/(redução) de contas a pagar		16.982	14.847	28.295	25.851
Aumento de outros ativos de longo prazo		3.921	(2.454)	6.533	(4.273)
Rendimentos de investimentos		-	14	-	24
Caixa gerado por operações		125.808	117.523	209.621	204.630
Impostos de renda pagos		(20.908)	(38.377)	(34.837)	(66.822)
Juros pagos		(7.887)	(9.238)	(13.141)	(16.085)
Caixa líquido de atividades operacionais		97.013	69.908	161.643	121.723

Transações não caixa

Durante o ano corrente, o Grupo utilizou-se de investimentos e atividades de financiamento que não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa:

- › O Grupo adquiriu US\$ 1.928 (R\$ 3.213) (2009: US\$ 8.928 [R\$ 15.545]) em equipamentos por meio de *leasing*.
- › Financiamento dos equipamentos do Tecon Rio Grande US\$ 14.700 (R\$ 24.493).
- › Fornecedores de bens do imobilizado US\$ 2.274 (R\$ 3.788) (2009: US\$ 1.117 [R\$ 1.945]).
- › Juros capitalizados US\$ 1.683 (R\$ 2.806) (2009: US\$ 731 [R\$ 1.271]).
- › Impostos compensados US\$ 3.454 (R\$ 5.755) (2009: US\$ 4.595 [R\$ 8.001]).

Nota suplementar relacionada com a demonstração do fluxo de caixa.

Efeito da operação da *joint venture* na demonstração do fluxo de caixa.

	2010	
	US\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	5.040	8.398
Imobilizado	(6.386)	(10.640)
Outros ativos não circulantes	49	82
Estoques	(515)	(858)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(2.639)	(4.397)
Empréstimos e financiamentos	12.002	19.998
Outros passivos	12.856	21.420
Total	20.407	34.002

28. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração da Administração (pessoal-chave da administração do Grupo) é determinada a seguir em grupamentos de cada categoria.

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Benefícios de curto prazo de funcionários	11.049	6.866	18.410	13.687
Benefícios pós-admissão	2.692	1.537	4.486	3.065
Provisão de pagamentos baseados em ações	13.204	9.424	22.001	16.409
	26.945	17.827	44.897	33.161

29. COBERTURA DE SEGUROS

As principais coberturas de seguros em vigor em 31 de dezembro de 2010 contratadas pelo Grupo:

Tipo de Risco	Objeto	Cobertura US\$	Cobertura R\$
Administradores e diretores	Responsabilidade civil de administradores	30.008	50.000
Cascos marítimos	Rebocadores	266.813	444.564
Cascos marítimos	Navios de apoio à plataforma	284.473	473.989
Cascos marítimos	RC proteção e indenização (<i>shipowners</i>)	6.000.000	9.997.200
Cascos marítimos	Rebocadores e lanchas	31.131	51.870
RC Operador portuário	RC operador portuário (incluindo bens móveis e imóveis), Terminais (incluindo bens móveis e imóveis), operações logísticas	100.000	166.620
Propriedades (Multiline)	Prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias-primas	15.274	25.450
Total		6.727.699	11.209.693

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de janeiro de 2011, a Companhia anunciou que a Intermarítima Terminais Ltda. (Intermarítima) exerceu uma opção concedida pela Companhia para a compra de 7,5% das ações ordinárias do Tecon Salvador S.A. pelo preço de US\$ 6.723 (R\$ 11.202). O direito da Intermarítima de exercer essa opção estava sujeito a obtenção pela Companhia do direito de operar com exclusividade a área denominada “Ponta do Norte” do Porto de Salvador.

A Intermarítima é um importante operador logístico portuário e terrestre, com atividades baseadas nos maiores portos da Bahia - Salvador, Aratu e Ilhéus. Esta aliança visa ao contínuo crescimento do Tecon Salvador, além da exploração de novas oportunidades no segmento de cargas gerais e granéis no estado baiano, que atualmente representa a sexta maior economia do país segundo dados do IBGE.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e o Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

Glossário

- BDR ou BDRs** – *Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações, cada um representando uma ação ordinária.
- Bill of Ladings (BLs)** – documento do armador, preenchido pelo embarcador e assinado pelo comandante ou o agente do navio, confirmando o recebimento de determinada carga a bordo (ou para embarque) e especificando, entre vários outros detalhes, o frete pago ou a ser pago no destino. É, ao mesmo tempo, um recibo de bordo, um título de posse e uma evidência de contrato de transporte, cujas cláusulas estão incorporadas no mesmo.
- EBITDA** – O EBITDA reflete o lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social, das depreciações e amortizações.
- Guindaste de pátio sobre pneus (RTG)** – guindaste utilizado para movimentar contêineres no pátio permitindo formar pilhas mais altas e largas.
- Logística in house** – serviços de movimentação e armazenagem de materiais dentro das unidades produtivas dos clientes. Nesse segmento, a Wilson, Sons Logística oferece: armazenagem em centro de distribuição dedicado ou nas instalações do cliente, análise de malha e análise fiscal para posicionamento de estoques, serviços acessórios como etiquetagem, montagem de kits, embalagens especiais, *picking & packing*, planejamento e controle de expedição, tratamento e triagem de devoluções, e operações sazonais de armazenagem e expedição.
- Novo mercado** – segmento especial do mercado bursátil brasileiro que reúne títulos de empresas que se comprometem em adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.
- PSV** – *platform supply vessels*, embarcações que prestam serviços de apoio marítimo a plataformas de exploração e produção de petróleo e gás.
- TEU** – *twenty-foot equivalent unit*, padrão internacional para medida de contêineres, correspondente a um contêiner de 20 pés de comprimento.
- Tecon - terminal de contêineres** – terminal portuário, com cais equipado para atendimento de navios conteneiros, especializado na movimentação e armazenamento de contêineres.

Informações Corporativas

- Sede**
- Wilson Sons Limited
Clarendon House, 2 Church Street
Hamilton, HM11, Bermuda
- Relações com Investidores**
- Rua Jardim Botânico, 518 - 4º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
22461-000
Tel.: (0xx21) 2126-4107
Fax: (0xx21) 2126-4190
E-mail: ri@wilsonsons.com.br
www.wilsonsons.com/ir
- Equipe**
- CFO da subsidiária brasileira e Relações com Investidores
Felipe Gutterres
- Relações com Investidores
Michael Connell
Guilherme Nahuz
Eduardo Valença
- Auditores Independentes**
- Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
- Mercados de Negociação de Títulos e Valores Mobiliários**
- Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)
Código: WSON11 (BDRs)
- Bolsa de Valores de Luxemburgo (Bourse de Luxembourg)
Código das ações: BMG968101094

Créditos

Coordenação Interna

Relações com Investidores

Felipe Gutterres

Michael Connell

Guilherme Nahuz

Eduardo Valença

Comunicação e Sustentabilidade

Angela Giacobbe

Luiz Gustavo Ramos

Maria Luiza Henriques

Planejamento, coordenação de conteúdo e texto

Global RI Consultoria

Tradução

Michael Connell

Projeto Gráfico

Mobileradar

Fotografia

Acervo Wilson, Sons

Carlos Nogueira

Felipe Dumont

João Hissao

Lunae Parracho

Roberto Rosa

Roberto Bellonia

Capa

Bernardo Escansette – colaborador Wilson, Sons

Genailton Moreno Batista – colaborador Wilson, Sons Logística

Jonathan Menezes – colaborador Wilson, Sons



Wilson, Sons

Wilson Sons Limited
Clarendon House, 2 Church Street
Hamilton, HM11, Bermuda

Relações com o Investidor
Rua Jardim Botânico, 518 - 4º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil - 22461-000
www.wilsonsons.com/ir